

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:

Ensaio Sociológico

Organizadores:
José Carlos dos Anjos & Marcelo Quintino Galvão Baptista

Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Edições
união


UFRGS
EDITORA

**As Tramas da Política
Extrapartidária em Cabo Verde**
Ensaio Sociológico

Edições
uniç


UFRGS
EDITORA



Reitor
António Correia e Silva
Vice-Reitor para a Pós-Graduação,
Investigação e Publicações
Científicas
Marcelo Galvão Baptista

EDIÇÕES UNI-CV

Direcção
Gláucia Nogueira

Conselho Editorial
Angelo Barbosa
António Correia e Silva (pres.)
Adriana Carvalho
Cristina Pires Ferreira
Eurides Costa
João Resende Santos
Judite Nascimento
Leopoldo Amado
Marcelo Galvão Baptista



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Académica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora
Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial
Alexandre Santos
Ana Lígia Lia de Paula Ramos
Carlos Alberto Steil
Cornelia Eckert
Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Rejane Maria Ribeiro Teixeira
Rosa Nívea Pedroso
Sergio Schneider
Susana Cardoso
Tania Mara Galli Fonseca
Valéria N. Oliveira Monaretto
Sara Viola Rodrigues, presidente

Edições Uni-CV

Praça Dr. António Lereño, s/n
Caixa Postal 379-C Praia, Santiago
Cabo Verde
Tel. (+238) 260 3700; Fax: (+238) 261 26 60
edicoes@unicv.edu.cv – www.unicv.edu.cv

Editora da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2500
900035-003 Porto Alegre, RS
Brasil
Fone/fax: (51) 3308-5645
editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde: Ensaios Sociológicos

Organizadores

José Carlos dos Anjos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Quintino Galvão Baptista
Universidade Federal do Pará

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

FICHA TÉCNICA

Título

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:
Ensaios Sociológicos

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Organizadores

José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista

Copyright

© Universidade de Cabo Verde, organizadores e autores dos artigos

Revisão

Maria Leonete Mota Sales

Traduções

Alfred Moreno

Coordenação Editorial

Gláucia Nogueira

Layout, Paginação e Capa

SERVICENTER, Projecto em Harmonia Digital
Palmarejo - A, Praia – Santiago, Cabo Verde
Tel. (+238) 262 84 98, Móvel: (+238) 992 52 57
Email: jorgedores@yahoo.com.br

Imagem da capa

Stória Transadu, Abraão Vicente

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Tipografia Santos, Praia, Novembro de 2010

Patrocínio

Governo de Cabo Verde - Gabinete do Primeiro Ministro

Ficha Catalográfica

T771 Astramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos/Organizadores
José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista. – Praia, Santiago, Cabo
Verde: Edições Uni-CV ; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
221 p. ; 17x24cm

(Estudos Sociais Cabo-Verdianos ; v. 2)

Inclui referências.

1. Política. 2. Sociologia. 3. Política – Cabo Verde. 4. Gestão Global (MBA)
– Mestrado - Perfil dos recrutados – Origens sociais – Trajetórias pessoais – Cabo
Verde. 5. Corrupção – Alfândegas – Cabo Verde. 6. ONGs – Associações comunitárias
– Ilha de Santiago, Cabo Verde. 7. Relações sociais – Nativos da ilha de Boa Vista
– Migrantes de Santiago – Cabo Verde. I. Anjos, José Carlos dos. II. Baptista, Marcelo
Quintino Galvão. III. Série.

CDU 32(666.2)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-989-96130-5-8 (Edições Uni-CV)

ISBN 978-85-386-0105-0 (Editora da UFRGS)

Ma de 2010
11/14
DAMP 06/2010

Sumário

Apresentação	
<i>José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista</i>	09
ARTIGOS	
Elites, estabelecimento de relações de interconhecimento e consagração social através de títulos escolares: o Mestrado em Gestão Global (MBA) em Cabo Verde	
<i>Elizabeth Rocheteau Gomes Coutinho e José Carlos dos Anjos</i>	21
Tipologia da corrupção nas alfândegas em Cabo Verde	
<i>Francisco José do Rosário Rodrigues</i>	57
As ONG e as associações no contexto da luta contra a pobreza e exclusão social em Cabo Verde (Ilha de Santiago, 1987-2008)	
<i>Hilarina Nascimento Santos Pires Lima e Enno Dagoberto Liedke Filho</i>	113
Migração interinsular, interacção e representações sociais: relações entre moradores da ilha da Boavista e migrantes da ilha de Santiago	
<i>Celsa do Céu Lima Neves e Elida Rubini Liedke</i>	163
Abstracts	207
Resumés	213
Organizadores e Autores	219

APRESENTAÇÃO

Com mais esta obra, intitulada “As tramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos”, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) lança o segundo volume da Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob os auspícios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Brasil. É mais um passo importantíssimo, o de publicar os restantes trabalhos decorrentes de dissertações do primeiro curso de mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV. A publicação não somente é resultado dos esforços dos alunos do referido curso que se empenharam no desenvolvimento de suas investigações, como também atestado da qualidade desses trabalhos e uma forma de conferir visibilidade a uma fecunda cooperação Sul-Sul.

Os primórdios da Cooperação entre a UFRGS e a Uni-CV remontam a Março de 2005 quando a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde fez uma visita à CAPES, em Brasília, para o delineamento dos eixos centrais de cooperação que poderiam impulsionar o processo de criação da primeira universidade pública do país.

Em vista dos acordos de cooperação científica e académica firmados entre o Brasil e Cabo Verde, através da CAPES e do Ministério de Educação de ambos os países, iniciou-se na UFRGS um trabalho de consolidação de uma equipa em torno de algumas áreas de interesse das duas instituições.

Já em 2007 deu-se o início das actividades do curso de mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV com a realização de sete missões de trabalho de docentes da UFRGS (Maio-Novembro), com financiamento de projecto aprovado pela

Cooperação Internacional da CAPES. Em 2008, em continuidade às actividades do referido curso, houve a realização de seis missões docentes da UFRGS na Uni-CV (Janeiro-Outubro), com o apoio da CAPES. Alguns dos docentes que participaram dessas missões figuram nesta coletânea como co-autores dos capítulos que ajudaram a finalizar.

Do mestrado em Ciências Sociais, em cooperação com a UFRGS, ocorreram 17 defesas de dissertações cobrindo um leque variado de temas. Desde as tramas identitárias do arquipélago, as questões de género e violência, o controlo da máquina pública em relação às dinâmicas neopatrimoniais, a formação de novas elites, as relações de género e agricultura, a economia da cultura e as condições de produção musical, todo um conjunto de temas emergiu e iluminou a realidade sociopolítica e cultural cabo-verdiana. Com o lançamento em Novembro de 2009, em Porto Alegre (Brasil) e na cidade da Praia (Cabo Verde), do primeiro volume de uma série prevista de três obras que condensam os resultados dessas pesquisas do Programa Cabo-Verdiano de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a Uni-CV e a UFRGS iniciaram o processo de prestação de contas, diante das respectivas comunidades, da excelência dessa cooperação.

Este é o segundo volume de uma série que pode vir a se estender além da primeira edição do mestrado em Ciências Sociais. Os cinco artigos aqui reunidos foram escolhidos menos em função de uma confluência temática e mais por um princípio de dispersão de objectos a partir de uma regularidade disciplinar. Se os trabalhos reunidos no primeiro volume desta série tiveram uma intenção etnográfica explícita, o presente volume é incisivamente mais sociológico. Em um curso que se propôs ser interdisciplinar, essa fronteira entre as abordagens não deve ser, contudo, reificada. Grosso modo se poderia dizer que enquanto no primeiro volume o ponto de chegada esperado eram as teorias nativas a respeito dos processos de construção de identidades na ilha

de Santiago, no presente volume foram reunidos os trabalhos com o propósito de delinear os regimes de associações que constituem as redes em que circulam os objectos da política em Cabo Verde. Menos do que nas teorias nativas, a ênfase dos trabalhos aqui reunidos reside nas práticas que constituem o espaço e o tempo da política. Se se tomar o termo associação no sentido amplo que lhe confere Latour¹, para problematizar o conceito de sociedade, dir-se-ia que os trabalhos deste segundo volume quiseram explorar as condições de felicidade, as múltiplas formas e os limites da associação na política infraparlamentar cabo-verdiana actual. Nesse sentido, o primeiro volume da série Estudos Sociais Cabo-Verdianos foi antropológico e este se apresenta como sociológico. Mas a linha divisória é tênue.

Eixos em comum ao conjunto dos textos reunidos e que reúnam, de algum modo, a dispersão de objectos sob a mesma regularidade disciplinar?

Sim; há, no livro, um conjunto de temas situados no substracto da esfera político-partidária e eleitoral. De modo subjacente à política visível dos votos, da corrida parlamentar e da ocupação de postos executivos, ocorre toda uma trama que é menos moeda corrente do jornalismo político, mas que é onde são conformadas as especificidades das esferas públicas da política cabo-verdiana: no topo, os processos migratórios entre esferas de actuação e projecção das elites do arquipélago; no meio, os espaços informais por onde circulam os rumores de corrupção e onde as denúncias vão sendo tecidas e ganhando a forma de representações correntes; ainda, nas cadeias de mediações dessa topografia

¹ Latour retém que com a palavra “– de raiz latina, socius – é possível redefinir a sociologia não como ciência do social, mas sim como rastreamento das associações” (LATOURE, 2008, p. 19). Não está em jogo nos artigos deste livro seguir Latour no modo como dilui a sociologia para perseguir todo o tipo de agregado, desde enlacs químicos até legais, de modo a demonstrar que quaisquer elementos heterogêneos podem ser associados em algum estado dado de coisas. Serve aqui, tão-somente, à força de um novo modo de diferenciação disciplinar em que a sociologia segue práticas associativas em sentido lato, portanto parte de uma ontologia própria que promove o rastreamento de redes de associações de elementos heterogêneos, enquanto a antropologia persegue “ontologias nativas” no como constituem cosmopolíticas inesperadas (STENGERS, 2003). De novo, a contraposição é frágil e se dilui nas práticas investigativas empiricamente mais consistentes.

política, as frágeis tramas de associações comunitárias e de emergência de redes de ONGs, suas contradições e limites; na base, as dinâmicas migratórias populares, seus efeitos de reconstituição dos regionalismos identitários, as políticas públicas tendentes a contrabalançar esses efeitos de desigualdades sociais e económicas grafadas sob o registo do bairrismo. Ao princípio de dispersão disciplinar de objectos pode-se contrapor um princípio temático de unidade: a política extrapartidária, análises sobre o espaço de práticas subjacentes ao incompleto processo de diferenciação do campo da política em Cabo Verde.

No primeiro capítulo, Elizabeth Rocheteau Gomes Coutinho e José Carlos dos Anjos analisaram os cursos de mestrado em Gestão Global (MBA) ministrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, em Cabo Verde, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão Empresarial (INDEG)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Portugal, procurando obter o perfil dos recrutados para este mestrado, em termos de suas origens sociais e trajectórias pessoais (escolares e profissionais), em cruzamento com as estratégias de ocupação de postos cruciais na estrutura administrativa do Estado cabo-verdiano pós-colonial e de reconversão de capitais de relações sociais aí acumulados em posições no campo empresarial. A dinâmica complexa de diferenciação do espaço e tempo da política, em relação à esfera económica e ao mundo académico, é o pano de fundo de uma análise sobre o processo de emergência de uma elite empresarial que se pretende, agora, distanciada da política partidária.

As entrevistas realizadas com um grupo de mestres e pós-graduados em Gestão Global, das duas edições concluídas na cidade da Praia, revelaram que os actores que compõem este universo têm pequenas vantagens de partida, apesar da relativamente baixa habilitação dos pais e

da frequente proveniência do meio rural. Os dados revelaram que as famílias que conseguem proporcionar trajetórias escolares bem-sucedidas aos filhos, tornando sustentáveis posições de elite, carregam pequenos diferenciais em capital fundiário ou comercial e, sobretudo, um mais volumoso capital social (redes de relações entre famílias que se destacam nas ilhas) que são reconvertidos em investimentos escolares. É muitas vezes a possibilidade de transformação, na geração anterior à actual elite político-administrativa e empresarial, de pequenas diferenças em capital fundiário, recursos da emigração e honra da família (capital social) que permite os investimentos na educação e o estabelecimento da fronteira entre os vencedores ou “eleitos” e o “resto” da nação.

No segundo capítulo, Francisco José do Rosário Rodrigues analisa as controvérsias em torno da percepção da corrupção nas alfândegas em Cabo Verde. Menos do que apontar para a existência de corrupção, o autor volta-se para as percepções informais dos actores envolvidos e contrasta essas representações com o discurso oficial institucional.

Nessas percepções, a corrupção não aparece como um fenómeno endémico em que a instituição se encontra em um estado predatório de extorsão sistemática de dinheiro dos privados a favor de burocratas. A pequena corrupção concentra-se em determinadas categorias profissionais e, sobretudo, em pequenas redes de cumplicidades. A ocorrência da corrupção pode ser explicada não apenas por ganância, vício ou ambição desmedida, mas também pela inexistência de medidas sistemáticas que desmantelem a cultura estabelecida, como controlos institucionais exaustivos e abrangentes. A ausência persistente dessas medidas sistemáticas pode transformar a corrupção num hábito rotineiro, habitual e normal. Às associações de práticas de corrupção que criam redes informais, pode-se contrapor o esgarçado tecido de controlos institucionais. Essa contraposição pode ser to-

mada como um ângulo pelo qual se pode perceber como a corrupção se transforma em um objecto que circula em uma cultura política de incentivo, por um lado, e uma rede informal de denúncias, por outro.

O terceiro capítulo alarga o escopo da análise sobre as ONG e associações comunitárias na ilha de Santiago. Ao se propor analisar o modo como as ONG e outras associações envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social enfrentam dificuldades de ordem material e financeira, o artigo de Hilarina Nascimento Santos Pires Lima e Enno Dagoberto Liedke Filho demonstra como uma percentagem razoável de organizações vem conseguindo ultrapassar as dificuldades, afirmando-se essas organizações como parceiras credíveis do desenvolvimento. A partir de uma breve análise histórica de como a rede das organizações comunitárias de base vem se alastrando desde a política implementada pelo governo em 1992, de reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO)², os autores demonstram como, graças aos contratos-programa cujo objectivo principal é a participação e co-responsabilização dos beneficiários directos, toda uma rede de associações rurais vem se reinventando e persistindo. A mudança metodológica de uma política puramente assistencialista a uma política assistencialista participativa permitiu que as associações realizassem trabalhos acordados no âmbito de contratos-programa que visam a melhoria das condições de vida de moradores, sobretudo de comunidades rurais. A actuação dessas associações no sector do microcrédito, as actividades geradoras de rendimento, a construção de infra-estruturas sociais, entre outras, criam uma dinâmica associativa não isenta

² A FAIMO foi um programa assistencialista de trabalhos públicos, organizado logo no período pós-independência, que empregava em massa os activos agrícolas ameaçados pelas secas. Essa orientação assistencialista foi abandonada no anos 90 em favor de uma orientação político-económica com pretensões mais desenvolvimentistas. Para um enquadramento consistente dessa virada de orientação política, vide Correia e Silva (2001).

de problemas e desafios. Os principais desafios apontados no texto são os efeitos de uma politização excessivamente partidarizada, a escassez de recursos financeiros e o frágil processo de capacitação dos quadros das organizações, sobretudo tendo em vista a promoção do país à categoria de País de Rendimento Médio. As ONG/associações estão diante do desafio de reordenamento da filosofia de base, tendo em vista o facto de que deixarão provavelmente de receber parte substantiva dos recursos na modalidade de fundo perdido e tendo em conta que precisam adquirir o *know-how* para competir com as ONG do Norte.

Por fim, no quarto capítulo, o estudo de Celsa do Céu Lima Neves e Elida Rubini Liedke objectivou analisar as relações sociais entre os nativos da ilha da Boavista e aqueles com ascendência na ilha e os migrantes de Santiago que lá se instalaram, bem como analisar a atitude destes em relação à sociedade local.

O estudo possibilitou caracterizar, compreender e explicar representações e atitudes dos nativos quanto à presença dos migrantes na ilha e no que concerne à sua inserção e interacções sociais. Ficou evidente que é bastante comum o facto de boavistenses associarem os migrantes santiaguenses com a violência, principalmente aqueles que habitam na zona das barracas, tendo em conta a avaliação dos mesmos como ameaçadores à ordem estabelecida. É uma percepção que, obviamente, dificulta a interacção dos nativos com os migrantes, com pouco espaço para relações sociais duradouras, por serem relações frequentemente de disputas, de tensões e de conflitos: por exemplo, conflitos entre adultos e disputas por água nos chafarizes, e confrontos, principalmente entre crianças nativas e dos migrantes nos parques infantis, nas praias e nas escolas. É uma percepção estigmatizante e, por consequência, excludente.

Afora esses espaços de conflitos, entretanto há outros espaços, como igrejas e mercados, em que ocorrem boas

relações entre os migrantes e os boavistenses. Esta constatação da pesquisa é importante porquanto demonstra que as interações entre os dois grupos podem ser positivas ou negativas, e isso depende do espaço de convivência ou dos tipos de situações.

Também o estudo permitiu verificar, compreender e explicar as atitudes dos santiaguenses relativamente à sociedade local, especificamente no que respeita às percepções que têm dos nativos, à discriminação que sofrem como migrantes e às dificuldades de sua inclusão social. As percepções foram divergentes, pois alguns avaliaram os nativos como racistas mas não em relação a eles como migrantes; outros os consideraram muito racistas e hostis; e outros ainda revelaram percebê-los como não racistas, pelo contrário, como pessoas acolhedoras, simpáticas e educadas.

A autora prevê haver, no futuro, agravamento das tensões entre os boavistenses e os santiaguenses, embora vislumbre a possibilidade de emergir uma convivência de boa qualidade entre ambos os grupos, por considerar o contexto democrático da sociedade cabo-verdiana, também caracterizado na ilha da Boavista, como factor que o propicie.

Um aspecto a destacar do trabalho refere-se ao seu contributo para a elaboração de políticas públicas para a ilha, em particular aquelas que tenham em conta acções educacionais a serem implementadas e que se voltem para as necessidades específicas da população local.

Com mais esta iniciativa que é um dos desdobramentos da investigação científica, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Uni-CV congratula-se com os/as autores/autoras e lhes dá os parabéns pelas valiosas contribuições que, assim, prestam à Academia e à sociedade.

José Carlos dos Anjos
Marcelo Quintino Galvão Baptista

Referências Bibliográficas

CORREIA E SILVA, António. “O nascimento do leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 1, Jul-Dez, 2001.

LATOUR, Bruno (2008). *Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

STENGERS, Isabelle (2003). *Cosmopolitiques II*. Paris: Editions La Découverte.



**ELITES, ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DE
INTERCONHECIMENTO E CONSAGRAÇÃO SOCIAL
ATRAVÉS DE TÍTULOS ESCOLARES: O MESTRADO
EM GESTÃO GLOBAL (MBA) EM CABO VERDE**

Elizabeth Rocheteau Gomes Coutinho
José Carlos dos Anjos

Desde a independência de Cabo Verde, em 1975, foram seguidos diversos caminhos que visam o desenvolvimento do ensino superior. À tradicional promoção do estudo no exterior juntou-se, na década de 80, a criação de estabelecimentos nacionais de ensino superior e a celebração de protocolos com instituições de ensino superior de outros países. Já na década de 90 emerge um segmento de oferta de ensino privado a nível superior. A nova realidade implicou que o governo de Cabo Verde passasse a ser simultaneamente garante de oportunidades de acesso, promotor de oferta própria e regulador de operadores no mercado privado. Por outro lado, passou a colocar-se aos cidadãos a escolha entre a frequência local de ensino superior e a saída para o estrangeiro para acesso à formação pós-secundária.

Nesse cenário, nosso interesse dirigiu-se para a análise de um objecto situado e datado: os cursos de Mestrado em Gestão Global (MBA) ministrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão Empresarial (INDEG)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – escola que em Portugal é tida como a melhor escola de formação de gestores do país. Pelos contornos deste mestrado, permitimo-nos pensar tratar-se de uma formação que consagraria um grupo de indivíduos podendo produzir o que Bourdieu designou de uma elite consagrada, distinta, separada, reconhecida socialmente e que se reconhece como digna de ser reconhecida (BOURDIEU, 1989, p. 56).

E porque seríamos nós conduzidos a esta apreciação? Começaríamos por indicar que o acesso ao Mestrado em Gestão Global (MBA) exige a titularidade de uma licenciatura, ou um grau equivalente, em Ciências de Gestão ou áreas afins. A selecção não é feita a partir de um exame, mas através de critérios outros que incluem a classifica-

ção na licenciatura, a experiência profissional e ainda os resultados de uma entrevista individual, conduzida pelo director do curso, um professor catedrático da Escola de Gestão do ISCTE-Portugal. Por outro lado, devemos ressaltar que o mestrado implica um esforço financeiro de cada formando no valor de 540.000\$00 ECV (quinhentos e quarenta mil escudos cabo-verdianos), pagos em cinco prestações, de 108.000\$00 ECV (cento e oito mil escudos cabo-verdianos). Para se ter uma ideia do que significa em Cabo Verde um montante desta natureza, partindo do princípio que existem bens que são relativamente universais e medidas estatísticas que devem ser relativizadas, podemos arriscar dizer que esse montante representa 2,6 vezes o PIB *per capita* de Cabo Verde de 2006; 10 vezes o limiar da pobreza em Cabo Verde, a preços de 2007; $\frac{1}{4}$ do valor de um automóvel de gama média; 27 vezes o salário médio mensal no país, entre outros. Este valor representa uma importância aproximada de 4.900 € (quatro mil e novecentos euros).

Este curso já formou 117 (cento e dezassete) indivíduos, a quem foi conferido um diploma/título de pós-graduado em Gestão Global. O grau de mestre em Gestão Global até hoje só foi conferido a 14 (catorze) pessoas, pelo que podemos considerar que ser “mestre em Gestão Global” é um título escolar ainda mais raro, o que acentuará os seus efeitos de consagração pessoal e social.

Estes contornos levam-nos a considerar que o grupo de “eleitos” deste curso poderá assumir os contornos de uma “elite”, assumindo aqui, à semelhança do explicitado por GENIEYS (2006) a configuração de um grupo que se pretende minoria que dispõe, num determinado tempo e espaço, de prestígio e poder, derivados neste caso de condições económicas que podem ser convertidas em diplomas. Encontramos na noção de elite uma forma de estudar um determinado grupo de indivíduos que ocupam posições-

chave na sociedade cabo-verdiana, que dispõem de poderes, de influência e de privilégios que não estão acessíveis ao conjunto dos membros da sociedade e, neste caso, aos quais está vinculada uma dimensão académica.

Se tivermos em conta que o MBA em Gestão Global se destina primordialmente a gestores de empresas/empresários e que grande parte das trajectórias aqui analisadas são de indivíduos que passaram por cargos político-administrativos importantes, podemos lançar a hipótese de que o MBA é essencialmente um dos espaços estratégicos de reconversão de uma elite político-administrativa em elite empresarial e a importância particular desse mestrado residiu, durante o período estudado, também no capital social¹ para essa reconversão.

A nossa hipótese de partida era de que o Mestrado em Gestão Global (MBA) permite a um determinado grupo social, uma elite vinculada aos negócios, a constituição de um espaço de consagração. A passagem por esse curso e a consequente obtenção de um título – de pós-graduado ou de mestre – facultam recursos para estratégias de reconversão e consagração a uma elite no contexto cabo-verdiano. No decorrer da análise nossa hipótese foi sendo refinada no sentido de que a consagração deste grupo poderá não estar directa e unicamente relacionada com a titulação escolar, mas está também vinculada a redes relacionais que permitiriam aos seus integrantes ser chamados para cargos de prestígio e/ou situarem-se nos postos que permitem a redefinição da esfera económica empresarial.

O artigo conforma-se em três tópicos. No primeiro tópico apresentamos o conceito de elites em correlação com as escolhas metodológicas da pesquisa. No segundo tópico

¹ A correlação entre os conceitos de capital escolar e de capital social é estabelecida por Bourdieu nos seguintes termos: “fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista económico e social, vale seu detentor; neste caso, o rendimento do capital escolar depende do capital económico e social que pode ser reservado à sua valorização” (BOURDIEU, 2007, p.127). No caso em pauta o que está em jogo é não apenas o facto de que o capital social deve fazer valer os títulos já alcançados, mas o retorno às convivências em torno dos bancos escolares aparece como uma oportunidade de fortalecimento de uma trama de relações tecidas no seio de uma pequena elite político-administrativa que se projecta na migração para empreendimentos privados.

discutimos a correlação entre origem social, trajectória escolar, a conformação de recursos na forma de relacionamentos sociais e a ocupação de posições destacadas na esfera político-administrativa. Por fim, analisaremos o lugar do MBA nas estratégias de reconversão de elites político-administrativas em elites empresariais.

1. Definição de elites e operacionalização metodológica

A teoria das elites nas ciências sociais situa-se no âmbito dos estudos da sociologia dos grupos políticos e tem como foco o estudo dos grupos que lutam para ocupar as posições mais decisivas, aquelas que definem os rumos de vastos segmentos da colectividade.

O termo elite viria a ser amplamente empregado no pensamento social e político em finais do século XIX. Conceptual e politicamente somos obrigatoriamente remetidos para as doutrinas dos pais fundadores da escola das elites, ou seja, para o pensamento de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels e C. Wright Mills.

Mosca foi o primeiro a tentar a construção de uma nova ciência política baseada na distinção entre elites e massas. Mosca não utiliza o termo “elite”, mas fala de “classe política” e de “classe dirigente”. No seu pensamento, a elite é política no sentido de que está intimamente relacionada com o verdadeiro e constante motor da história ou seja, o poder normativo mais forte na sociedade que, em sua opinião, é o político. O objectivo de Mosca foi o de revelar a natureza composta de tal poder, baseado em factores intelectuais, emocionais e legitimadores do consenso.

Pareto, no seu *Tratado Geral de Sociologia* (1916), desenvolveu a primeira abordagem sociológica das elites. Apresentou um conceito de “elite” que pode ser interpre-

tado em termos de classe. Pareto afirmou que seria muito útil fazer uma classe daqueles que têm os índices mais elevados no ramo de actividade, à qual deu o nome de *classe eleita* (“elite”). Sugere ainda a divisão desta classe em duas: numa seriam incluídos aqueles que, directa ou indirectamente, participam no governo e que constituiriam a *classe eleita de governo*, sendo o restante a *classe eleita não de governo*. Por sua vez, a esta concepção está ligada uma ideia de circulação da classe eleita (circulação de elites), teoria que nos remete para a tendência histórica pela qual a classe dominante, embora conservando nominalmente o timão do poder, na realidade enfraquece, depois sujeita-se a um processo de dissolução, para por fim sucumbir moral e fisicamente e ceder o lugar a um novo grupo dominante.

Pareto contempla as elites como grupos de origem social (elites sociais), sempre minoritários, que diferenciam os homens eleitos; e defende que o equilíbrio da sociedade nasce como resultado da acção e da interacção das elites, especialmente da possibilidade de assegurar a sua circulação fisiológica. Assim, Pareto observa as elites para compreender quem governa a sociedade, de onde vem e até onde vai.

Os esquemas conceptuais legados por Pareto e Mosca, traves-mestras desta “escola”, comportam uma área de coincidência. Para ambos, qualquer sociedade possui no seu interior uma minoria dominante: a “elite governante” de Pareto e a “classe política” de Mosca. Também para ambos a composição desta minoria sofre mudanças no decorrer do tempo de “circulação das elites” pela incorporação de grupos sociais provenientes de estratos outros da sociedade. No entanto, é Mosca que apresenta a visão menos obliterada da heterogeneidade da elite e em especial dos interesses nela representados, e se apercebe dos vínculos que a mesma cria com a classe média. A “circulação

das elites” analisada por Mosca sublinha o aparecimento nas sociedades de novos interesses económicos, de onde emergem forças sociais que se fazem representar na elite, efectuando assim uma análise de cariz mais sociológico, comparativamente ao “psicologismo” de Pareto, que pretende explicar a “circulação” pelas mudanças ocorridas nos traços psicológicos dos membros da elite.

Por seu lado, a abordagem de Robert Michels sobre as elites toma como ponto de referência os partidos políticos e os sindicatos. Não obstante a sua obra mais conhecida e que o celebraria em todo o mundo académico, *Sociologia dos Partidos Políticos* (1911), constitua uma tentativa sociológica que conclui, extraído da observação empírica, com a famosa “lei de ferro da oligarquia”, Michels atribuía importância capital de liderança política às elites, bem como aos indivíduos “carismáticos”, confirmando a ideia elitista da presença de uma inerente tendência oligárquica em qualquer “sociedade”.

C. Wright Mills (1985) apresenta-nos um cruzamento de abordagens sociológicas: perspectivas retiradas das obras de Marx e de Weber conciliam-se com ideias de Pareto e de Michels. A maneira como Mills define “elite do poder” aproxima-se, no entanto, da sugerida por Pareto para a sua “elite governante” (os membros da elite que directa ou indirectamente participam de forma mais activa na governação da sociedade), pois identifica-a com a minoria que ocupa os postos de comando. Este modo de definir elite encerra uma evidente tautologia: a elite do poder é (são) os que detêm o poder, e encontra-se, assim, na linha da definição apresentada por Pareto.

A tentativa deste artigo é de certo modo de romper com a tautologia, propondo uma definição de elites para um tipo específico de conjuntura pós-colonial: a da importação pós-colonial de modelos institucionais ocidentais. Nesse tipo de conjuntura pós-colonial, a imagem de uma socie-

dade estruturada em campos específicos de consagração social é sedutoramente incorporada no horizonte normativo dos próprios actores. O efeito de espelho que a imagem de uma estrutura modelada em esferas específicas de consagração provoca sobre o espaço real de relações sociais abre imensos espaços à manipulação das relações entre fachada e bastidores (GOFFMAN, 1985). A autonomização de esferas é reivindicada como fachada em momentos estratégicos; nenhum dos actores dispõe de recursos e interesses numa purificação das lógicas de consagração social; o imbricamento das lógicas de consagração acontece nos bastidores impedindo uma real conformação das esferas autónomas da academia, da política, da economia. Define-se aqui a elite cabo-verdiana como o segmento que manipula os bastidores dos mecanismos de consagração social, fazendo valer um capital de relações sociais em lugar dos mecanismos formais de definição de méritos que são exibidos *ad hoc*.

Partimos da hipótese de que os capitais relacionais (consolidação de redes de conhecimento interpares e familiares) e escolares poderiam entrecruzar-se na definição das trajectórias profissionais que configuram uma elite simultaneamente académica, política e económica. Assim a consagração deste grupo poderá não estar somente e directamente relacionada à titulação escolar (académica), mas a um conjunto de outras variáveis, mais ou menos formalizadas, que podem produzir efeitos de consagração e êxitos sociais a estes agentes, variáveis que podem ser encontradas, por exemplo, nas redes relacionais que lhes permitem não só ser chamados para cargos de prestígio, como também lhes permite o acesso aos melhores postos e às melhores posições, numa relação privilegiada com o mercado de trabalho. Assim, na medida em que o peso das redes de relações interpessoais provoca deformações no espelho da estrutura de campos que o mesmo grupo ma-

nipula na forma de fachada, definimos elites como o grupo capaz de importar e deformar a estrutura dos espaços públicos específicos de consagração social.

Para problematizar estas hipóteses recriámos o campo de análise através da obtenção de dados a partir sobretudo de entrevistas (abertas e semi-estruturadas), a um núcleo específico de indivíduos que passaram pelo mestrado. Devemos realçar que a focalização num núcleo de pessoas com um status social e profissional elevado, foi portador de algumas dificuldades, nomeadamente a disponibilidade de tempo da parte dos entrevistados e a concordância relativamente a um tipo de entrevista que pretendia conhecer as suas origens e as suas trajectórias.

As entrevistas foram feitas a um núcleo de 13 indivíduos que fizeram parte das séries da cidade da Praia: dez da primeira edição e três da segunda edição. A maior expressividade em termos do número de mestrados da primeira edição foi propositado, tendo sido esta a edição que concentrou um maior número de elementos com as mais elevadas posições na hierarquia das empresas do sector privado e da administração do Estado, de acordo com os dados de caracterização geral dos candidatos, a partir da lista de matrículas ao curso de MBA/Mestrado em Gestão de Empresas (Gestão Global), fornecidos pela secretaria do ISCEE. Por outro lado, foram consultados documentos de enquadramento, tais como decretos-lei, brochuras publicitárias, documentos institucionais, gentilmente cedidos pela coordenação do ISCEE e que permitiram conhecer os contornos desta formação, a sua estruturação e o seu universo.

Porque estamos a tratar, como nos alerta Bourdieu (1981), da objectivação do que se poderá apelidar de *jogos intelectuais* e da análise de processos de consagração, existem factores específicos à realidade vivida e características que estão dissimuladas que nos propomos descortinar, mas cuja abordagem e tratamento exigiria da nossa parte

algum cuidado. Gostaríamos de explicitar, por exemplo, que na apresentação dos extractos das entrevistas evitámos o fornecimento de informações sobre os nossos entrevistados – nome, idade e posto, entre outros – e fizemo-lo propositadamente, procurando defender, em certa medida, a sua identidade e privacidade e não *trair* a confiança depositada. O propósito que nos move não é uma intenção de pessoalizar nem de denunciar, é sobretudo uma tentativa de compreensão das lutas de definição de fronteiras entre esferas sociais e a conseqüente diferenciação dos princípios de consagração social.

2. Origens e trajectórias profissionais

Face às necessidades de desenvolvimento e ao défice de recursos humanos competentes e ainda raros nos diversos sectores de desenvolvimento de uma economia em vias de modernização, o governo de Cabo Verde do período pós-colonial encorajou os jovens quadros no sentido da sua integração e assumpção de responsabilidades no sector público e privado, implementando uma política de constituição de uma classe dirigente nacional que se pretendia capaz de dirigir o país rumo ao desenvolvimento, ocupando postos ligados à alta administração do Estado e ao sector privado.

Um trabalho de fundo de planificação de sectores estratégicos adquire um enorme relevo, sobretudo para a Administração do Estado. E essa experiência é memorizada em algumas das trajectórias aqui estudadas sob o duplo registo: das relações de reciprocidade que tecem uma elite político-administrativa e da monumentalização dos eventos de consagração. As inflexões de trajectória ficam assim objectiva e subjectivamente marcadas por rituais de fechamento do círculo dos eleitos.

Saí da universidade e fui nomeado imediatamente como técnico superior da Secretaria de Estado da Administração Pública. Trabalhei na montagem da primeira base de dados de Recursos Humanos da Administração Pública, o primeiro sistema informático de gestão dos recursos humanos, era o SIGAP, e integrei a equipa da Reforma Administrativa, com o falecido Renato Cardoso. Foi uma experiência muito interessante, uma experiência de mudança, de mudar para melhor, que é algo que me acompanha até hoje (Entrevista G).

Outros entrevistados ingressam no sector económico, com uma clara preferência pelo sector bancário e mundo empresarial público. Circulando entre a alta administração pública e a direcção das empresas estatais, o período pós-colonial viu emergir uma elite que acumula recursos que facilitam a reconversão de trajectórias para um sector privado que se consolida hoje:

Porque na altura, quando regressávamos com o curso feito, era a Administração Pública (AP) que nos colocava. Mas quando contactei a AP, mostrei-lhes a minha intenção de trabalhar no Banco, tendo em conta as cadeiras que eram da minha predilecção. E de facto, o Banco confirmou à AP que estavam disponíveis para me receber. Naquela altura não havia muitos quadros formados (Entrevista L).

Os integrantes deste grupo que ingressam actualmente no sector económico privado passaram parte considerável ou mesmo praticamente toda a sua vida profissional a ocupar sucessivamente cargos burocráticos de direcção, sendo o nosso universo formado basicamente por quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas públicas e semipúblicas, como é o caso, por exemplo, do nosso entrevistado com carreira feita na CV Telecom:

Quando entrei na ex-CTT/PT (Correios de Portugal, S.A.), empresa pública, como engenheiro de manutenção, trabalhei no Centro de Transmissão (...). Fui nomeado chefe do Centro de Transmissão da

Zona Sul, depois fui nomeado chefe de Divisão de Transmissão (que já é a nível nacional). Fiz essa trajectória até 1995, quando fui nomeado director técnico. Estive um ano e passei depois a assessor do director geral em 1992. De 1992 a 1995 exerci duas funções: de assessor do director geral e director do Gabinete de Estudos e Planeamento. Em 1995, com a separação da ex-CTT/PT e dos Correios de Cabo Verde, fui nomeado administrador da CV Telecom (Entrevista C).

Com um sector de empreendimentos privados frágil, a reconversão de posições cimeiras na esfera estatal para posições na economia privada é um fenómeno recente em Cabo Verde. A percepção de que a construção de carreiras na economia privada possa ser um investimento exclusivo independente de cargos públicos é uma construção que só se consolida quando 30 anos de estado pós-colonial criaram as condições de segurança. Dentre os nossos entrevistados, poucos constituíram carreira predominantemente no sector privado, como esse que consolidou a trajectória profissional na multinacional Shell:

Na Shell-Praia, assumi a função de coordenador do Departamento de Gás para Sotavento e, entretanto, pouco tempo depois, convidaram-me para assumir a mesma função, mas a nível nacional. Depois houve uma mudança do director do departamento e fiquei como assessor do director do Departamento de Gás. Aí venci um concurso interno para a Direcção de Marketing e passei para Director de Marketing da Shell (Entrevista F).

Há ainda muito a estudar sobre como se dá, em Cabo Verde, a monopolização de posições cimeiras da esfera política, administrativa e económica por um grupo restrito de indivíduos que alcança títulos superiores no período logo após a independência. Esse campo de estudo é fundamental à compreensão das reconfigurações actuais do campo económico. Neste estudo, dados qualitativos nos impelem à hipótese de uma ampla circulação dos mesmos indivíduos por uma multiplicidade de posições de direcção:

Na EMPA² entrei como técnica para a área da estatística, para organizar a compilação dos dados. Também trabalhei com projectos de informatização. Em 1986 fiquei como directora do GEO (Gabinete de Estudos e Organização). A EMPA transforma os seus estatutos e eu também assumo a presidência do Conselho de Administração. Em 1995, vou para o INPS³ como presidente do Conselho de Administração para dar um enfoque comercial à sua gestão (Entrevista H).

Qual é a base social de extracção desse segmento que chega primeiro aos postos subsequentes à elite política que se associou ao processo de descolonização? Começamos por nos deter nalguns indicadores que concorrem para a conformação da estrutura e volume de capitais que configuram as posições de elite. Reconstituímos a origem social dos entrevistados partindo do pressuposto de que, entre outras, o nível de escolaridade e a profissão exercida pelos pais são variáveis fundamentais para a definição das trajectórias escolares dos entrevistados, já que marcam o ambiente familiar do qual são provenientes. Verificamos que o maior percentual se encontra entre os pais (e mães) com até o ensino básico completo, ou seja, com um nível relativamente baixo/básico de instrução.

A maioria dos entrevistados é proveniente de famílias compostas por um número considerável de filhos, em média nove filhos por agregado familiar. A amplitude em termos de número de irmãos varia de 4 a 16. Nas famílias numerosas, os relatos apontam também para filhos frutos de sucessivos casamentos mas isso não obsteu a que, nalguns casos, os irmãos coabitassem e fossem criados juntos:

Nós éramos 16, agora somos 13, de três núpcias. A minha mãe morreu em 1975 e no interregno, antes do casamento seguinte, o meu pai teve uma

2 EMPA – Empresa Pública de Abastecimento.

3 INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

outra senhora. Com a minha mãe éramos nove filhos; com essa senhora mais três e depois, no último casamento, mais quatro filhos.

A situação apresentada pelo Entrevistado C é similar à do Entrevistado D:

“É complicado, porque é o seguinte: tinha 14 irmãos, agora somos 20 e um porque o meu pai perfilhou mais sete (risos). Cresci normalmente num grupo de 14!” (Entrevista D).

De salientar algo que reputamos de muito importante, e que iremos retomar mais à frente. É que, apesar do número elevado de filhos, a quase todos é garantido o acesso à educação e especificamente ao ensino superior, fazendo-se questão de ressaltar que os que não o conseguiram foi por demérito dos próprios e não por dificuldades da família ou falta de apoio.

Pelas informações disponíveis, existe um grau de homogeneidade muito alto nos integrantes deste grupo. Grosso modo, são filhos de pais trabalhadores não qualificados (trabalhadores agrícolas, comerciantes, operários e artífices), exercendo assim profissões que não exigiriam, à partida, mais do que a 4ª classe ou o ensino básico completo. Podemos considerar que, salvo raras exceções, a maioria dos pós-graduados e mestres em Gestão Global são provenientes dos extractos superiores das classes populares em que os níveis de renda, pelo menos dos proprietários e comerciantes, eram superiores à média nacional na altura e, sobretudo, de famílias dotadas de um capital social e de expectativas escolares superiores incomuns nas classes populares.

Os mestrados representam uma classe de diplomados com um *status* de longe superior ao de seus pais, logo, cuja ocupação profissional não corresponde a qualquer efeito de continuidade da profissão e da escolaridade paterna.

Seguramente o pai não é um “modelo profissional” para o nosso entrevistado, mas é apresentado como modelo de perseverança e de personalidade. Estas referências mais do que a expressão de um orgulho, permitem-nos descortinar pequenas diferenças herdadas que são transformadas em prestígios e honras de família e lidas mais tarde como personalidade e perseverança num esforço de autoconsagração e de imposição de reconhecimento: “O meu pai foi sempre uma pessoa tida como “força viva”, uma pessoa que era ouvida” (Entrevista C); “O meu pai trabalhava no comércio, no estabelecimento comercial Abel Cruz. Era Caixeiro. Antes de trabalhar nesse estabelecimento trabalhou na loja Serra em Santa Catarina. Era conhecido como um trabalhador honesto!” (Entrevista J); “O meu pai era um empresário muito apurado, embora sem instrução académica, mas foi um grande empresário, um comerciante – proprietário” (Entrevista G). Um outro entrevistado faz alusão ao facto de há 56 anos atrás o pai já ter frequência do ensino secundário, facto que não seria comum no mundo rural cabo-verdiano: “O meu pai tinha o 4º ano dos Liceus (incompleto)! Naquela altura não era para qualquer um...” (Entrevista A).

2.1. Estratégias de utilização de redes de relacionamento

A maior parte dos inquiridos ao descrever a sua trajectória profissional, desde o recrutamento, revela a existência de estratégias de utilização de uma rede de relacionamentos passível de ser mobilizada em momentos cruciais do percurso escolar, salientando-se assim o valor e a importância das redes de relações e de interconhecimento para acederem aos melhores postos, através da “indicação” e do “convite”, nalguns casos protago-

nizados por pessoas-chave, que muitas vezes também detêm posições no campo político:

O cargo de administradora foi de indicação do ministro das Finanças, que era o Gualberto do Rosário, na altura. É evidente que ele me conhecia: foi meu colega no Banco e fomos contemporâneos, só que eu terminei o curso antes – quando ele foi fazer a formação económica, eu já andava no 3º ano do curso. Mas depois fomos colegas no Banco, durante um período, antes de ele ir para a Shell (Entrevista L).

Em 1992, eu fui para administradora, indicada pelo governador do BCV, o Dr. Osvaldo Sequeira, e fui administradora até a criação do BCA. Fui nomeada presidente da Comissão Instaladora do BCA e depois, em 1993, fui nomeada presidente do BCA (Entrevista M).

Depois, em 2001, com a alternância política, o Presidente da República convidou-me para assumir o cargo de director de gabinete, o meu cargo actual (Entrevista G).

Aqui na Praia entrei para a Cabo Verde Telecom, entrei logo como quadro da empresa, porque foi uma negociação feita na altura, e exerci dentro da minha área, trabalhei sempre na área comercial, tirando uma experiência de uns meses em que não trabalhei na área comercial propriamente dita, estive na área de controlo de gestão, sem nenhuma dificuldade, sempre com desafios. Nessa altura trabalhei em áreas novas, em serviços novos, na concepção de serviços novos, na criação do móvel em Cabo Verde. Até receber um convite para ir trabalhar nos TACV como directora das Relações com os Clientes, abarcando as áreas do Marketing, do serviço a bordo e da gestão do pessoal navegante de cabine (Entrevista E).

Estive três anos no projecto, depois terminou e coincidiu com a altura em que o Dr. Júlio Correia veio para o governo, como ministro do Trabalho e da Solidariedade. Eu tinha trabalhado com ele no Fogo, nos Mosteiros. Ele já me conhecia e conhecia o meu trabalho. Ele convidou-me para assessorá-lo na área da Formação Profissional e do Emprego e Luta contra a Pobreza (Entrevista N).

Poder-se-ia recuar na análise da importância das redes (interconhecimento) ao ponto da conformação das trajet-

tórias escolares. Todavia, aqui, importa-nos focar particularmente as redes de recrutamento para os postos administrativos destacados: a titulação escolar é importante, mas é factor decisivo as pessoas que se conhece e que configura-se como capital social.

Um dos nossos entrevistados destacou a importância que determinadas pessoas tiveram na sua primeira experiência profissional. A singularidade da referência está sobretudo no facto de serem pessoas com um relevo político assinalável: trata-se dos actuais primeiro-ministro de Cabo Verde e secretário de Estado da Administração Pública.

Quando voltei para Cabo Verde, tinha colegas que já trabalhavam e com os quais eu tive a oportunidade de me cruzar na Fundação Getúlio Vargas, como por exemplo o actual primeiro-ministro, José Maria Neves, e o Romeu Modesto, que é secretário de Estado. Eu, quando entrei na FGV, eles estavam a terminar, assim como o Ângelo Barbosa, que é pró-reitor da Universidade de Cabo Verde (eu e ele morávamos na mesma casa). Então, voltando para Cabo Verde, encontrei o JMN e o RM, que estavam a trabalhar na Administração Pública, na altura não havia muita concorrência, então me convidaram, em 1991, a fazer parte da equipa (Entrevista I).

Diríamos que a passagem por este tipo de curso, restritivo à partida, proporciona um ambiente propício à construção de redes (de influência e de amizades) e à gestão de relações interpessoais:

Um primeiro benefício que se tira desde logo é o estabelecimento de redes, é extraordinário, e eu acredito que a minha carreira acabou por ser alcançada por este mestrado, não apenas na parte das competências, mas ao nível do mercado laboral na Praia" (Entrevista F).

O espaço fechado, em que apenas um número restrito de candidatos consegue entrar, em que a maioria já são pessoas escolar e profissionalmente consagradas, reforça sobremaneira o sentimento de distinção por se ter pertencido a este grupo.

cido ao grupo e, mesmo após o término da parte lectiva, esse sentimento de pertença seguramente perpetua-se.

Estando numa turma daquelas, o próprio curso em si parece até mais prestigiante e você consegue alargar a sua rede de relações. Eu conheci pessoas ali que embora nos tivéssemos conhecido na rua, vieram a ser relações muito boas, duradouras até. Pessoas que discutiam, pessoas interessantes. Criámos uma rede e penso que poderemos tirar grandes proveitos (Entrevista I).

É que, para mim, uma elite deve ser um grupo de pessoas que, dentro de uma estrutura social, está lá no topo! Na verdade, a nossa turma só tinha pessoas que já tinham um percurso profissional interessante e com muitos anos. Tínhamos pessoas que tinham exercido funções de direcção a nível da banca, tínhamos pessoas com responsabilidades nas suas instituições; a nossa turma por acaso foi um grupo de pessoas bastante maduro, pessoas com um grande percurso! Eu senti-me completamente integrado. (Entrevista I).

Afigura-se pertinente sublinhar que os entrevistados, quando colocados perante a questão de se considerarem (ou não) integrantes de uma turma de elite, responderam de uma forma que nos pareceu no mínimo curiosa, permitindo-nos, através de um jogo de contraposição, perceber a que conjunto de ideias eles associam o conceito de elite. Verificámos que está relacionada sobretudo com:

i) uma ideia de “boas famílias”:

Eu diria que a maioria dos que fizeram o curso comigo era elite. O meu sentido é o de que são pessoas bem formadas, com uma determinada educação, com uma família por trás, com ideias, com regras, são bem sucedidas. Ali havia uma base familiar de boas famílias, de bom berço, não é? (Entrevista B)

ii) pessoas com capacidade científica e com uma atitude diferente perante o conhecimento:

Nós tínhamos um grupo muito valioso em termos científicos. Era pessoal que aproveitou muito bem o mestrado e estava lá com a intenção de adquirir conhecimentos e, portanto, eu não sei se será uma elite, mas é pessoal que se situa acima da média em termos de conhecimento e de atitude perante o conhecimento. Em certo sentido pode-se dizer que o grupo constituía uma elite, é gente que vai contribuir para ajudar a desenvolver o país (Entrevista D).

iii) pessoas que ocupam elevados cargos na hierarquia do Estado e das empresas, querendo também significar pessoas com capacidade de financiamento:

Era uma turma de facto que se pode considerar uma turma de elite, porque era maioritariamente constituída por pessoas que já tinham um percurso profissional, pessoas com cargos elevados – ex-ministros, directores gerais – outros que inclusivamente exerciam cargos de direcção em determinadas empresas, de modo que tenho que considerar que era uma turma de elite (Entrevista E).

Diz-nos Bourdieu (1981) que a função de sociodiceia não é perfeitamente preenchida se a consagração escolar não vier a fazer reconhecer *a fronteira da elite* (mesmo que alguns possam negar esse carácter restritivo), quer aos que foram excluídos quer aos que foram incluídos, e é por isso mesmo que o sentimento generalizado entre os “eleitos” é o de que este curso *não é para todos*, revelando o seu carácter elitista e selectivo, mesmo em termos de competências, conferindo a distinção social que se almeja e ainda, àqueles que ainda não atingiram o topo, a ascensão a uma posição de elite:

Era um grupo de topo a nível das empresas e mesmo a nível político. É assim, o meu conceito de elite, quando se diz elite política fica claro, também elite empresarial, agora se considerar elite social já não! Em Cabo Verde é complexo, porque em tempos havia uma elite, a elite eram os portugueses, era gente que não se misturava, que frequentava o Rádio Clube e o acesso não era para todos. Aquilo era uma elite mesmo! Agora não há se-

gregação! Bom, mas também este MBA não é para qualquer um, nem em termos financeiros e nem em termos de conhecimentos! (Entrevista J).

A turma era bastante heterogénea, de certa forma tinha capacidade de financiamento do curso, porque, diga-se de passagem, não é um curso barato para os nossos padrões, para os nossos rendimentos. Eu considero que foi uma turma muito interessante e vai dar muito que falar, diga-se de passagem! (...) Os colegas vinham com toda uma experiência, todo um background, por exemplo, quando nos engajávamos em debates via-se que eram debates sérios, com sentido de realidade, sempre tendo presente a realidade cabo-verdiana (Entrevista H).

A passagem pelo mestrado permitiu tornar alguns dos seus integrantes em figuras públicas, sobretudo aqueles que antes do ingresso neste curso não teriam conseguido ainda a tão almejada notoriedade social:

Um outro indicador é que eu sou convidado a participar na imprensa, em programas televisivos, para apresentar alguns temas, já fui convidado, pelo menos três vezes, para o programa Nha Terra, Nha Cretcheu, fui convidado como comentador residente do programa 180° Graus... Eu agora até me ando a travar um pouco porque tenho que conciliar as novas responsabilidades com um certo nível de exposição. Eu agora estou um pouquinho retraído, mas penso que esses convites e essas participações acabam por me dar alguma notoriedade social (Entrevista F).

Assim, podemos arrematar dizendo que a consagração deste grupo não estará unicamente relacionada à titulação escolar, embora o título associe um efeito técnico (competência e saber fazer) e um valor simbólico de consagração, gerado sobretudo pela associação com a Business School de Portugal. Mas para além disso, a consagração está relacionada com a rede de relações e o sentimento de pertença a um grupo – de indivíduos com êxitos sociais e profissionais – com os quais as afinidades podem ser encontradas e maximizadas.

Esta distinção advém também de factos já falados an-

teriormente como a militância político-partidária e/ou o desempenho de cargos nas burocracias públicas e também da própria condição de professor do ensino superior, neste caso, do ISCEE. Vale frisar que a participação de cada um destes recursos, na composição das respectivas trajectórias é extremamente variável. Se, em alguns casos, a trajectória profissional e a ascensão social estão baseadas em apenas um ou dois destes recursos, noutros casos poderão estar assentadas na combinação de uma variedade deles.

2.2. A vinculação da trajectória ao exercício do poder político

Uma particularidade da trajectória dos nossos entrevistados é que uma parte significativa ocupou postos de natureza político-partidária e fazem actualmente uma inflexão em direcção a uma trajectória de empreendedores. Destacamos aqui alguns exemplos do tipo e da dimensão da envolvimento: “Eu estive na política. A primeira parte foi muito motivadora, o movimento para a democracia foi um movimento estonteante. Eu estive pessoalmente envolvido no projecto até ao fim! Eu nem trabalhava! A nossa proposta era boa, nós estávamos a querer o melhor para Cabo Verde” (Entrevista C); “Depois em 2001, com a alternância política, o Presidente da República convidou-me para assumir o cargo de Director de Gabinete, o meu cargo actual” (Entrevista G); “Fui deputada do MPD, entrei na lista de deputada pela Praia, fui para a Assembleia – na legislatura de 1991 a 1995. Eu era membro da Direcção Nacional do MPD” (Entrevista M); “Apesar de ter funções de topo ao nível primeiro da EMPA e depois do INPS, eu acumulava também as funções de deputada da Nação!” (Entrevista J); “Eu fui durante dois mandatos vereador da Câmara Municipal de Santa Catarina” (Entrevista I).

Assim, a militância política, a exemplo de outras actividades de representação e acção cultural, é concebida e apresentada como algo socialmente superior à sua própria profissão, revelador de uma entrega pessoal de que se sublinha não pretender colher qualquer benefício. Todavia, é reveladora de lutas por posições no aparelho do Estado, por posições públicas e possibilidade de maior afirmação e prestígio.

A actuação político-partidária, lá onde é expressa, é apresentada como algo grandioso mas simultaneamente como tendo causado algum desencanto. E a causa para esse aparente desencanto pode ser encontrada no confronto entre confiança política e tecnicidade. O olhar retrospectivo de uma trajectória que tende à reconversão privada de todo um conjunto de trunfos acumulados no sector público, tende a desqualificar a administração da coisa pública na sua contaminação pela política partidária ali onde a *expertise* deveria ser soberana. Assim, a reconversão para a esfera privada pode ser vista também como liberdade para o exercício técnico:

Tive talvez um desapontamento, uma mágoa. Foi no momento em que eu entendi que normalmente os cargos estão ligados mais ao ponto de vista político do que ao ponto de vista técnico. Eu estava convencida de ter ascendido a administradora do Banco de Cabo Verde pela prestação que eu tinha dado, e que continuo a dar, e sempre admiti que a qualquer momento fosse normal eu deixar essa cadeira. Quando eu fui chamada para me comunicarem que ia cessar a minha função de administradora e depois voltei para a vida real é que compreendi perfeitamente que as coisas não eram como eu pensava (Entrevista J).

Outro testemunho oferece-nos a possibilidade de entender os contornos de um processo de adesão política seguido da decepção com a cessação da confiança política e a conseqüente perda do cargo que se ocupava. E no fundo é disto que se trata: de uma luta pela ocupação

de posições onde se jogam trunfos, dentre os quais o diploma escolar, mas igualmente o posicionamento político-partidário envolvendo, obviamente, confiança e favorecimentos políticos, como uma modalidade específica de capital social, que poderia, na esteira de Bourdieu (2005), ser qualificada de capital político. A desilusão, quando constatada, é a da perda de posição proeminente no campo político, mas não da possibilidade de reconversão da capacidade de influência:

Comecei como técnica e estive nessa situação até à abertura política, até 1990/91. Deu-se a abertura política e eu assinei o tal documento do MPD. (...) Toda a elite assinou mesmo! Havia medo, não sabíamos as consequências, mas arriscámos. (...) E foi esse documento que mudou os acontecimentos! Houve um grupo enorme de técnicos, espalhados por toda a função pública, de todas as áreas, que queria que houvesse mudança, que houvesse eleições pluripartidárias e daí criou-se o MPD. Eu continuei no BCV, mas ao mesmo tempo fui deputada do MPD, entrei na lista de deputada pela Praia, fui para a Assembleia – na legislatura de 1991 a 1995. Eu era membro da Direcção Nacional do MPD (...) entretanto dá-se a cisão no MPD e surge o PCD (risos) e eu faço parte do PCD (...) porque eu estava a preparar o Congresso, eu era uma pessoa de confiança que estava a preparar o Congresso e surge a lista B e ainda por cima se comentou que este movimento surgiu numa reunião na minha casa...da forma como foi encaminhado não caiu bem! Os dois primeiros anos de democracia foram extraordinários, mas as coisas começaram a degradar-se... foi horrível! (Entrevista M).

Igualmente damos conta, através de um comentário feito por uma entrevistada em que questiona a legitimidade das modalidades de recrutamento para cargos de direcção no imediato período pós-colonial: “quando eu entrei no Banco havia aquilo a que se pode chamar ‘carreira de tarimbeiro’, havia mais ‘tarimbeiros’ do que pessoas com a licenciatura, apesar de já existirem alguns quadros licenciados.” (Entrevista L). Esta revelação deixa perceber exactamente o palco actual de lutas pelo poder, onde os

diplomas são usados para fechar as possibilidades do autodidacta, resguardando-se assim as posições dominantes do campo político e económico para uma combinação de capital político e capital escolar.

Resta descortinar, mais especificamente, o lugar ocupado pelo curso de Mestrado em Gestão Global nas estratégias de reconversão empresarial dos trunfos apropriados em uma trajetória pela alta administração pública e por posições políticas de relevo.

3. Pós-graduado / mestre em Gestão Global: usos sociais do título

No exame que faz às Grandes Escolas de França, Bourdieu (1981) observa que a atribuição oficial de um título dá lugar a cerimónias solenes, tendo o estatuto de um *acto oficial de consagração* que, tal como a investidura do cavaleiro na Idade Média ou a ordenação de um padre, marca solenemente uma longa expectativa, ou mais exactamente, uma longa e lenta transformação para se conseguir a consagração. Porque estamos sobretudo a tratar, como nos alerta Bourdieu (1981), da objectivação do que se denomina de *jogos intelectuais* e da análise de processos de consagração (*da magia social da consagração*), devemos levar em consideração determinadas características que ainda que dissimuladas são importantes quando o que está em causa é medir o valor social de algo. Existem factores específicos a esta realidade vivida, que merecem ser apontados e que conferem seguramente o espírito de corpo, podendo ser encontrado, a título de exemplo, nos discursos alusivos às principais efemérides ligadas ao MBA (lançamento dos cursos em S. Vicente e na Praia, encerramento da primeira edição, entre outros):

Lembro-me bem, foi uma cerimónia de abertura da edição da Praia e marcou-me muito. Estava na mesa o Prof. Murteira, depois chamaram o primeiro-ministro, Dr. José Maria Neves, para o discurso da praxe. Então, eu estava na plateia juntamente com os colegas e o José Maria Neves referiu-se a mim..., ouvi o meu nome e ele referiu-se a mim como um colega e dizendo que se pudesse também faria o mestrado connosco. Aquilo foi uma nota que eu guardo com carinho. Foi uma cerimónia interessante (Entrevista I).

A peculiaridade deste tipo de actos, no contexto de Cabo Verde, encontra as suas principais referências na presença de membros do governo e, especialmente, do chefe do governo, figura obrigatória deste tipo de cerimónias, denotando-se alguma politização de actos que deveriam ser marcadamente académicos. Mas é esta “mescla” que engrandece os homenageados e que honra a investidura, podendo-se concluir que, em Cabo Verde, a intervenção política tem um potencial enorme de consagração, mesmo na esfera académica, que deveria ser, por excelência, neutra: é a presença de altos dignitários do Estado que marca as solenidades e que lhes confere a auréola de consagração exigida.

Representam estas cerimónias o que Bourdieu apelidaria de rituais de fechamento do círculo de eleitos, onde a utilização de expressões como: “uma privilegiada casta do país”; “bem preparados profissionais de gestão”; “gestores que se destacam no mercado de trabalho pela sua alta qualificação profissional”; “vocação para a formação de líderes” possibilitam a imposição do reconhecimento da distinção social do Mestrado em Gestão Global e da condição de elite consagrada e que se reconhece como digna de ser reconhecida.

Devemos ainda realçar a importância que os nossos entrevistados colocam na garantia da manutenção e o prolongamento no tempo dos laços de solidariedade e companheirismo entre os integrantes do mestrado, sobretudo no que

diz respeito a encontros periódicos, discussões na Internet, trabalhos conjuntos, o que representa o resguardo do capital simbólico que possuem. Considerando a relação social como um jogo de forças, esta é uma forma de imposição aos outros de um reconhecimento do seu prestígio e reputação.

Por um lado, a maioria dos entrevistados parece não encontrar no título em si – de pós-graduado ou mestre – uma fonte essencial de prestígio ou de distinção. E a ideia vincada é a de que um título só vale pela competência técnica que a ele está associado. Esta associação é não só uma auto-atribuição e a imposição aos outros do reconhecimento de que ao título corresponde competência técnica:

Eu vou ser muito sincera: para mim o título não significa nada. Eu posso ter títulos e não ter competências. Eu quero é ter desafios para mostrar aquilo que eu aprendi durante estes dois anos. De nada vale termos títulos se estes títulos não nos trazem uma mais-valia em termos de competências (Entrevista N).

Por outro lado, a importância do título é destacada quando se alega a necessidade de outros “requisitos sociais”, ou de uma maior visibilidade e notoriedade social. Fica patente o sentimento de que um profissional sem título (neste caso de pós-graduado e/ou mestre) fica numa certa posição de desvantagem e de subalternidade. Estamos a falar de alguém que já tem um título (licenciado), mas que socialmente sente que o facto de não ter um título para além desse, diminui-lhe o prestígio e a avaliação da sua própria competência:

Mas também são outros requisitos, também sociais, como profissionais, dão mais destaque a uma pessoa. Há muitas pessoas neste país, com menos capacidade do que eu, mas que eram projectadas imediatamente para outros cargos, para os quais muitas vezes nem tinham capacidade para aquilo e por quê? Porque tinham mais habilitações académicas! Aqui na

nossa sociedade o facto de o indivíduo ter determinado título académico tem vantagem em relação a um indivíduo que até pode ter mais capacidade técnica, mas como não tem grau é preterido. Há um aspecto social que tem muita importância (Entrevista A).

Os entrevistados que, embora empresários e administradores, acumulam essas funções com a docência, sublinham a importância do título para quem faz carreira na docência: “para leccionar, como docente do ensino superior, a licenciatura não é suficiente!” (Entrevista A).

Há um sentimento de massificação do título de licenciado, o que pode fazer com que a obtenção do título de pós-graduado e/ou mestre tenha um significado único, incluso para famílias onde ainda não existia um único titular:

Se eu estivesse na docência para fazer uma carreira, sem dúvida que o título ajudaria. Não sei, posso dizer que me sinto mais confortável e dá-me uma grande satisfação pessoal! E também posso dizer que na família sou a primeira mestre! (risos) E depois, a licenciatura está cada vez mais banalizada, com essa história de Bolonha (Entrevista J).

Existe uma enorme preocupação da parte dos entrevistados de relacionarem sobretudo *título* com *competência técnica* e menos título com *prestígio* e *distinção*, e esta afirmação representa forma social do prestígio, a forma legitimada da exigência do reconhecimento pela distinção social: “O título representa uma melhoria da minha capacidade técnica e não só, em termos sociais também tem um impacto e em termos profissionais tem-se mais prestígio, apesar disto não ser o que mais conta.” (Entrevista A). Mesmo para aqueles que para além do título de pós-graduado garantiram o de mestre, a postura é a de que a defesa de tese é apenas o coroar de um esforço e a capacidade para ir um pouco além nas suas competências:

Para mim ser mestre é a conclusão de uma fase académica que, obvia-

mente, me trouxe a consumação formal de um nível de conhecimentos que eu adquiri. Eu penso que mesmo a parte lectiva foi extremamente interessante, mesmo que eu não defendesse a tese. A defesa da tese foi, portanto, a formalização de todo um esforço que eu fiz e que acaba por formalmente dizer tenho um título académico que me habilita a fazer outras coisas diferentes na vida. Mas mesmo não tendo aquele título, com a parte curricular, eu já me considerava habilitado a fazer essas coisas (Entrevista I).

Se tivermos em conta que o *MBA em Gestão Global* se destina primordialmente a gestores de empresas/empresários, pessoas com uma apetência para o desenho de estratégias de maximização de oportunidades de ganhos e de consagração social, facilmente concluímos que o acesso a este tipo de formação lhes permite activar determinados laços e aceder aos melhores postos de trabalho. Verificamos que, na maioria dos casos, o acesso ao mercado de trabalho foi baseado em relações de reciprocidade e interconhecimento e a própria mudança de cargos ao longo da trajectória profissional terá sido conseguida com base nesses mesmos pressupostos. Se para alguns foram mecanismos formais os utilizados para se ser chamado para um cargo – como parece ser o caso dos jovens licenciados, que nos idos anos 80 entregavam o seu diploma na Secretaria de Estado da Administração Pública para serem colocados –, para outros, o sucesso na procura do primeiro emprego ficou facilitado pelas relações próximas com alguém, amigo ou conhecido, que já estava inserido no mercado. Constatamos a importância dos amigos e conhecidos em todas as situações e isto poderá explicar-se porque na maioria são indivíduos de trajectórias similares que graças aos trunfos políticos potencializam o capital de relações sociais que vão tecendo. Os capitais relacionais (consolidação de redes e conhecimento interpares) e escolares entrecruzam-se na definição das suas trajectórias profissionais e da distinção social. Assim a consagração deste grupo não está somente

relacionada à titulação escolar (acadêmica), mas a todo um conjunto de outras variáveis que permitem êxitos sociais a estes agentes, variáveis que podem ser encontradas, por exemplo, nas redes relacionais que lhes permitem ascender a cargos de prestígio.

Bourdieu (1981) quando analisa as classes preparatórias às Grandes Escolas em França afirma que estas são espaços de consagração para aqueles que são chamados a ingressar na classe dominante, e que são, na sua maioria, para o caso francês, procedentes dessa mesma classe. Ou seja, na estrutura das relações entre as instituições francesas explicitamente vocacionadas para a formação de elites para a administração, a economia ou o exército, e os diferentes campos sociais em relação aos quais estas instituições se relacionam, uma das características que melhor estabelece essa relação é a importante correlação que existe entre o alto nível social das famílias às quais pertencem tendencialmente os alunos dessas escolas. Ora, o mesmo não parece acontecer em Cabo Verde.

Assim, e tal como aponta Furtado (1995) ao analisar a classe dirigente em Cabo Verde, a afirmação desta elite socioeconómica começa com a possibilidade de uma formação no exterior, que lhe permite aceder “a um título de *noblesse* e de mobilidade social”. A titulação escolar (licenciado) permite, inquestionavelmente, o acesso ao mercado de trabalho nacional, ao mundo da produção económica em condições vantajosas e ainda a possibilidade de ocupação de posições dominantes no mundo da produção. E, na verdade, este nosso grupo não se desloca ao acaso no espaço social; as suas trajectórias profissionais e oportunidades de emprego permitem compreender que as oportunidades de ascensão foram derivadas de pequenos diferenciais em capital escolar, fundiário ou de relações sociais, acumulados nas gerações anteriores, que com a independência nacional encontram condições favoráveis

de reconversão na ocupação dos postos administrativos de um aparelho estatal em constituição.

Trata-se na verdade de um grupo que tem o início do seu percurso escolar potencializado pelas pequenas diferenças relativas na posição familiar da geração anterior, sobretudo em reconhecimento social e notoriedade nos pequenos círculos rurais. Para um segmento que sempre teve na instrumentalização de recursos ligados à honra familiar e relações sociais o principal trunfo de ascensão social, um curso que concentra em um mesmo espaço um grande número de trajectórias de elite é um importante espaço de consolidação desse tipo de capital.

Considerações finais

Neste artigo partimos da convicção de que os indivíduos não se deslocam ao acaso no espaço social e a posição e a trajectória individual encerram diferentes probabilidades inseridas em estruturas de distribuição desigual de recursos. Procurámos conhecer quem foi recrutado para este mestrado, que actores compõem este universo, quais as suas origens sociais, trajectórias pessoais (escolares e profissionais), cruzando com as oportunidades de emprego surgidas como também com as expectativas e oportunidades reais de ascensão social e resultados efectivamente conseguidos. A relação entre o diploma e a profissão é uma relação fulcral para se descortinar os usos sociais que os actores fazem dos seus títulos escolares. Aspiramos igualmente a desvendar como os capitais relacionais se entrecruzam com os capitais escolares definindo as trajectórias deste grupo de indivíduos e permitindo-lhes ascensão a uma posição de elite e de distinção social.

Queremos realçar que o que está em jogo na especificidade do momento cabo-verdiano são lutas de definição de

fronteiras entre esferas sociais, com a conseqüente diferenciação dos princípios de consagração social. Mais particularmente, parece-nos que a reivindicação de princípios exclusivos e excludentes de cada espaço de consagração social se faz parcial e é abandonada sempre que os actores achem estratégico situarem-se na política em nome de princípios próprios à academia ou, inversamente, intervirem na academia em nome de uma ordem política, ou ainda, usarem recursos políticos e académicos para reconfigurarem as regras do mercado económico propriamente.

Nossas hipóteses de partida baseavam-se no entendimento de que o Mestrado em Gestão Global (MBA) teria permitido a um determinado grupo social, uma elite socio-económica, a constituição de um espaço de consolidação de um capital de relacionamentos.

A publicidade à volta do curso pretende veicular a ideia de que o ensino ministrado no MBA em Cabo Verde é idêntico ao do ministrado pela *Business School de Portugal*, conferindo-lhe assim o brilho do prestígio e da excelência: os professores são professores consagrados do ISCTE – que se deslocam semanalmente de Portugal para leccionarem as diferentes disciplinas – e os exames são elaborados no INDEG (cabendo ao ISCEE apenas garantir a sua vigilância). A mágica à volta do curso permite escamotear as dimensões dos jogos de efeito de engrandecimento, por contraposição às dificuldades das condições de transferência das competências em questão. Trata-se, sobretudo de empresários que pretendem seguir, simultaneamente, uma carreira de docência no ensino superior e consolidar posições empresariais; para aqueles que, tendo formações diversas – sobretudo os ligados às Engenharias e à Contabilidade/Ciências Contábeis – trata-se da reinvenção na periferia do posto de “gestor global”, em complementaridade à de engenheiro ou de contabilista. Tomando em consideração o que nos diz Bourdieu (1979), no espaço social – ou

no conjunto dos diferentes espaços sociais – estas trajectórias podem assumir deslocções verticais ou transversais, isto é, verticalmente entre um mesmo campo social (por exemplo, de quadro superior da empresa, a administrador dessa mesma empresa) ou transversalmente implicando uma passagem de um campo social a outro (por exemplo, um contabilista tornar-se professor universitário). Este último tipo de deslocção supõe uma *reconversão* de uma determinada espécie de capital numa outra.

A condição favorável dos pós-graduados ou mestres em Gestão Global no mercado de trabalho (conseguida anteriormente) faz com que se afirmem, nos termos de Bourdieu (1992), como “modelo de homem realizado/mulher realizada”, de sucesso social, dando notoriedade ao próprio curso, facto verificável pela adesão, a cada edição, de um elevado número de candidatos, sobretudo na Cidade da Praia, pese embora os custos associados. São estes efeitos de engrandecimento da formação e autoconsagração dos seus formados que impõe aos outros o reconhecimento da distinção do título e dos seus portadores fazendo aumentar a visibilidade e a atracção por este tipo de formação. E sob a capa da competência técnica fica patente a eficácia simbólica de consagração.

Seguramente esta elite, no Cabo Verde do século XXI, e na cidade-capital da Praia, não assume os contornos e a dimensão de outras elites estudadas em períodos anteriores como a dos moradores-armadores da Cidade Velha (séculos XVI e XVII); os filhos da folha, funcionários régios – séculos XV-XVIII (COHEN, 2007); a elite burocrático-literária, século XX (ANJOS, 2002), e a classe dirigente no Cabo Verde pós-independência (FURTADO, 1995). A análise levada a cabo pelos diferentes autores tem como tônica comum o facto de, num momento histórico considerado, um grupo foi capaz de impor a sua dominação ao conjunto da sociedade.

Ao longo das entrevistas que fizemos a um grupo de mestres e pós-graduados em Gestão Global, das duas edições concluídas na Praia, constatámos que os actores que compõem este universo têm origens relativamente humildes, facto verificável nas habilitações dos pais e nas suas respectivas ocupações profissionais, bem como nos seus locais de nascimento (meio rural). Os nossos dados revelam, porém, que as famílias que conseguem proporcionar trajectórias escolares bem sucedidas aos vários filhos, tornando sustentáveis posições de elite, carregam pequenos diferenciais em capital fundiário e de honra familiar que são reconvertidos em investimentos escolares. É muitas vezes a possibilidade de transformação, na geração anterior, de pequenas diferenças em capital fundiário, em recursos da emigração e/ou a honra da família (capital social) que permite os investimentos na educação e o estabelecimento da fronteira entre os vencedores ou “eleitos” e os “excluídos”.

O importante será ressaltar que, na actualidade, em Cabo Verde, estão a acontecer lutas ambíguas em torno das injunções à autonomização das esferas sociais, da economia, da política e da academia. Nesse contexto, a capacidade de manipulação dos trunfos híbridos, sobretudo os capitais sociais e políticos, tem sido decisivo no processo de constituição de uma elite que tendo sido político-administrativa, tende a se apresentar hoje como elite empresarial. Nas estratégias de reconversão de trajectórias político-administrativas em trajectórias empresariais, fica claro que a imagem de uma sociedade dividida em esferas autónomas é parte dos cálculos mais ou menos conscientes que orientam os investimentos, nomeadamente a escolha do MBA.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, José Carlos (2002). *Intelectuais, literatura e poder em cabo verde – lutas pela definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH e Praia (Cabo Verde), INIPC.
- BOURDIEU, Pierre (1979). *La distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. “Épreuve scolaire et consécration sociale”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1, vol. 39, 1981, pp. 3-70.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *La noblesse d’État. Grands écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editor Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2005). *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, 7ª ed. São Paulo: Papyrus Editora.
- COHEN, Zelinda (2007). *Os filhos da folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)*. Praia: Spleen Edições.
- FURTADO, Cláudio (1995). *Génese e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- GOFFMAN, Erving (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Periódicos

- GENIEYS, William. “Nouveaux Regards Sur Les Elites du Politique”. *Revue Française de Science Politique*, 1, vol. 56, Février 2006, pp. 121-147.



**TIPOLOGIA DA CORRUPÇÃO
NAS ALFÂNDEGAS EM CABO VERDE**

Francisco José do Rosário Rodrigues

1. Introdução

A corrupção é pouco mediatizada em Cabo Verde. Apenas a corrupção política parecer ter algum destaque nos *media*. Os recentes casos das denúncias com as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI), os dois milhões de dólares do negócio da Empresa Nacional de Combustíveis, SA (ENACOL), a situação de algumas das Instituições Financeiras Internacionais (IFI na nova sigla, mais adequada que a antiga sigla *off-shore*, negativamente conotada com paraísos fiscais) são algumas das excepções à regra. Sendo pouco mediatizada e, por isso, pouco sujeita a contornos de escândalo, convivemos com a corrupção de uma forma natural, como um expediente para ultrapassarmos normas sem sentido e demasiado burocráticas.

Aliás, muitas vezes, o favorecimento com base na amizade não é considerado como uma prática de corrupção, mas tão-somente como uma acção natural, altruísta e desejável, de quem vive numa sociedade de laços de amizade e familiares muito próximos. As denúncias relativamente à corrupção nas alfândegas, publicadas nos *media*, decorreram, sobretudo, da sindicância ordenada pelo governo em 2004. Nesta altura falou-se em corrupção quase generalizada, mencionaram-se práticas de associação criminosa, avaliou-se que apenas 3% das mercadorias passavam pelas alfândegas, salientou-se haver favorecimentos, troca de favores, subavaliação de mercadorias, etc.

O distanciamento da população de crimes de corrupção pode ter a ver com o facto de, ainda, as denúncias públicas se concentrarem quase exclusivamente em crimes de colarinho branco, afectando pouco o quotidiano do cidadão comum.

1.1. Definição da corrupção à luz das perspectivas teóricas

A corrupção está fortemente relacionada com processos modernos de racionalização e de burocratização dos Estados. Weber (2004) considerava a tendência das sociedades para uma racionalização dominada pela burocracia, na medida em que esta elimina dos negócios o amor, o ódio e todos os elementos sensíveis puramente pessoais, irracionais, que fogem ao cálculo. Weber referia-se ao tipo ideal de burocrata, capaz de agir em cooperação com outros e regulamentado por mandatos, competência, conhecimento e perícia¹.

Weber, no entanto, pressentiu o perigo de que nas democracias representativas, embora sejam os políticos os detentores de legitimidade e responsabilidade políticas, responsáveis pela formulação de políticas e estejam sujeitos a sufrágio, as formas de dominação racional/legal resultantes da burocratização dos Estados poderiam levar os burocratas, eles próprios, a formularem políticas.² O resultado seria a tendência para a renúncia das responsabilidades por parte da liderança política e a usurpação das funções políticas pelos administradores, ameaçando a legitimidade do estado democrático.

No entanto, esta definição pode ser fortemente criticada em função das diferentes perspectivas teóricas sobre o mesmo. Desde logo, do ponto de vista do positivismo jurídico, a corrupção é uma decorrência da deslegitimação da ordem jurídica e da ineficácia das leis³. Nesta concepção,

¹ Esse ideal, enquadrado naquilo que alguns autores consideram a racionalidade ética no sentido weberiano, parte do princípio de que é possível estabelecer um mínimo denominador moral comum que permite a institucionalização de alguns valores considerados como universais e que estão na base de programas de luta anti-corrupção a nível mundial. A esse propósito, ver Bezes e Lascombes (2005).

² Na medida em que não são eleitos, pese embora todo o conhecimento técnico, falta aos burocratas legitimidade e, por isso, também aquilo que é comum designar-se modernamente por *accountability*.

³ A corrupção é, do ponto de vista jurídico, uma infração ao direito administrativo, que regulamenta as relações entre o funcionário público e a coisa pública.

que alguns consideram derivar do pensamento hobbesiano, é necessário haver um soberano que monopolize o uso da força – o Estado – para que os homens possam participar de forma privada na prossecução do interesse público (FILGUEIRAS, 2004). A acção coerciva do Estado é assim crucial para a acção colectiva. Segundo Filgueiras, a corrupção seria, nesta perspectiva, desprovida de qualquer acto moral ou ético e seria vinculada a um acto de desvio ou infracção de uma norma.⁴

A perspectiva estrutural-funcionalista corrobora até certo ponto a perspectiva do positivismo jurídico, na medida em que a corrupção é entendida como um problema funcional e estrutural de uma dada sociedade, tendo em conta o estágio de desenvolvimento desta. Influenciada por Durkheim (a organização colectiva precede as acções individuais mediante certas instituições sociais e, se as instituições determinam as acções individuais, elas também assegurarão a existência de certas regras), a noção de desvio surge então como categoria teórica inerente àquelas acções que fujam às regras estabelecidas (FILGUEIRAS, 2004).

Nesta perspectiva estrutural-funcionalista, Huntington (1975) considera a corrupção como um problema funcional e estruturalmente ligado ao fenómeno da modernização, concebendo-o como uma medida da ausência de institucionalização política suficiente. Segundo o autor, as sociedades modernas conseguem construir uma ordem política estável, dado o processo de modernização política, económica e social, mediante o qual são alterados os valores sociais básicos da sociedade, gerando incertezas e uma não aceitação das normas tidas como tradicionais, contribuindo para a ascensão

4 O autor critica a ausência dessa componente ética na avaliação dos actos de corrupção no positivismo jurídico na medida em que sendo uma infracção formal à lei, esta é assente numa concepção moral em torno do bem comum que antecede e cria a eficácia da própria norma, de acordo com o princípio da eficácia de Kelsen.

de novos grupos sociais.⁵ Para Huntington, a corrupção seria assim, o comportamento de autoridades públicas de desvio das normas aceites a fim de servir a interesses particulares, pressupondo por isso que existe uma aceitação comum dos actores políticos de normas do sistema que asseguram a sua estabilidade e previsibilidade, ou seja, que existe uma institucionalização política.

Segundo Huntington, a corrupção poderia ser explicada em maior ou menor grau em diferentes sociedades e dentro da mesma sociedade em momentos diferentes, em função de critérios que medem esse grau de institucionalização. Esses critérios seriam a *adaptabilidade ou rigidez* das instituições à mudança (flexibilidade face à modernização), a *complexidade ou simplicidade* em relação à mudança (que aumentam na proporção da modernização), *autonomia ou subordinação* (independência das instituições) e a *coesão ou desunião* (crescente com a institucionalização).

Neste sentido, a corrupção seria decorrente da ausência de capacidade de adaptação que torna certos comportamentos inaceitáveis face à modernização, em parte decorrente da necessidade de as elites predominantes não aceitarem a perda de estatuto e de benefícios já consolidados; do facto de sistemas políticos simples, dependentes de poucos indivíduos e que sucumbem facilmente às pressões de grupos sociais; da ausência de autonomia, isto é, subordinação das instituições a grupos de interesse específicos; e desunião, que implica menor capacidade de coordenação e articulação entre instituições e, por isso, menor eficiência na determinação do interesse público. A conclusão é que a modernização acompanhada de uma fraca institucionalização resulta

⁵ Embora para Huntington a corrupção possa também contribuir para acentuar as desigualdades existentes, continua sendo um factor de reprodução do sistema, por privilegiar aqueles que já detêm maior acesso ao poder político e, portanto, às riquezas do país. Ver Schilling (1999). Complementarmente, evidências empíricas do Afrobarómetro mostram que elevados níveis de desigualdade levam à corrupção naquilo que o autor designa por armadilha da desigualdade. Ver Uslaner (2007).

num hiato político que favorece a corrupção e esta passa a ser o padrão de articulação de interesses.

A ausência de capacidade de adaptação às mudanças torna as normas vigentes e as instituições susceptíveis de serem aproveitadas por burocratas oportunistas que utilizam o aparelho estatal em proveito próprio. Por outro lado, Huntington reconhece que a modernização pode ela própria promover a corrupção no sentido em que o aumento da complexidade do Estado provoca a burocratização e especialização técnica e, por isso, cria uma oportunidade para a corrupção para determinados grupos sociais.⁶

É neste sentido que intervêm os autores da Teoria da Agência (enquanto ferramenta analítica das correntes neo-institucionalistas), preocupados com a necessidade de controlos do Estado. Nesta teoria, todos os agentes que exercem uma função estatal são chamados de *agentes públicos*, podendo ser *agentes políticos* (pertencem ao governo e à cúpula da Administração Pública com independência funcional) ou *agentes administrativos* (sujeitos à hierarquia funcional). Estes constituem-se como um grupo especializado e são detentores de um nível de informação que os coloca em vantagem relativamente aos agentes políticos, daí que detenham o chamado *poder burocrático* ou *administrativo*. Todos os agentes públicos seriam assim sujeitos a controlos verticais ou controlos sociais (da sociedade em relação ao Estado, traduzido na recompensa ou castigo em eleições, nos pressupostos definidos na obra *Poliarquia*, de Dahl (1997), como a liberdade de associação e de imprensa), a controlos horizontais (desde supervisão até ao sancionamento, por exemplo, exercido pelos Tribunais de Contas

6 Neste particular, Huntington considera que a corrupção pode exercer uma função importante no desenvolvimento económico na medida em que permite ultrapassar a rigidez burocrática superando as normas tradicionais e promovendo novas elites pela via da compra de benefícios públicos. Nye (1967) apud Filgueiras (2004) retoma essa ideia de benefícios da corrupção afirmando os argumentos de promoção de novas elites, da formação de capital privado e consequente aumento de impostos e a superação das barreiras burocráticas.

ou pelo Ministério Público) e a controlos administrativos (também designado por controlo interno, exercido sobre as próprias actividades) (MEIRELES, 2000).

Nesta teoria, existe uma rede de relações entre o titular e o agente em que quem tem um poder específico delega responsabilidades, por meio de um contrato (formal ou não), a outro indivíduo ou organização. Passa a existir assim uma rede de relações na organização (por exemplo, proprietário e gerente, gerente e funcionário, ou também, cidadãos e políticos, etc). A assimetria de informação acaba por colocar o titular numa situação de desvantagem em relação ao agente, resultando numa *selecção adversa* e num *risco moral*, sendo o comportamento do agente dificilmente observável pelo titular.⁷ A corrupção seria assim consequência de um comportamento oportunista do agente em benefício próprio, resultante do rompimento do contrato entre titular e agente.

Segundo Araújo e Sanchez (2005), o modelo keynesiano de Estado do pós 2^a Guerra, resultou numa complexificação das estruturas estatais e no crescimento da burocracia e autonomização das organizações públicas sem a correspondente regulação política. A constante solicitação em quantidade e diversidade do Estado-Providência levou a um crescimento vertical e horizontal das burocracias, criando pirâmides que enfraqueceram os mecanismos clássicos de controlo e coordenação, e promovendo os modelos das correntes neo-institucionalistas.

Nestes, entra-se em ruptura com o utilitarismo neo-clássico que tem como base o comportamento maximizador dos agentes, adoptando o comportamento resultante de um ambiente de incertezas e por isso considerando-se apenas uma racionalidade limitada. De acordo com este

7 Segundo Araújo e Sanchez (2005), a selecção adversa ocorre quando o esquema de incentivos de um contrato não está bem formulado, facto que pode levar o agente a escolher o inverso daquilo que deseja o titular. O risco moral surge dos problemas subjacentes à criação dos contratos. Trata-se da possibilidade de o agente, depois de firmado o contrato, valer-se de brechas contratuais para agir em interesse próprio, impondo um prejuízo ao titular.

paradigma, os agentes podem ter altos custos para obter informações relevantes sobre as suas transacções. Conforme aponta Przeworski (1996), neste contexto, as instituições são consideradas como elementos centrais do contexto estratégico dos actores, pois impõem os limites e definem o leque de estratégias que podem adoptar quando perseguem seus objectivos.

No âmbito das teorias da escolha racional, a corrupção é vista numa perspectiva teórica completamente diferente. Na verdade, na óptica de autores, como por exemplo, Rose-Ackerman (2002), por um lado, as falhas do mercado estão presentes, fazendo com que os agentes públicos se comportem de maneira *rent-seeking*, ou seja maximizando o seu bem-estar, seja seguindo ou não as regras do sistema; por outro, esse comportamento depende dos recursos disponíveis – políticos ou materiais – para as autoridades agirem discricionariamente, sendo observada a distribuição de benefícios e custos para a dimensão do privado, o que redundará na criação de incentivos para o uso de pagamentos de propinas e de subornos.

Para esta autora, a corrupção é directamente proporcional à dimensão da máquina burocrática, ou seja, do controlo do Estado sobre os privados, seja pela cobrança de impostos seja pela emissão de documentos ou pelas obras públicas. A monopolização da burocracia causa assim os incentivos para que os burocratas cobrem indevidamente propinas aos privados para libertarem documentos e recursos públicos. Os cidadãos – *principals* – delegam aos políticos e burocratas – *agents* – o controlo dos recursos públicos sem, no entanto, conseguirem controlar a acção dos agentes que se encontram livres para tirar proveito privado desses bens públicos.

O combate à corrupção passaria então pela fragmentação dos monopólios burocráticos e pela existência de democracias competitivas, que inibam a cobrança de propi-

nas, já que estabilizam os interesses egoístas em torno de regras mínimas de pacificação social.

1.2. A corrupção percebida no país

A percepção externa da corrupção no país é mediana. Cabo Verde encontra-se no meio da escala do Índice da Transparency International (TI) com valor 5,1 para 2008, tendo melhorado ligeiramente o seu *score* relativamente a 2007 (4,9) e a 2006 (4,6). Em 2006 Cabo Verde não fez parte do *ranking*, mas em 2007 e 2008 passou de 49º para 47º, revelando, segundo a Transparency International, uma melhoria e confirmando que o país, segundo a metodologia daquela organização, não apresenta um problema sério de corrupção.⁸ Cabo Verde tem sido avaliado, nos dois últimos anos, como o terceiro país menos afetado pela corrupção na África Subsariana, atrás de países como o Botswana e as ilhas Maurícias. Na mesma tendência, os Worldwide Governance Indicators (WGI) do Banco Mundial, que mede a boa governação em 212 países do mundo, mostraram que, no tocante à modalidade de controlo da corrupção, Cabo Verde encontra-se na 75ª posição em 2007 (47ª posição em 1998), num total de 100 países avaliados nesse item. Apenas o Botswana, na 80ª posição, pontua melhor em África <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>, confirmando a tendência antes referida de que países com boa governação tendem a ser menos corruptos que países com má governação.

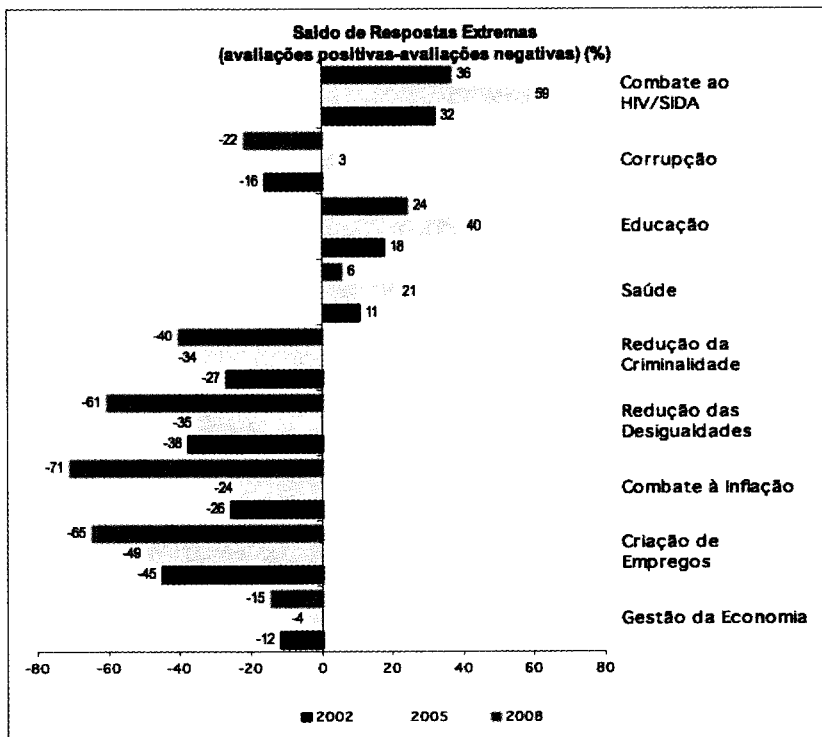
Embora pouco destacado pelos cabo-verdianos como um problema nacional, a apreciação destes sobre a performance do governo na luta contra a corrupção é bastan-

⁸ A metodologia na TI não mede o nível de corrupção mas tão-somente a percepção da corrupção no sector público de um país. Os resultados são apresentados, normalmente, em função de inquéritos e da compilação de relatórios do país por peritos. No caso de Cabo Verde, as fontes para 2008 foram o Country Policy and Institutional Assessment do African Development Bank, o Country Policy and Institutional Assessment do World Bank e o Country Risk Ratings da Global Insights (ex-World Markets Research Centre). O Corruption Perception Index (CPI) elenca 180 países numa escala de 0 (muito corrupto) a 10 (livre de corrupção).

te negativa, apresentando uma tendência para se agravar. Até que ponto esta avaliação da performance governativa é compatível com a percepção da corrupção? A resposta à questão parece ser importante porque pode apontar para o mediatismo de alguns casos de corrupção ou, alternativamente, para o incremento de experiências pessoais relacionadas com a corrupção. Os dados não diferenciam estes dois aspectos, mas independentemente disso, a avaliação do desempenho do governo no combate à corrupção é bastante negativa.

De acordo com o gráfico 1, que se segue, o saldo das respostas extremas, isto é, a diferença entre as respostas positivas e as respostas negativas, é negativo e tende a aumentar, significando que o Governo tem, segundo os cidadãos, uma má prestação neste domínio.

Gráfico 1 – Avaliação da performance do governo no combate à corrupção

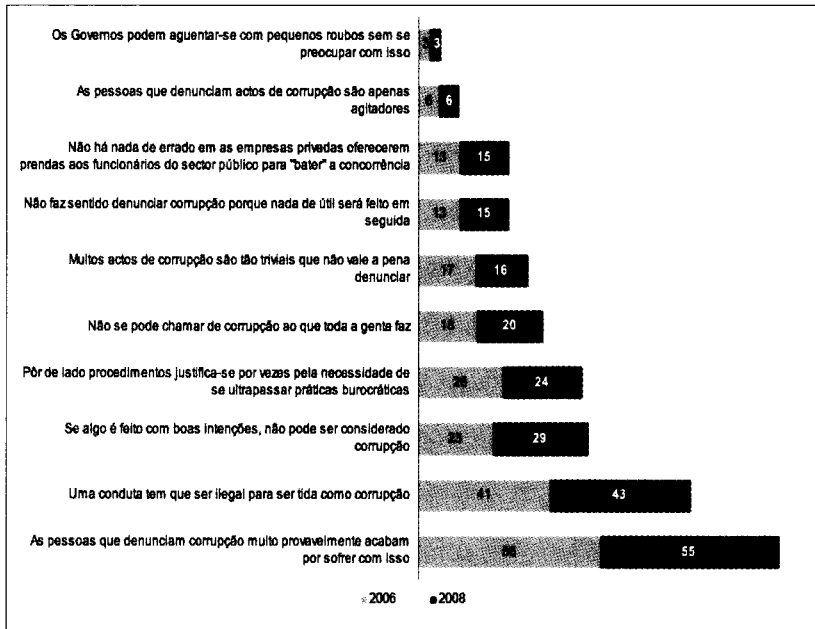


Fonte: Afrobarómetro/Afrosondagem, 2008

O inquérito do Afrobarómetro de 2008 aponta que parece estar a aumentar a proporção de pessoas que foram vítimas de corrupção no período entre 2002 e 2008, em particular na obtenção de um documento. Os estudos realizados pela United Nations Office for Drugs and Crime (UNODC) e pela Afrosondagem de 2006 e 2008 mostram que tende a crescer a percepção da corrupção e a ocorrência de corrupção. Ademais, uma proporção importante dos empresários confirma que é relativamente frequente no seu ramo de negócio a prática de actos de corrupção seja por iniciativa dos corruptores seja por iniciativa dos corrompidos. Estas percepções dos empresários não são corroboradas pela percepção dos funcionários públicos, pelo menos ao nível da sua incidência. No entanto, no mesmo estudo, 21% dos funcionários públicos confirmam que os seus colegas aceitam dinheiro para assegurar serviços mais rápidos. Ademais, os funcionários, em torno de 22%, confirmam que eles próprios já foram alguma vez abordados por alguém que queria oferecer qualquer coisa em troca dos serviços prestados e, destes, 5% aceitaram a oferta.

A análise do gráfico 2, seguinte, permite-nos constatar ser igualmente curioso que determinados comportamentos considerados corruptos, na definição-tipo do Banco Mundial e retratada na Convenção das Nações Unidas (UNODC, 2003), são, aparentemente, tidos como *normais* pelo simples facto de serem triviais ou pouco relevantes, confirmando assim teses de que existem comportamentos que são influenciados por matrizes culturais próprias e que dificilmente poderão ser aceites como prevaricadores, sendo, igualmente, difícil o seu combate.

Gráfico 2 – Avaliação pelos funcionários públicos de alguns tipos de comportamento



Fonte: UNODC/Afrosondagem, 2008

1.3. A corrupção percebida nas alfândegas

Os inquéritos do Afrobarómetro, os primeiros a medir o fenómeno em Cabo Verde de forma regular, indicam que a percepção da corrupção tem tendência a aumentar.⁹ O principal facto a destacar nestes inquéritos é que a corrupção percebida aumentou sistematicamente ao nível nacional e para todas as entidades apreciadas.¹⁰ Segundo os respondentes (ver tabela 1), os funcionários das alfândegas aparecem em primeiro lugar, com cerca de 17% dos cabo-verdianos a considerarem que a maioria ou todos os funcionários desta instituição estão envolvidos em actos

9 Os inquéritos do Afrobarómetro são realizados em Cabo Verde pela Afrosondagem, parceira da rede. Já foram realizados três *rounds* em Cabo Verde, em 2002, 2005 e 2008. A corrupção é apenas um dos temas do estudo, sendo estes concentrados na qualidade da democracia e da governação. Para mais detalhes ver www.afrobarometer.org ou www.afrosondagem.cv.

10 A questão era colocada da seguinte forma: "Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção, ou não ouviu falar o suficiente sobre o assunto para se poder pronunciar?" As modalidades de resposta eram: "Nenhuma", "Algumas delas", "A maioria delas", "Todas elas" e "Não sabe/Nunca ouviu falar".

de corrupção. No entanto, são outras entidades, em particular a polícia e os funcionários públicos de forma geral que apresentam maiores níveis de crescimento de corrupção percebida.

Tabela 1 – Percepção dos cabo-verdianos do envolvimento em actos de corrupção de instituições públicas

Entidade	% daqueles que a população considera que estão na sua maioria ou todos envolvidos em actos de corrupção																	
	São António			São Vicente			Inf. Santiago			Praia			Fogo			Total		
	2002	2005	2008	2002	2005	2008	2002	2005	2008	2002	2005	2008	2002	2005	2008	2002	2005	2008
Presidente e funcionários do seu gabinete	6	3	5	5	5	3	9	11	15	4	13	14	6	4	8	6	9	11
Membros da Assembleia Nacional	4	4	1	7	5	3	14	7	16	4	16	14	6	3	4	8	8	10
Executivo Camarário (Pres. e vereadores)	4	4	2	7	6	5	14	7	18	4	17	17	6	4	6	8	9	12
Funcionários públicos	5	3	2	4	3	3	10	7	19	2	12	23	7	2	4	6	7	14
Polícia	5	2	1	9	3	5	14	7	22	4	14	27	5	3	6	8	7	17
Funcionários das Finanças	-	2	2	-	7	17	-	7	3	-	21	13	-	3	4	-	7	13
Funcionários das Alfândegas	18	4	7	19	5	2	11	14	23	6	30	28	6	10	2	11	15	17
Juizes e Magistrados	4	1	1	7	2	3	10	5	15	1	10	15	4	1	2	6	5	10

Fonte: Afrobarómetro/Afrosondagem, Relatório A Qualidade da Democracia e da Governação em Cabo Verde, 2008

Para os responsáveis da Alfândega, esta elevada corrupção percebida deve-se à diluição do processo de desalfandegamento de mercadorias por várias entidades, entre as quais a Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA (ENAPOR) e a Polícia Fiscal, razão pela qual se isso fosse tido em conta os resultados seriam bastante mais favoráveis. Esta tese foi testada num inquérito específico sobre a corrupção, onde a Direcção Geral das Alfândegas (DGA) não aparece isolada mas em conjunto com as restantes entidades que, alegadamente, ajudam a aumentar a corrupção percebida.¹¹

As conclusões do Inquérito ao Crime e à Corrupção são muito claras:

De uma forma geral, os resultados do estudo (...) indiciam uma tendência de aumento em alguns casos, designadamente, no despacho dos bens nas alfândegas, na obtenção de autorizações municipais e camarárias, na obtenção de licenças e permissões para o exercício da actividade e na obtenção do certificado de inspecção automóvel, entre outros. A Alfândega continua a ser

¹¹ A questão foi colocada da seguinte forma: "Diga-me, por favor, em sua opinião, até que ponto cada uma destas instituições é honesta/desonestas? São muito honestas, bastante honestas, pouco desonestas ou muito desonestas?"

considerada como a instituição menos honesta junto do sector privado, pois, somente quatro em cada dez entrevistados defendem que ela é bastante/muito honesta, uma diminuição de nove pontos percentuais, comparativamente a 2006. (...) As demais instituições envolvidas no processo de desalfandegação, a saber, ENAPOR, ASA, e despachantes oficiais, tiveram melhor classificação do que a Alfândega, em termos de honestidade. A ASA é reconhecida como uma instituição honesta por 68% dos entrevistados, enquanto a ENAPOR e os despachantes oficiais foram citados por metade dos entrevistados (UNODC/AFRO-SONDAGEM, 2008).

2. O caso das alfândegas

Tradicionalmente, as alfândegas tiveram uma tripla missão: cobrar receitas, armazenar e fiscalizar as mercadorias. Com a independência do país e a criação da ENAPOR, estas acabaram por perder uma parte importante dessa missão. Posteriormente, em 1997, com a criação da Guarda Fiscal, as alfândegas viram substancialmente reduzido o seu papel, mas, para parte importante das pessoas, estas competências continuam estando integradas nas alfândegas. Há a percepção de que o que se passa no cais ou no aeroporto é da responsabilidade das alfândegas. Aliás, na secção FAQs (*Frequent Asked Questions*) do site da ENAPOR, a primeira pergunta frequente com resposta é *A Diferença Entre a ENAPOR e a Alfândega* (<http://www.enapor.cv/portal/v10/PT/asp/faq/index.aspx#0>). As alfândegas sofrem hoje de equívocos importantes que, segundo alguns dos seus funcionários entrevistados, resultam da incompreensão do seu papel e do modo como operam. O Conselho de Cooperação Aduaneira (2003), ou Organização Mundial das Alfândegas, de que Cabo Verde faz parte desde 1992, promove um conjunto de recomendações, algumas das quais são descritas neste capítulo como sendo potenciadoras ou inibidoras de ocorrência de corrupção nas alfândegas em Cabo Verde.

2.1. As alfândegas em Cabo Verde

A DGA encontra-se em todas as ilhas, com excepção do Maio, embora em algumas delas como uma delegação aduaneira. Como mostra a tabela 2, nas alfândegas trabalham cerca de 184 trabalhadores, dos quais 66 na Alfândega da Praia. Esta tem 36% dos funcionários e 40% do pessoal associado à verificação. No total, este pessoal representa 70% do pessoal das alfândegas e, na Praia, representa 77%. Nesta circunscrição existem proporcionalmente mais pessoas ligadas à verificação mas menos ligadas à inspecção quando se tem em conta a comparação com o total nacional.

Tabela 2 - Distribuição do pessoal da DGA por categorias principais, 2008

Quadro de Pessoal Actual da DGA				% Categoria	
Categoria	Total	Praia*	% Praia	Total	Praia*
Inspectores	12	2	17	7	3
Verificação**	129	51	40	70	77
Outros	43	13	30	23	20
Total	184	66	36	100	100

* Inclui Porto e Aeroporto da Praia

** Inclui reverificadores, verificadores, controladores e auxiliares de verificação

Fonte: DGA

Os funcionários das alfândegas estão entre os mais bem pagos da administração pública. Pese embora os salários-base serem relativamente semelhantes a parte importante dos funcionários públicos, a inclusão das remunerações acessórias torna esses salários muito mais elevados e coloca-os no topo dos servidores públicos. Estas remunerações acessórias variaram, em média, para 2008, entre 49% e 71% do salário total recebido. Entre os verificadores e restantes funcionários envolvidos no controlo e verificação de mercadorias, as remunerações acessórias representam entre 56% e 71% dos seus salários totais. Estes variaram, em média, entre 119 mil e 224 mil escudos mensais, consoante se trate de auxiliares de verificação ou de reverificadores (ver tabela 3). Estes valores estão fortemente correlacionados com os

montantes das multas e penalidades, tendo estas crescido significativamente entre 2006 e 2008. Neste período viram o seu peso passar de 0,24% para 0,43% do total das liquidações, ascendendo em 2008 ao valor de 63 mil contos.

Tabela 3 - Salário médio mensal dos funcionários da DGA, por categoria, situação em 2008

Categories	Salário-Base	Remuneração Acessória	Salário Total	% Salário Base	% Rem. Acessórias
Inspectores	130.015	125.523	255.538	51	49
Reverificadores	98.819	125.523	224.342	44	56
Verificadores	54.592	119.247	173.838	31	69
Controladores	55.373	87.866	143.239	39	61
Auxiliares de Verificação	34.927	83.682	118.609	29	71
Tesourelros	51.681	83.682	135.363	38	62
Oficiais e Assistentes Administrativos	34.909	83.682	118.591	29	71
Escrit. E Dactilógrafos	27.295	58.577	85.872	32	68
Ajudantes Serv. Gerais e Contratados	22.922	25.104	48.026	48	52

Fonte: DGA

Cabo Verde é um país essencialmente importador. As exportações raramente excedem os 4% das importações. Acresce ainda que essas importações são, porventura, a maior fonte de rendimento individual do Estado. Os montantes arrecadados pela DGA não têm comparação com nenhuma outra empresa nacional. Mesmo os volumes de negócio das maiores empresas do país ficam bastante aquém das liquidações realizadas pela DGA.

A tabela 4 ilustra que, entre 2003 e 2008, a DGA arrecadou em receitas o equivalente a 66,5 milhões de contos, um crescimento médio anual de 11%, mas, ainda assim, menor que o valor das importações, que aumentou em média anual cerca de 12,7% ao ano. É importante referir que as isenções cresceram ainda mais depressa, cerca de 15,2% ao ano, totalizando praticamente 16 milhões de contos, constituindo esse valor uma perda de receita importante para o Estado de Cabo Verde.

Tabela 4 - Evolução das importações e das cobranças da DGA, escudos cabo-verdianos

Ano	Valor	Peso (kg)	Liquidação	Isenção	Liq+Isenções
2003	34.211.792.443	668.263.696	8.811.146.614	1.820.474.987	10.631.621.601
2004	38.510.558.316	649.902.006	8.545.784.745	923.395.148	9.469.179.893
2005	39.038.615.321	644.802.313	9.653.182.612	2.432.027.691	12.085.210.303
2006	47.558.301.714	704.683.943	11.504.555.814	3.039.072.017	14.543.627.831
2007	60.255.414.783	906.938.248	13.145.646.026	4.058.209.325	17.203.855.351
2008	62.304.380.098	975.169.432	14.872.284.063	3.696.275.188	18.568.559.251
TVMA *	12,7	7,9	11,0	15,2	11,8
Período **	281.879.062.675	4.549.759.638	66.532.599.874	15.969.454.356	82.502.054.230

* Taxa de Variação Média Anual 2003-2008

** Somatório do período

Fonte: DGA, cálculos suplementares realizados pelo autor

A alfândega da Praia arrecadou entre 2003 e 2008 a quantia de 38,2 milhões de contos em receitas aduaneiras, tendo crescido em média anual à taxa de 9,2% apenas menos uma décima de ponto percentual do que o valor declarado das importações (ver tabela 5). Também na Praia, as isenções tendem a crescer mais rapidamente do que as liquidações, embora em valor muito inferior do que em termos nacionais. Pode-se afirmar que na Praia os crescimentos parecem ser mais consistentes entre si do que nas restantes circunscrições.

Tabela 5 - Evolução das importações e das cobranças da Alfândega da Praia, escudos

Ano	Valor	Peso (kg)	Liquidação	Isenção	Liq+Isenções
2003	20.830.683.125	420.171.089	5.194.122.718	1.085.446.931	6.279.569.649
2004	24.164.879.426	381.517.857	5.212.032.773	536.817.475	5.748.850.248
2005	22.260.263.554	396.589.088	5.753.144.634	1.156.839.455	6.909.984.089
2006	25.150.288.702	383.164.724	6.537.694.256	1.183.240.124	7.720.934.380
2007	30.845.759.540	536.962.323	7.500.388.552	1.875.682.036	9.376.070.588
2008	32.534.857.662	562.612.938	8.063.354.903	1.746.874.731	9.810.229.634
TVMA *	9,3	6,0	9,2	10,0	9,3
Período **	155.786.732.009	2.681.018.019	38.260.737.836	7.584.900.752	45.845.638.588

* Taxa de Variação Média Anual 2003-2008

** Somatório do período

Fonte: DGA, cálculos suplementares realizados pelo autor

A Praia é, destacadamente, a circunscrição aduaneira mais importante. Em média, entre 2003 e 2008, representou cerca de 58% das liquidações ocorridas e 50% das isenções. O peso das isenções na Praia tem vindo a diminuir de forma sensível, tendo passado de 60% em 2003 para 47% em 2008 (ver tabela 6).

Tabela 6 - Peso da Alfândega da Praia no total das Importações (%)

Ano	Valor (ECV)	Peso (kg)	Liquidação	Isenção
2003	61	63	59	60
2004	63	59	61	58
2005	57	62	60	48
2006	53	54	57	39
2007	51	59	57	46
2008	52	58	54	47
Média	56	59	58	50

Fonte: DGA, cálculos realizados pelo autor

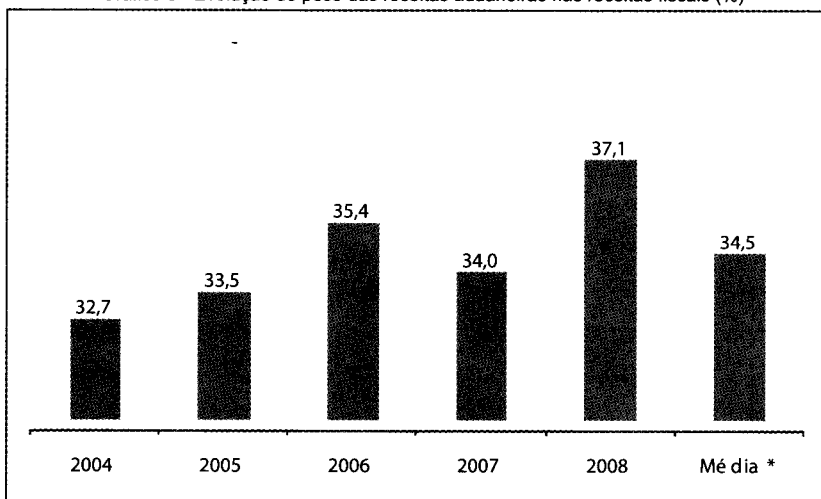
A tabela 7 mostra que as taxas aduaneiras têm se situado à volta dos 24% a nível nacional e 25% na Praia. A nível nacional têm tido um comportamento mais volátil. O mesmo padrão se verifica em termos de isenção, com a Praia a mostrar uma menor proporção de isenções do que a nível nacional. A título de comparação, por exemplo, em Moçambique, cujas alfândegas são fortemente afectadas pela corrupção, um relatório de avaliação do fenómeno cita: “Apesar da reforma aduaneira, que implicou uma redução substancial das taxas nominais, o rácio dos direitos alfandegários por valor total das importações manteve-se nos 6% a 8%.” (MSI/USAID, 2005, p. 42).

Tabela 7 - Evolução das Taxas Aduaneiras Médias na DGA e na Praia

	Valor Aduaneiro (%)	Isenções (%)		
2003	26	5,3	25	5,2
2004	22	2,4	22	2,2
2005	25	6,2	26	5,2
2006	24	6,4	26	4,7
2007	22	6,7	24	6,1
2008	24	5,9	25	5,4
Média *	24	5,5	25	4,8
* Média entre 2003-2008				
Fonte: DGA, cálculos suplementares realizados pelo autor				

A importância das alfândegas é visível na sua contribuição para as receitas fiscais. Cerca de um em cada três escudos cobrados pelo Estado é proveniente de receitas aduaneiras. Este peso tende a aumentar, tendo-se situado em 37,1%, em 2008. Em média, entre 2004 e 2008 situou-se em 34,5% (ver gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do peso das receitas aduaneiras nas receitas fiscais (%)



Os procedimentos aduaneiros e, sobretudo, a tramitação dos despachos, podem variar de forma sensível entre os países. Existe um processo de convergência a nível mundial e que em Cabo Verde se tem vindo a seguir. Ademais, Cabo Verde tem vindo a adoptar gradualmente os procedimentos da União Europeia, adaptando-se gradualmente à entrada na Organização Mundial do Comércio. Os procedimentos alfandegários foram considerados relativamente simples por todos os entrevistados relacionados neste processo, seja da alfândega ou não. Estes procedimentos têm sido relativamente estáveis no tempo, no entanto, foram acompanhados por um processo de informatização que permite maior ligeireza. Actualmente, se todo o processo estiver correctamente montado, obtém-se a mercadoria

em 24 horas ou menos. Para os comerciantes formais, com credibilidade na praça, isto é, sem precedentes de irregularidades deliberadas, é possível fazer uma requisição e, mediante garantias, levantar a mercadoria imediatamente e realizar até cinco dias depois a regularização do despacho. Parece haver uma unanimidade sobre a funcionalidade e adequação dos procedimentos e das vantagens da informatização do sistema.

2.2. Tipologias de corrupção

O estudo das alfândegas é relativamente bem documentado, na medida em que, juntamente com a administração fiscal, a polícia e os programas de privatização, as alfândegas são, a nível mundial, uma das instituições que aparecem no topo das referências sobre corrupção. Naturalmente, a natureza da sua actividade acaba por promover maiores oportunidades para a prática de actos corruptos.

Apesar de serem, dentre os funcionários públicos, os funcionários das alfândegas os mais bem pagos, estudos demonstram que onde a corrupção é endémica, mesmo aumentos substanciais de salários acabam por ser redundantes e sem o impacto esperado na redução da corrupção devido, sobretudo, ao enraizamento de hábitos, muito consolidados nesta prática e bem mais lucrativos (HORS, 2001, p. 8).

Podem ser sintetizados em três grandes tipos os actos de corrupção praticados nas alfândegas (HORS, 2001, p. 15):

1. “Corrupção de rotina”, em que agentes privados pagam para acelerar o andamento das formalidades aduaneiras;
2. “Corrupção fraudulenta”, em que empresários ou seus intermediários procuram que os serviços aduaneiros “fechem os olhos” ou cooperem para diminuir o montante das taxas ou aumento dos benefícios exteriores;
3. “Corrupção criminal”, em que os operadores criminosos pagam

subornos para permitir a operação ilegal e lucrativa, como o tráfico de droga, etc.

Por outro lado, outros autores (RUDZITIS, 2002, p. 7) preferem dividir a corrupção em: 1. “Pequena corrupção”, praticada por funcionários públicos que são mal pagos e, por essa via, dependentes de pequenos presentes para apoiarem as suas famílias; 2. “Corrupção em larga-escala”, em que funcionários seniores tomam decisões que envolvem largas somas. Estas últimas definições parecem-nos demasiado falaciosas e susceptíveis de interpretações erradas. No caso em concreto, afirmar que os funcionários das alfândegas são funcionários públicos mal pagos pode ser um equívoco. Aliás, estes encontram-se entre os mais bem pagos, ou são mesmo os mais bem pagos do funcionalismo público. Por outro lado, um verificador da DGA dificilmente pode ser considerado um funcionário sénior, no entanto, toma decisões que envolvem largas somas. Por esta razão, optamos pelas definições de Hors que são objectivamente mais verificáveis, na medida em que não julgam montantes ou categorias de funcionários, mas tão-somente o acto em si.

Das entrevistas realizadas, fica claro que a corrupção fraudulenta é, provavelmente, a forma mais comum de corrupção nas alfândegas. A corrupção fraudulenta é aquela que representa maior perigo para a estabilidade das finanças públicas e é uma das principais razões invocadas pelos governantes para combater o alastramento da corrupção aduaneira. Naturalmente, aceitar a existência de corrupção activa e passiva de corrupção criminal é praticamente impossível, na medida em que as sanções para os delatores podem envolver a própria vida. A corrupção de rotina foi mencionada apenas por um dos entrevistados mas como algo muito raro.

No entanto, vários entrevistados confirmaram, pelas suas próprias palavras, a ocorrência de corrupção frau-

dulenta. Uma vendedora afirmou mesmo que “es e ki ta pidiu ku sis kara podri propi”,¹² referindo-se ao despacho de malas ou bidões que ela traz dos Estados Unidos da América.

Esta expressão *kara podri (cara podre)* é carregada de um significado simbólico importante. É uma expressão muito forte que, por um lado, estabelece um julgamento moral depreciativo e, por outro, tem um elemento de celebração de alguém que se transfigura. Está subjacente no passageiro que seria moralmente mais aceitável que fosse este a indiciar o funcionário e não o contrário. Neste caso, não se poderia falar em *cara podre* porque o elemento principal estaria ausente, designadamente o julgamento moral, na medida em que se aceita como natural o não pagamento das taxas devidas. Existiria, no entanto, igualmente uma celebração na medida em que se conseguiu ludibriar a instituição e *convencer* o funcionário.

É comum afirmar-se que são os funcionários os propoñentes. Segunda a mesma passageira, o funcionário afirmou-lhe: “Si bu kre nta dexabu passa kel mala bu ta dan um mon fitchado”.¹³ “Kanto e kel mon fitchadu?” perguntou a passageira. “Kela e ku bo konsiensa”,¹⁴ retorquiu o funcionário. Parafraseando Stendhal, falar de consciência numa situação destas é como *disparar um tiro durante um concerto de música clássica*. No entanto, pode ser alegado que este é um comportamento aceitável para o contexto nacional. Aliás, este é um dos principais aspectos que fogem aos instrumentos tradicionais de pesquisa, tais como os resultados dos estudos quantitativos apresentados no capítulo anterior, que em última instância aplicam instrumentos standardizados sem as necessárias especificidades sociais e culturais de cada um dos países.

12 “Eles é que te pedem com a cara podre deles”.

13 “Se quiseres deixo-te passar aquela mala e dá-me pagamento por baixo da mesa”.

14 “Quanto é o pagamento?” “Isso fica com a tua consciência”.

Na verdade, aqueles instrumentos fazem parte de uma doutrina propagada pelo Banco Mundial, pelas Nações Unidas e por outras instituições internacionais e que pressupõem um padrão moral subjacente aos países ocidentais. Por exemplo, numa transacção como a do parágrafo anterior, admite-se a existência de uma *consciência* muito *sui generis* arraigada nos padrões morais cabo-verdianos. Segundo os nossos hábitos e costumes, seria natural apelar-se a uma consciência de retribuição porque *uma mão lava a outra*. A sugestão *Djudan! Djudau!*,¹⁵ entendida como um apelo a um acordo não oficial ou a fechar os olhos porque posteriormente *a ajuda* será recíproca, confirma essa hipótese. Ou seja, não existem dilemas morais porque todos beneficiam. Mais do que isso, quando se promete um *mon fitchadu* pressupõe-se um julgamento em consciência de quanto vale a retribuição. Ao se dar uma gratificação por baixo da mesa, para além do acto de se *esconder* a acção, está entendido que o receptor deverá recebê-lo discretamente e confirmá-lo posteriormente e isoladamente. O acto em si baseia-se num entendimento ou numa relação de confiança que pressupõe um julgamento em consciência da valorização da retribuição da ajuda por parte, neste caso, do passageiro. Como entender então uma retribuição num valor abaixo da expectativa do corrompido? Neste caso, em consciência, este poderá exercer uma cobrança moral no sentido de confrontar o passageiro pela ausência de consciência.

Ficou claro nas entrevistas também que, em alguns casos, os proponentes são os próprios beneficiados. Segundo um dos entrevistados, da primeira vez que trouxe malas perguntou a uma outra passageira como deveria proceder e esta disse-lhe: “Bu ta kontrola ku rapazis es ta dixau passa. Flas pa es dixau passa kel mala dispos nhos ta fala la fora.” “Fala la fora significa das um mon fitchadu”.¹⁶

¹⁵ “Ajuda-me que eu te ajudo”.

¹⁶ “Fala com os rapazes que eles te deixam passar. Pede-lhes para te deixarem passar aquela mala

Essa corrupção fraudulenta assume ainda outras formas mais significativas de danos para a receita pública. Segundo alguns entrevistados, é possível que se entregue um contentor em casa e que este seja *despachado* muito abaixo do valor. Segundo os entrevistados, existem funcionários que não têm sequer as chaves dos bidões e que acabam por facturar os utentes habituais com valores bem abaixo do valor legal, cobrando para o efeito um valor à margem ou, mesmo, em géneros, isto é retendo depois parte da mercadoria.

Normalmente, nestes casos, de entrega da mercadoria em casa, deverão estar presentes três funcionários públicos, incluindo-se a alfândega e a polícia fiscal. O despacho sem confirmação do conteúdo pressupõe, nestes casos, que todos os participantes são beneficiários das luvas pagas, embora apenas o funcionário das alfândegas seja a parte visível do negócio. Aliás, um dos entrevistados afirmou: “Quando nu ta bai pa kel sala di kontrolo es ta sta tudo la, alfandiga ku policia. Kel pessoa di alfandiga ta toma na frenti di kel oto. Nta atcha ki dispos es ta bai dividi”.¹⁷ Vários funcionários das alfândegas, perante este caso confirmam que existe ou “podi existi, sobretudo antes pamodi gosi ten mas kontrolo”.¹⁸

Este testemunho, corroborado pelos dirigentes das instituições envolvidas (DGA e Guarda Fiscal), coloca uma das questões mais importantes do estudo e que mexe com aspectos culturais. Na verdade, só se compreende esse funcionamento em rede se se considerar que não existe uma cultura de vigilância. Seria natural considerar-se que uma das instituições deveria vigiar/controlar a outra. Neste caso, e tendo em conta a ausência desta cultura de vigi-

que depois acertam lá fora. Falar lá fora significa pagar por baixo da mesa”.

17 “Quando vamos para a sala de controlo eles estão todos lá, alfândega e polícia. A pessoa da alfândega recebe à frente da outra pessoa. Acho que depois vão dividir”.

18 “Pode existir, sobretudo antes, porque agora há mais controlo”.

lância, as autoridades policiais deveriam vigiar os agentes das alfândegas. Não sendo possível a ocorrência de corrupção sem essa cumplicidade institucional, pode-se falar numa *transinstitucionalidade* que justifica a ausência de dispositivos de controlo mais rigorosos e de práticas repressivas. Duas instituições diferentes partilham os mesmos espaços e tornam a corrupção possível.

As denúncias são de vários tipos. Um comerciante formal da praça afirmou:

Não compreendo que um comerciante igual a mim, em que compramos no mesmo fornecedor um produto, praticamente em quantidades iguais, consegue vender muito mais barato do que eu, chegando ao ponto de, quando eu não tenho esse produto disponível, comprar nele para poder vendê-lo aos meus clientes.

Segundo este entrevistado, ele tem conhecimento que existem comerciantes que, por um lado, usam o expediente de pagar aos funcionários para lhe declararem um custo mais baixo, ou mesmo, falsificam deliberadamente as facturas dos clientes para apresentar para despacho. Os funcionários, mesmo tendo conhecimento que é falso, acabam por aceitar porque depois são gratificados por esses comerciantes. Segundo ele, esta é uma prática recorrente quer de grandes quer de pequenos comerciantes. *As facturas têm pouco valor em alguns negócios.*

Para os pequenos comerciantes informais, as motivações de pagarem subornos são várias. Por um lado, segundo os entrevistados, é o tempo que se perde. Ao enviarem as mercadorias para despacho é necessário tratar da documentação, preencher papéis, falar com o despachantes, passar pela verificação, etc. Segundo eles, ainda por cima, “es ta dura ta conta u produto so pa bu kansa. Es ta pou ta spera ti bu kansa, ti ki bu ta disisti bu ta pagas”.¹⁹ Neste

¹⁹ “Eles demoram a contar-te o produto para te poderes cansar. Eles poêm-te a esperar até te cansares, desistires e pagares”.

caso, os procedimentos parecem jogar um papel determinante. Tal como referido num capítulo anterior, o México conseguiu progressos importantes na luta contra a corrupção nas alfândegas reduzindo de 16 para três o número máximo de dias para uma mercadoria ser desalfandegada. Este era um factor crítico da corrupção.

No entanto, e por outro lado, alegadamente, existem razões de segurança. Um dos entrevistados afirmou que

*si e pan spera, bai perdi tempo e pa nha maleta bai durmi la na armanzem, nta prifiri paga assim es ka ta furtan el. Algen dja kustuma paga, e bai djobi nada e ka atcha. Es furtal tudo kusa.*²⁰

Mas a principal motivação para a corrupção fraudulenta é a redução de custos. Um entrevistado afirmou “e propi algandiga ki e runho. A es e mau”.²¹ Entenda-se por *runho e mau* que as taxas aduaneiras são consideradas demasiado elevadas. Na verdade, face aos montantes em jogo, o pagamento de um suborno pode representar uma redução de milhares de contos para o beneficiário, com perda equivalente para os cofres do Estado, e umas centenas para o funcionário ou funcionários.

A expressão *runho e mau* como que desculpabiliza os actos de corrupção ao transferir o ónus da maldade para a instituição. A percepção moral da maldade é institucional e, conseqüentemente, individual para os funcionários se estes seguirem as regras institucionais. Ou seja, se o funcionário seguir os procedimentos então ele é igualmente *mau e runho* (ou *rebelde* na qualificação de um dos envolvidos). Se este aceitar dinheiro para contornar os procedimentos então é *manso*.

Segundo um funcionário das alfândegas, “nka ta ta fla

20 “Se é para esperar, perder tempo e para a minha maleta pernoitar no armazém, prefiro pagar e não ver a minha maleta roubada. Há quem já tenha pago e foi buscar a maleta e tinham roubado tudo o que estava dentro”.

21 “É a própria Alfândega que é malvada. São malvados”.

ma korupson ka tem, e umanamente imposible. E podi existi, ma e um ladron di galinha, ker dizer, um kosinha i um cinco konto pa poi kusa pa sai mas faxi”.²² Confirma ainda que já foi várias vezes aliciada por despachantes oficiais ou seus colaboradores. Aliás, segundo o próprio, são os próprios utentes, sobretudo, emigrantes, que vêm com a ideia pré-concebida de que é fácil aliciar um funcionário e obter um benefício. Mais adiante confirma:

*Ta kontici verificador negocia ku utente antes di da si despacho. Es ta negocia verbalmente e antes di da despacho e ta atribuil um valor inferior. Kel kusa di da despacho dispos poi sem efeito ka ta kontici pamodi e ta fika registadu.*²³

A constatação de esquemas de corrupção organizada é evidente. Um funcionário contou que já chegou a colocar malas no tapete de bagagens deixadas *inadvertidamente* por passageiros dos TACV nos carrinhos de descarga e que, aparentemente, nunca seriam despachadas, o que acaba por afectar em última instância a imagem das alfândegas. “Es flan ki es skessi poi. Djan kustuma pega sim. Ê convicção deste que podi kontici ki sta envolvido funcionários di TACV e di Guarda Fiscal”.²⁴

Um outro funcionário da DGA falou em esquemas de sedução e de oferta de sexo para convencer os verificadores, especialmente nas fronteiras aéreas.

São coisas que ouvimos falar e que nos vêm servindo de referências, às vezes ficamos arrepiados com o que ouvimos. Há referências de verificadores que barafustam, hostilizam com os passageiros, para inglês ver e, depois quando as coisas estiverem mais calmas, pela calada, as coisas são acertadas.

²² “Pode existir, mas é um ladrão de galinha. Uma coisinha de uns cinco contos para acelerar o processo”.

²³ “Acontece o verificador negociar com o utente antes de dar o despacho. Negoceiam verbalmente e antes de ser dado o despacho é atribuído um valor inferior. O acto de fazer um despacho e depois anulá-lo não acontece porque fica registado”.

²⁴ “Disseram-me que se esqueceram. Já aconteceu eu ter descoberto alguém a fazer isso. Pode acontecer que estejam envolvidos funcionários dos TACV e da Guarda Fiscal”.

2.3. Comportamentos não-denunciantes

Das entrevistas resulta que nem todos os funcionários estão envolvidos em corrupção. Naturalmente, por exemplo, os funcionários administrativos dificilmente teriam oportunidade, dadas as suas funções, de participar ou promover acções deliberadas de corrupção. No entanto, ocorre uma *cumplicidade passiva* com actos de corrupção. Dos vários entrevistados, todos confirmaram conhecer funcionários que não se deixam corromper, tendo alguém contado que “e xatea propi quando es oferecel dinheiro pamodi e fla e kel e ki e si trabadjo e e ka tem ke recebi nada pa el”.²⁵

No entanto, esse funcionário, segundo os entrevistados, testemunhou o acto e não o impediu de ocorrer nem tão pouco se tem conhecimento de que o denunciou na medida em que por várias vezes já o viram a trabalhar no mesmo turno que as restantes pessoas envolvidas no acto.

Este comportamento de não-denúncia é relativamente comum entre os funcionários públicos. Segundo os dados do Inquérito ao Crime e à Corrupção em Cabo Verde (UNODC/AFROSONDAGEM, 2008, pp. 47-48), embora cerca de um terço dos funcionários públicos tenha disponibilidade para denunciar os seus superiores hierárquicos ou colegas, caso soubesse da existência de seus actos de corrupção, os quase 38% em 2008 não saberiam a quem dirigir-se para essa denúncia e 55%, aproximadamente, ou seja, mais de metade, consideram que não se encontrariam suficientemente protegidos caso denunciasses esses casos. No entanto, oito em cada nove funcionários, segundo a mesma fonte, consideram ser um comportamento inaceitável a tolerância, pelos funcionários, de irregularidades em troca de subsídios e outros privilégios.

²⁵ “Ele indignou-se quando lhe ofereceram dinheiro porque disse que é aquele o seu trabalho e ele não tem de receber nada por isso”.

Refira-se que, tratando-se de um crime público, não deverá haver necessariamente denúncia para que este seja investigado. Por exemplo, no Paquistão, mais de 300 funcionários foram obrigados a fazer prova da proveniência dos seus recursos para justificarem um padrão de vida incompatível com o seu nível de rendimentos (HORS, 2001). Diga-se, no entanto, que essa estratégia não é necessariamente defendida pela Organização Económica para a Co-Operação e Desenvolvimento (OECD), dado o seu falhanço no Paquistão, pese embora tal se deva a razões de outra natureza e que extravasavam o contexto do problema. Pelo menos, a ser implementada, deve seguir determinados parâmetros para que o mesmo erro não seja repetido.

Estes comportamentos de *cumplicidade* passiva são, no entanto, validados pelos utentes, embora com outras motivações. Por exemplo, assistir a actos de favorecimentos com base em relações de amizade ou de parentesco. Afirmou-se, por exemplo, que “nta atcha kel dexan maleta passa pamodi nos e amigo”.²⁶ O entrevistado não vê nenhuma possível intenção associada ao acto. Aliás, é comum os funcionários públicos considerarem que actos desta natureza, ou seja, em benefício de um amigo ou familiar, não podem ser considerados como ilícitos, podendo mesmo ser entendidos como um comportamento altruísta. Existe, neste caso, uma dimensão simbólica que antecede a dimensão de um indivíduo mais racional e calculista. Nas doutrinas ocidentais, ou mesmo do ponto de vista do positivismo jurídico, actos deste tipo podem ser considerados como corruptos, mas, do ponto de vista do prevaricador, são intencionalmente altruístas e não configuram de forma alguma actos de corrupção, mesmo sabendo que o Estado foi lesado e que foram perdidas receitas.

Este tipo de favorecimento deve ser igualmente considerado como corrupção fraudulenta, na medida em que aca-

²⁶ “Acho que ele deixou passar a maleta porque somos amigos”.

ba por representar uma perda de receita para a instituição, causando-lhe prejuízos e transferindo para o privado um benefício público.

Este tipo de procedimento é facilitado pela proximidade das relações, o que acaba por tornar promíscuos os comportamentos que, doutra forma, dificilmente seriam considerados normais. A relação muito frequente de amizade directa ou próxima ou com terceiros acaba por ser muito alegada na justificação da prática de actos considerados, conscientemente, como não ilícitos pelos prevaricadores. Este é um hábito difícil de mudar e praticado mesmo por aqueles funcionários que se dizem honestos ou incorruptíveis.

Aliás, um dos entrevistados, guarda-fiscal, que se considerou acima destes actos de corrupção por não querer pôr em perigo o seu salário e modo de vida, afirmou ter favorecido amigos, deixando passar mercadoria sem declará-la, reconhecendo, no entanto, saber que desta forma lesou o Estado por receitas não realizadas. Mas fê-lo pelo simples facto de querer ajudar um amigo e não tirar benefícios com isso.

Segundo responsáveis das alfândegas, todos os casos de denúncias anónimas são obrigatoriamente investigados. Chegou-se mesmo a colaborar com as autoridades policiais no sentido de promover investigações, mas estas foram infrutíferas. No entanto, dada a clandestinidade das práticas de corrupção, um sistema de anonimato seria fundamental. Como referido por um dos entrevistados, embora noutra âmbito, um cliente duma casa comercial denunciou um comerciante por venda de produtos ilegais e as autoridades públicas afirmaram na busca que fizeram: “Fulano tal é que nos mandou cá porque você está a vender produtos fora do prazo de validade. Quando o indivíduo denunciante chegou à loja barraram-lhe a entrada porque, segundo eles, já sabiam de tudo o que ele tinha feito.”

Este tipo de acusações não foi feito a propósito das alfândegas, mas segundo um dos entrevistados, um dos novos verificadores sentiu-se pressionado a não denunciar em virtude da pressão por parte dos colegas, por não ter alinhado em certas práticas ilícitas. Foi acusado de *da pa dodo* e passou a sentir-se constrangido com tentativas de isolamento por parte de alguns colegas.

Um dos entrevistados afirmou que algumas das pessoas sentem-se em risco de vida por suspeitas de serem denunciantes. No entanto, deve-se dizer que a sindicância realizada em 2004 teve por base denúncias anónimas directas para o ministro das Finanças, tendo sido posteriormente descobertos os denunciantes, alegadamente, por estes terem-se auto-revelado e contribuído nas investigações.

Esta rede de cumplicidades acaba por ser validada por um corporativismo muito grande. Tal como mencionado por um dos entrevistados, o corporativismo é explicado pelo seguinte facto: os funcionários envolvidos

são pessoas que às quatro da madrugada estão sozinhas e com muito poder e que acabam por ter um comportamento corporativista, não se denunciando uns aos outros. Apenas quando as comadres se zangam é que ficamos a saber de algumas coisas. Ninguém consegue fazer nada sozinho. Têm de estar organizados, é uma rede muito grande.

2.4. Oportunidades para corrupção

Como amplamente referido, quanto maiores os poderes discricionários, *ceteris paribus*, maior o incentivo para o agente sucumbir à tentação. Neste particular, as alfândegas constituem porventura o maior centro de oportunidades, sendo provavelmente, o maior serviço individual de cobrança existente no Estado. Como igualmente referido, as oportunidades de corrupção são criadas quando os poderes discricionários dos agentes públicos são capazes de proporcionar economias ou permitir actividades ilegais. As

situações em que os funcionários públicos têm poderes discricionários sobre decisões económicas contribuem directamente para a existência da corrupção. Nas importações, em particular, quanto maiores os benefícios, maior o incentivo para que os importadores evitem os regulamentos/procedimentos e maiores os valores de pagamentos extras que eles podem oferecer aos funcionários que possuem poderes discricionários.

Como dito por um funcionário, “a mi es ta tchoman di complicado, fastento, chato, pamodi nta trata tudo algen igual. Tcheu ta skodjen pamodi pa mi tud algen e igual, ma alguns di nhas colega ta trata utentes diferentes”.²⁷ Este comportamento, mesmo que seja desinteressado, acaba por criar a ideia aos utentes que, provavelmente, existe algo mais por trás, contribuindo desta forma para uma percepção negativa.

Os procedimentos constituem um dos principais riscos no que se refere a oportunidades para corrupção. Estes, no entanto, como já vimos, são considerados no caso da DGA em Cabo Verde como adequados e modernos. O principal problema dos procedimentos é nas importações realizadas por importadores não formais e que acabam por dar aos verificadores, em particular, um poder discricionário considerável. Esta discricionariedade é, como já vimos, destacada por Rose-Ackerman (2002), Klitgaard (1988) e outros autores. Refira-se que, para Hors (2001, p. 17), três factores determinam a corrupção: 1. Um “interface discricionário” entre os funcionários da alfândega e os agentes privados; 2. A possibilidade de os funcionários aduaneiros actuarem numa “rede de cumplicidades”; 3. A ausência de “controlos eficazes”.

Segundo a autora, “ao mesmo tempo, actores públicos e privados desenvolveram lógicas de acções corruptas, o

²⁷ “Chamam-me de ‘complicado’ e de ‘irritante’, ‘chato’ porque trato todos da mesma maneira. Muitos escolhem-me porque sabem que para mim todos são iguais, mas alguns dos meus colegas tratam os utentes de forma diferente”.

que os motiva para aproveitarem as oportunidades” (tradução do autor). Estes procedimentos para importadores não formais têm resultado num poder exacerbado para os verificadores. Diz um dos entrevistados:

Informei o meu cliente que o verificador tinha atribuído um valor de 800 contos à viatura, mais 400 contos do que eu, despachante oficial, tinha atribuído. Este foi falar com ele (o verificador) e este propôs-lhe dar por nula a participação que tinha feito se ele lhe desse 200 contos. O cliente acabou por aceitar e liquidou-se a viatura por 400 contos. Este comportamento, aparentemente benéfico para a fazenda pública, afinal era apenas para benefício privado.

Na verdade, o problema coloca-se com os procedimentos mas igualmente com a falta de controlo. Das entrevistas, ficou claro que existe uma lacuna importante nos controlos internos, em particular na alfândega da Praia. Todas as alfândegas têm um chamado serviço de revisão e controlo. Mas, como afirmou um dos entrevistados, trata-se de “uma prateleira dourada para funcionários que têm problemas”. Ao não funcionar, o serviço de controlo é realizado sub-repticiamente mas não pelo serviço vocacionado para o efeito. Neste caso citado, em particular, existem mecanismos adequados para controlo. A DGA atribui uma tabela fixa a viaturas. O valor aduaneiro é fixado de forma automática em função do ano da viatura, a cilindrada, etc. Caso o valor seja diferente do esperado, facilmente se detecta e o funcionário é questionado.

No entanto, ocorrem muitas outras situações que dificultam esse controlo e que acabam por atirar a culpa para as alfândegas. Por exemplo, os chamados *tchapo na mon*, ou como alguém os qualificou de *despachantes brasileiros*, são indivíduos que circulam na órbita das alfândegas e que acabam por angariar clientes, cobrando-os duplamente e transferindo para as alfândegas o ónus da corrupção. Foi contado o seguinte caso:

O indivíduo perguntou em voz alta ao funcionário qual era a matéria tributável. Este respondeu-lhe 15 contos, o que foi ouvido pelo seu cliente. Assim, este pagou 15 contos para que o tal tchapo na mon lhe tratasse do expediente. Este pagou 30% do valor aduaneiro (4,5 contos) e ficou com os restantes 11,5 contos. Acabou ainda por cobrar ao cliente os honorários do serviço. E no final vem o importador criticar a alfândega por lhe ter cobrado 15 contos por um bidão.

Da mesma forma, outro entrevistado contou:

Ao despachar uma viatura, um desses tchapo na mon informou o cliente que o funcionário lhe tinha atribuído um valor de 600 contos (quando na verdade lhe tinha atribuído 400 contos) mas que ele tinha falado com ele e estava disposto a baixar para 400 contos se este aceitasse pagar-lhe 50 contos mon fitchado. O cliente aceitou, pagou os 50 contos que ficaram com o angariador e ficou mais um cliente com a percepção de que um funcionário das alfândegas está a ser corrompido.

Um destes, designados por *tchapo na mon*, abordou-nos facilmente e explicou-nos como retirar a mercadoria pagando o menos possível. Na verdade, pagando o menos possível implicava subornar o verificador para este fazer uma sub-declaração. Como foi dito,

si senhor bai via recto nhu ta rabenta struma larga. Nhu tem ki tenta disenvia pa nhu fazi manobra. (...) Ou na Barlavento ou na Sotavento nkonchi 48% di funcionários di alfandiga (...) Konbersu claru. Nhu lembra ki kel algen tamben ta kre bebi si kafe. Quem? Ok. A mi nka sta studadu, nhu sabi mo tud algen tem problema. Um algen ki bem da nho kel carton li si nho sabi mo e tem valor di mil konto es ta da nho mil escudo, a nho nho ka tem koragi di kume nho so. (...) Ta da tudo certu!²⁸

Apresentando cartões de visitante da ENAPOR (caducados) e um cartão de uma agência marítima, tenta conven-

28 "Se o senhor for pela via legal arrebeta-se. Tem que tentar desviar-se, manobrar-se. (...) Conheço 48% dos funcionários da alfândega no Barlavento ou no Sotavento. (...) Vamos conversar claro. Lembre-se que a outra pessoa também quer beber o seu café. Quem? Ok. Eu não estudei, mas o senhor sabe que todos temos problemas. Se alguém lhe der mil escudos por um cartão que o senhor saber que vale mil contos o senhor não tem a coragem de comer sozinho! (...) Tudo acaba por dar certo!"

cer-me que é a pessoa adequada para me tratar do despacho rapidamente e barato.

E ta dipendi di algen ki sta na terreno (...) Nes Praia li e ka nada difcil (...) Si e sai na despacho-caderneta²⁹ nhu ta ganha totoloto. Si for na regime geral bu tem ki kori Praia, bu tem ki poi na tchon, es ta rabidau el fundo pa riba pa es kontau el gran pa gran (...) dispos bu tem ki kori pa cima pa baxu (...). Mas ki 50 konto ka ta pagadu (...) A mi nkonxi ken ki e runho ken ki ka e runho. Runho e mas poko, a es e dos. Rebelde e dos (...) Kes dos a es ka ta kume kusa miúdo, es ta kre kume karoso di karne gros, es ta kume so xokolati. (kurupson tudo algen sabi mo tem (...) a mi ningen ka ta matan li, nta kume nta laba nha boka (...). A bo bu bai forma fora mi nka ba fora, bu ta bem nu ta djunta li. Bo bu bai la mi ntrabadjá li, ora ki bu bem ka bu kori ku mi, bu ta kume di bo bu ta dexam kume di meu. (...) hoji dia sta mas sabi ki manha (...) en peritagen di algen ki sta na terreno hoje e mas agradável ki dia di manha (...) Um diabu ku um murinha ka ta trabadjá ma dos xuxo ta trabadjá.³⁰

As declarações são por si evidentes. Os danos que causam à instituição são inquestionáveis. Para venderem o seu serviço têm de desacreditar a instituição. Ao fazê-lo propagam a imagem negativa desta e, mesmo que o utente não aceite, acaba por ficar com esta imagem de que existe uma rede da qual fazem parte alfândegas e agentes fora desta. A DGA não tem sabido combater essa proliferação de angaria-dores, proibindo-os de entrar e colocando-os cada vez mais longe das instalações mas estes acabam por angariar clientes fora do perímetro e são, porventura, uma das principais causas de deterioração da imagem pública da DGA.

29 Despacho-caderneta – despacho simplificado para importações informais.

30 "Depende de quem está no terreno (...) Nesta Praia nada é difcil (...) Se lhe derem despacho-caderneta o senhor ganha o totoloto. Se for no regime geral, o senhor tem que correr a Praia toda, tem que virar a caixa de cabeça para baixo para contarem tudo peça a peça (...) Depois tem que correr para cima e para baixo (...) Mais de 50 contos não se paga (...) Eu conheço quem é malvado e quem não é. Os malvados são mais poucos. São apenas dois. (...) Aqueles dois não comem coisas pequenas, comem apenas carne da grossa, querem comer só chocolate. (...) Corrupção todos sabemos que existe (...) a mim ninguém me 'mata', como e lavo a minha boca (...) Foste formar-te no estrangeiro, voltas-te e nos encontramos por cá. Tu saístes e eu fiquei a trabalhar cá, quando voltares não me afastes, comes a tua parte e deixas-me comer a minha. (...) Hoje o dia está melhor que amanhã (...) Em matéria de peritagem no terreno o dia de hoje é mais agradável que o dia de amanhã (...) Um diabo com um burro não trabalham mas dois demónios trabalham bem".

Por outro lado, os procedimentos não são ainda completamente à prova de intrusão. Foram contados casos em que a taxa ecológica não é cobrada ou é mesmo reembolsada indevidamente, com conivência de funcionários das alfândegas. Pese embora a DGA refute essas acusações de cumplicidade, admite que possam ter ocorrido no passado. Neste momento não ocorrem, tanto mais que é exercido um controlo pelo sistema informático. Um dos entrevistados, despachante oficial, afirmou conhecer casos de taxas ecológicas devolvidas porque, processualmente, esta é cobrada numa Guia de Cobrança que é separada da restante documentação. Neste caso, o cliente pagava-a ao despachante e este no momento que o apresentava ao tesoureiro retirava-a, com conivência deste, e este montante nunca chegava a entrar nos cofres do Estado. Refira-se que a taxa ecológica varia entre 1 e 10%, pelo que são valores consideráveis.

Aliás, falar-se em corrupção nas alfândegas obriga em falar necessariamente numa rede de cumplicidades que envolve pelo menos três partes: as alfândegas, a ENAPOR e a guarda-fiscal. Tradicionalmente, nas palavras de um dos entrevistados, as alfândegas tinham uma missão tripla de armazenamento, fiscalização e cobrança. Com as reformas sucessivas, acabou por perder a função de armazenamento com o surgimento da ENAPOR e, posteriormente, com a criação da Guarda-Fiscal, acabou por perder a função de fiscalização. A fragmentação dessas funções acabou por deixar uma herança que não foi completamente apreendida pelos utentes na medida em que associam às alfândegas, por exemplo, o roubo de mercadorias na ENAPOR.

Foram citados vários exemplos ilustrativos de como as alfândegas passam a ser vítimas de uma percepção equivocada sobre corrupção porque na cadeia do envolvimento das instituições, a alfândega acaba por ser considerada como a instituição que é responsável em última instância.

Um guarda-fiscal entrevistado confirmou isso:

Conheço casos de colegas envolvidos em corrupção juntamente com funcionários das alfândegas e da ENAPOR. Já assisti colegas meus a receberem dinheiro (70 contos) para fecharem os olhos a contentores ou para deixarem mercadorias que não tinham sido declaradas. Eu próprio já fui aliciado porque ao abrir um contentor no armazém do importador constatei que havia um gerador que não tinha sido declarado e o importador ofereceu-me dinheiro para não o declarar. Não aceitei e levei e declarei o gerador.

Estas redes de cumplicidade parecem estar focalizadas em algumas categorias, em particular, nos verificadores, auxiliares de verificação, adjunto de fiéis de armazém e guarda-fiscal. Segundo um dos entrevistados, funcionário das alfândegas, quando questionado sobre por que razão não aplicava mais controlos internos, este afirmou que “neste momento não tenho a certeza em quem posso confiar na medida em que implementar esses controlos implica confiança num conjunto de pessoas”.

Essa afirmação valida a ocorrência de redes de cumplicidade e a ausência de controlos internos alargados e sistemáticos. Na verdade, existem controlos e foram levantadas participações e processos disciplinares a funcionários, alguns mesmo encontram-se em tribunal por actos de corrupção. Por isso falar-se em corrupção nas alfândegas é realista mas não suficiente. A natureza do processo implicaria falar em corrupção no despacho de mercadorias na medida em que colocaria a tónica no processo e não na instituição.

Um outro exemplo de cumplicidade relaciona-se com as facturas. Segundo relatou um dos entrevistados, despachante oficial, há comerciantes que recebem uma factura com por exemplo 1.000 caixas de cerveja. Este declara 500 caixas numa factura, entretanto falsificada, em que o nome, a sigla, o logótipo e o carimbo do fornecedor são

imitados e colocados numa factura em que as quantidades e valores declarados são mais baixos. Porque isso pode ser facilmente detectado pelos verificadores, o importador oferece ao verificador um determinado montante para que este aceite as 500 caixas, e, simultaneamente, contacta o guarda-fiscal de serviço e o fiel ou adjunto do fiel de armazém para aceitarem também os valores declarados, validando as quantidades ou fechando os olhos, não conferindo a mercadoria. Em alguns casos, segundo o entrevistado, está igualmente envolvido o colaborador do despachante.

A falta de condições de trabalho pode constituir também uma oportunidade para a ocorrência de actos de corrupção. A falta de condições mínimas de trabalho, como viaturas para deslocação dos verificadores, turnos prolongados de 24 horas sem apoio logístico nem lugar para descanso, tendo inclusivamente de pagar dos próprios bolsos para irem a casa comer, fardas e divisas adquiridas pelos próprios funcionários, aliada à atribuição de direitos, por exemplo, isenção de direitos de importação de viaturas, a outras entidades que não a DGA, pode não justificar mas servir de pretexto para justificação de comportamentos corruptos.

3. Considerações finais

O número de casos relatados e a confirmação de vários envolvidos no sector atestam a existência de corrupção, essencialmente na tipologia qualificada de fraudulenta, nas alfândegas em Cabo Verde. Esta conclusão é importante na medida em que contrasta com o discurso oficial da instituição que prefere falar em conhecimento de *indícios de corrupção*, naturalmente, porque caso contrário teriam de ser confrontados com medidas sistemáticas de controlo da corrupção.

A ocorrência de corrupção não resulta, porém, numa corrupção *a céu aberto* ou na percepção de uma instituição ou de um *estado predatório* que extorque dinheiro dos privados a favor de burocratas. De forma alguma pode ser a DGA considerada como uma organização cleptocrata. Algumas referências, particularmente na imprensa, mencionam a corrupção generalizada na Alfândega da Praia. A análise da evolução das receitas, das liquidações e das isenções, bem como a comparação da estrutura das importações, associada ao nível dos salários, tornam difícil corroborar essa afirmação, tanto mais que, em algumas entrevistas, foi assumido pelos utentes que, em caso de prejuízo, podem reclamar e serem ressarcidos. Aliás, nas entrevistas, a unanimidade sobre a ausência de uma corrupção generalizada é notória, tanto quanto a confirmação de que existe corrupção, embora focalizada. Como alguns referiram, “sabemos muito bem quem anda envolvido”. O ónus da prova é, no entanto, bastante difícil e frequentemente impossível.

Essa corrupção, contudo, encontra-se concentrada em determinadas categorias profissionais e, sobretudo, numa rede de cumplicidades que envolvem um triângulo que extravasa a DGA e é composto por alfândegas, ENAPOR e guarda-fiscal, fazendo com que o ónus do fenómeno seja atribuído essencialmente à alfândega e perpetuando-se através de *pactos de silêncio*. Aliás, é curioso constatar que ainda hoje os guardas-fiscais são designados de *polícias da alfândega*, o que simboliza idealmente alguns dos equívocos existentes na percepção das pessoas.

Por outro lado, os funcionários das alfândegas têm um nível de vida muito superior ao da média dos cabo-verdianos, sendo alvo de comportamentos de inveja por parte dos seus conhecidos e vizinhos e da população em geral, que não compreende como é possível um funcionário público *viver tão bem* quando, na verdade, funcionários com qualificações media-

nas têm rendimentos superiores a directores-gerais. Como referido por um dos entrevistados, funcionário da DGA, “e fazi um duplex? Claro! E ta trabadja na Alfândega!”³¹ Sistemáticamente, o primeiro indício mencionado pelos entrevistados para corroborarem a existência de corrupção é o estilo de vida dos verificadores. Este desconhecimento alimenta essa percepção negativa da Alfândega. Não obstante casos aberrantes referidos nas entrevistas, na verdade, os rendimentos auferidos por alguns desses funcionários permitem-lhes ter uma vida com qualidade muito acima da média. Com alguma imaginação financeira se poderá ter um padrão de vida invejável e ao alcance de muito poucos cabo-verdianos. O estilo de vida dos verificadores, criticado sistematicamente, pode não ser necessariamente resultado de corrupção. E se o for, não ocorre de forma generalizada.

A ocorrência de corrupção pode ser explicada, como se afirmou nas entrevistas, “por pura ganância ou vício ou ambição desmedida”, mas também por ausência de medidas institucionais sistemáticas. A ausência de funcionamento regular das secções de revisão e controlo, a ausência de tratamentos estatísticos de dados, a ausência de um sistema que impeça o não-cumprimento do estipulado na legislação em matérias cruciais, perfis de recrutamento ainda desadequados, falta de meios operacionais, entre outros aspectos, fazem com que a instituição se torne permeável a acusações de corrupção. A ausência de controlos internos e a existência de redes de cumplicidade são determinantes para a ocorrência de corrupção e, consequentemente, para a percepção relativamente mais elevada de corrupção nas alfândegas. Segundo um dos entrevistados, “dadas as oportunidades que aparecem, a situação é devoradora, hoje os nossos maiores problemas são os nossos próprios agentes, não são os utentes. (...) Este lugar contamina. A solução do problema passa pelo recrutamento”.

31 “ Ele fez um duplex? Claro! Trabalha na Alfândega”.

Mas mesmo com esses controlos, é nossa convicção que continuarão a ocorrer actos de corrupção. A utilização de poderes discricionários atribuídos aos verificadores, a passagem de milhares de processos de despacho, a lida com milhões de contos anuais implicam que apenas funcionários com uma blindagem ética muito poderosa estariam imunes a tentações diárias e a pressões de operadores que tentam, seja pela via de redução de custos seja pela via de acesso a informação confidencial, superar a concorrência e obter benefícios financeiros mais importantes. As oportunidades de corrupção nas alfândegas são inúmeras e de monta, e no caso de ausência de controlos exaustivos e abrangentes, podem transformar-se rapidamente num hábito rotineiro, habitual e normal. Por exemplo, em alguns países foi adoptado o esquema de pré-verificação na origem, em que empresas são pagas no país de origem da importação para verificarem as mercadorias (valor e quantidades), fornecendo essa informação às alfândegas do país de destino. Este serviço chegou a ser equacionado para Cabo Verde mas foi abandonada a ideia por não ter funcionado noutros países como a Guiné-Conacri porque as próprias firmas de pré-verificação acabaram por ser corrompidas, viciando as regras do jogo.

Entretanto, as oportunidades de corrupção, maiores nas alfândegas, não podem, por si só, explicar a ocorrência desse fenómeno. Os funcionários da ASA assistem frequentemente ao desembarque de passageiros mas nem por isso têm uma imagem negativa associada. Pelo contrário, a ASA, entre várias instituições, foi considerada a mais honesta. Os serviços das Finanças lidam igualmente com uma enorme massa de quantias financeiras e, nem por isso têm a mesma percepção negativa que a Alfândega. O que explica a diferença? Do nosso ponto de vista, nas Finanças será, por um lado, o carácter mais restrito dessa corrupção, centrada em grandes empresas e por isso num

número consideravelmente menor de indivíduos envolvidos, e, por outro, a existência de controlos de cruzamento de informação. A ocorrência de maiores controlos administrativos é potencialmente inibidora da prática de um determinado tipo de corrupção. Uma rede de cumplicidade seria mais difícil de ser implementada nesta situação. Assim, sobretudo, valorizamos os aspectos institucionais como os maiores empecilhos à corrupção. Aliás, sistematicamente este aspecto é referido nos compêndios, resoluções e convenções da Organização Mundial das Alfândegas.

A par do problema institucional, existe o problema cultural. Não basta criar condições efectivas de controlo se a cultura é de ausência de vigilância institucional, expectativa de cumplicidades e uma valorização moral pelos funcionários de não quererem ser *runho* ou de quererem ser altruistas. Pode-se até ter *kara podri* mas mais vale isso do que ser conotado de *malvado*. Estes aspectos têm uma dimensão antropológica que extravasa este estudo. Mas são aspectos que merecem ser aprofundados num estudo com outras características. Rotular genericamente os funcionários das alfândegas desta forma pode ser excessivo mas constata-se a ocorrência de fenómenos que indicam essas ocorrências.

O salário não é determinante para a ocorrência de corrupção nas alfândegas em Cabo Verde. “Nada mudaria se os salários fossem aumentados na DGA”, afirmou um dos funcionários. Embora uma vasta literatura encontre essa relação entre ocorrência de corrupção e baixos salários, nos estudos empíricos esta relação falha frequentemente. O pressuposto é que os salários dos funcionários públicos são importantes na determinação da corrupção, na medida em que representam um custo para aqueles que forem descobertos e punidos. Um indivíduo que recebe um alto salário estaria, assim, menos disposto a colocar seu emprego em jogo. Afirmamos parecer não ser determinante

porque estudos empíricos mostram que uma vez inscritos nos hábitos, os benefícios ilegais são tais que mesmo aumentos substanciais de salários dos funcionários não têm mais um efeito real sobre o nível das práticas ilegais, bem mais rentáveis (HORS, 2001, pp. 7-8).

Segundo Di Tella e Schargrotsky, (2003) apud Maciel (2005, p. 20), uma variável importante mas difícil de obter é a intensidade de controlos de auditoria. A probabilidade de punição, influenciada por estes controlos, altera o comportamento dos funcionários públicos em relação ao nível dos salários. Se estes acham pouco provável que seus actos corruptos sejam descobertos, eles serão corruptos, apesar dos altos salários recebidos. Neste momento prevalecem os controlos primários, isto é, verificação documental, e, como tal, “as coisas estão como o diabo gosta”, afirmou um dos funcionários. Apenas recentemente se retomou o funcionamento desse serviço na Praia.

Aparentemente, a probabilidade de se ser descoberto e punido parece determinar mais o nível de corrupção do que os salários. Estes não podem explicar o nível da corrupção, como assumido por parte da literatura, na medida em que o nível de salários na DGA é relativamente elevado. O salário mais baixo na instituição era de 48 mil escudos mensais em 2008. Provavelmente, para além da probabilidade baixa de ser descoberto, aliada a alguma tolerância na aplicação de punições severas, a *vontade política* pode explicar a ausência de controlos mais apertados. Como pelo menos dois entrevistados com responsabilidades de direcção referiram, é de conveniência política que algumas ocorrências continuem a existir, designadamente, pelo facto de serem considerados como determinantes para a sobrevivência das famílias e para a existência de alternativas à falta de emprego. É claramente a interpretação relaxada dos despachos das pequenas encomendas, em particular das remessas dos emigrantes.

Os despachos-caderneta³² são uma fonte de problema já identificada. Os verificadores têm consciência disso quando vêm que um indivíduo se apresenta para levantar as mercadorias, com mercadoria velha misturada com mercadoria nova para disfarce sobre o fim último da mesma, acrescido que, se há dez bidões a levantar, cada documento apresentado aparece em nome de uma pessoa diferente. Segundo um funcionário da DGA, “dja ka e mas remessas, dja vira num ramo di comércio informal”.³³ Afirmou um outro funcionário, “os nossos problemas começam com o despacho-caderneta. Com o pessoal que se tem, é impossível verificar todos os bidões e por isso a ideia é que, pelo menos, aquilo que verificamos tem de ser bem verificado”.

Enquanto a corrupção não se tornar generalizada e colocar em perigo as finanças públicas, ela parece ser politicamente tolerada. A ausência de políticas directas de luta contra a corrupção no país é evidente. Apenas de forma indirecta se vão promovendo acções que podem ser rotuladas de anti-corrupção. Pode-se afirmar que existem geralmente *regras rígidas e práticas moles*.

Ainda, relativamente à relação entre baixos salários e corrupção, a percepção dos funcionários públicos cabo-verdianos fala por si. Constata-se que estes consideram, no quadro das estratégias, apenas em quarto lugar o aumento salarial como medida de combate à corrupção, preferindo enfatizar medidas de natureza mais estrutural como controlos administrativos e financeiros mais eficazes nas instituições públicas (referido por 64% dos funcionários), leis e sanções mais rigorosas (56%) e educação e consciencialização (52%) (UNODC/AFROSONDAGEM, 2008, p. 50).

Cabo Verde merece ser um caso de estudo no contexto africano e dos países em desenvolvimento pela sua espe-

32 Despacho-caderneta: despacho simplificado para importações informais.

33 “Já não são mais remessas. Já se tornou num ramo do comércio informal”.

cificidade nesse aspecto. Uma vasta literatura debruça-se sobre a compreensão do fenómeno, enfatizando a questão dos procedimentos, da informatização ou da burocracia ou dos salários como determinantes da corrupção. Por exemplo, no México, a redução de 16 para 3 dias para o despacho alfandegário diminuiu drasticamente oportunidades para a corrupção. No nosso caso, estes aspectos parecem ser determinantes menores. Provavelmente, explicam mais a corrupção pela oportunidade que se criou com a interpretação dos procedimentos aos despachos de comerciantes informais ou às remessas dos emigrantes. Estes acabaram por colocar subjectividade no processo e deram um controlo discricionário aos verificadores, a categoria mais afectada pela percepção da corrupção.

Como dizia um dos entrevistados,

ainda temos esperança em Cabo Verde. Vejo colegas de outros países a contarem histórias e peripécias de como receberam subornos, rindo e até gabando-se do facto. Em Cabo Verde, não ocorre ao nível da direcção ou do topo dos serviços e mesmo quando alguém noutras categorias é confrontado com um facto que o envolve, olha para o chão em sinal de vergonha.

Esta esperança deve ser, no entanto, potenciada por mudanças importantes na compreensão do fenómeno e no reforço de comportamentos éticos dos funcionários. Tivemos a oportunidade de ver fichas de avaliação de funcionários das alfândegas, em que foi recomendado como formação Ética na Função Pública. Em particular, a DGA tem essa sensibilidade. Aliás, todos os quadros de topo da instituição foram formados naquela que é considerada a melhor escola aduaneira do mundo, a escola francesa. Alguns deles, para se qualificarem como inspectores, passaram dois anos num curso em França. No entanto, não basta a DGA ter sensibilidade e vontade para mudar a postura institucional. Conforme afirmam Coolidge e Rose-Ackerman (1995-1996, p. 5), “Além disso, porque a cor-

rupção está ligada a outras características da estrutura do governo, as tentativas para reduzir a corrupção, sem uma mudança mais fundamental no comportamento das instituições públicas, não são susceptíveis de ser bem sucedidas” (tradução do autor).

Nesta perspectiva, não basta a introdução de medidas anti-corrupção e adoptar uma postura acusatória ou legalista, implementando comités de luta contra a corrupção, elaborar um código de sanções e penalizações. Kaufmann (2006, p. 88) afirma que

(..) Em alguns contextos, a ênfase desproporcional sobre os processos – normalmente de poucas empresas ou indivíduos, e muitas vezes da oposição política – à custa de um foco na prevenção e incentivos para a integridade, reduziu a eficácia dos esforços de combate à corrupção. Uma tendência instintiva para o excesso de regulação, o que pode acontecer no meio de um escândalo de corrupção, não é frequente, e também pode ser contraproducente. A regulamentação excessiva não só não combate as causas mais fundamentais da corrupção, mas muitas vezes cria novas oportunidades para a corrupção (tradução do autor).

Segundo Huther e Shah (2000, p. 2), certas condições encorajam os funcionários públicos a procurarem ou a aceitarem a corrupção: a) o aumento esperado de benefícios de uma empresa na prática de um acto corrupto excede os custos previstos; b) pouco peso é colocado sobre o custo que a corrupção impõe aos outros. Num país com moderada corrupção e média governação, as prioridades seriam a descentralização e a reforma económica, gestão orientada para os resultados e avaliação, bem como a introdução de incentivos à prestação concorrencial de serviços públicos. Por essa razão, pouca tónica tem sido colocada na luta contra a corrupção em Cabo Verde.

No entanto, a DGA deve fazer muito mais, independentemente das políticas ao nível macro no país. Como nos relembra Bicchieri,

Em situações ambíguas, onde o caminho eticamente correto não é claro, os indivíduos agem eticamente se forem lembrados de normas éticas antes de tomarem uma decisão. As pessoas tendem a transgredir se houver um conflito de duas normas éticas, ou se um único princípio ético poderia ser aplicado à situação de maneiras diferentes. Aqueles que enfrentam uma situação ambígua, sem uma orientação ética, são mais propensos a transgredir. Assim, num ambiente institucional, os indivíduos são mais propensos a agir com ética, se as oportunidades de corrupção forem minimizadas e as normas éticas são divulgadas (BICCHIERI 2006 apud IBRC, 2007, p. 16, tradução do autor).

A DGA raramente atribui louvores ou reconhece o mérito profissional dos funcionários. Pelo contrário, segundo um dos entrevistados, os funcionários são punidos de forma excessiva (incluindo despedimento) quando uma punição leve mas atempada poderia recuperá-los. Há funcionários despedidos sem uma única punição anterior. Esta promoção pelo mérito e pela honestidade faz parte de todas as recomendações e resoluções internacionais da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), incluindo a adopção de práticas de utilização de códigos de ética e de conduta (OMA, 1993;2003; 2007a; 2007b).

Reconhece-se que a informatização dos serviços, ainda que parcialmente, tem permitido a redução de práticas de corrupção, introduzindo menos discricionariedade e subjectividade aos processos. Esta modernização dos serviços tem reduzido as oportunidades para a ocorrência da corrupção. Se associarmos a informatização à simplicidade relativa dos procedimentos, então não existem bloqueios institucionais importantes que promovam acções corruptas. No entanto, a coexistência de informatização de processos com a execução manual de parte importante das tarefas pode propiciar ainda a prática de actos ilícitos. A modernização não é, no entanto, apenas informatização. Implica, neste contexto, tam-

bém o recurso a métodos de trabalho mais científicos. A adoção de métodos estatísticos de forma sistematizada para análise de situações homogêneas pode apoiar na montagem de um sistema de alertas ou na identificação de situações anómalas. A análise de todos os actos administrativos como participação, reclamações, denúncias, etc. é uma ferramenta essencial de apoio. A DGA peca na implementação de métodos de controlo e isso ajuda a criar oportunidades para corrupção.

A percepção negativa sobre as alfândegas pode ser igualmente explicada pela ocorrência de contactos demasiado próximos com os funcionários das mesmas. É frequente o contacto (ilegal) de utentes com verificadores. Sendo um país de emigrantes, as remessas são uma parte relativamente importante nesta percepção. Demasiadas pessoas têm contacto diário com a DGA para despacho de mercadorias. Em dias de chegada dos navios dos EUA, a quantidade de bidões é significativa, o que torna contraproducente verificá-los exaustivamente, e a pressão exercida para acelerar o despacho é considerável. Ao fazê-lo, muitos utentes tentam *pressionar* os verificadores a fixar o valor de até 50 mil escudos. E, frequentemente, utilizam *expedientes* para os convencer. São hoje milhares de indivíduos que vivem à custa desses bidões, e por essa razão, é natural que os indivíduos mais corruptos sejam muito procurados. Mas ao fazê-lo, circulará mais depressa a percepção de que a Alfândega é corrupta, porque na verdade, é a instituição que, em última instância, está envolvida. A incidência da corrupção, com base na análise das entrevistas, permite-nos afirmar com alguma segurança que esta ainda não valida a tese de que “já não é a corrupção nos negócios mas o negócio da corrupção” (MORGADO, 2003, p. 4).

Em nossa opinião, a abrangência do fenómeno, focalizado em determinadas categorias profissionais mas envolvendo necessariamente, pelo menos, três instituições,

leva-nos a concluir que provavelmente seria mais adequado falar-se em *corrupção no processo de desalfandegamento* em vez de corrupção nas alfândegas. Naturalmente, é mais do que uma questão de semântica. O facto de a Alfândega estar envolvida, valida falar-se em corrupção naquela instituição. No entanto, parte significativa da percepção centra-se na Alfândega quando na verdade está diluída por um conjunto de instituições. Há fortes razões que justificam o nível dessa percepção negativa mas, de alguma forma, as restantes instituições envolvidas têm sabido não serem afectadas.

A expressão *corrupção nas alfândegas* não é verdadeiramente adequada na medida em que parte das mercadorias não chega sequer a ser despachada por ser, por exemplo, roubada dos armazéns da ENAPOR. Considerando, ainda assim, apenas as mercadorias sujeitas a despacho, aquela designação não resolve o problema na medida em que fica o estigma resultante do próprio nome – desalfandegamento – com uma tónica exclusiva na DGA. A virtude encontra-se, no entanto, na tónica colocada no processo e não apenas na instituição.

O que faz a Alfândega para mudar essa percepção? Quase nada. “Nada!”, segundo um dos funcionários. Em 2009 estava prevista a realização de uma campanha de imagem visando abrir a instituição ao público. No entanto, como se compreenderá, as percepções mudam muito devagar, razão pela qual existe um desfasamento grande entre as acções e as avaliações. (Sobre este aspecto ver ver United Nations Development Program (UNDP) OSLO GOVERNANCE CENTER & GLOBAL INTEGRITY, 2008). Provavelmente, as alfândegas continuarão a conviver com uma percepção negativa durante muitos anos.

Existe matéria fundamental a ser analisada e que pode indiciar práticas de corrupção a servirem de estudos de caso interessantes do ponto de vista da investigação aca-

démica. A existência de bases de dados de vários anos e a informatização dos processos recentes podem dar lugar a estudos quantitativos que, combinados com métodos estatísticos avançados, forneçam elementos analíticos que sirvam de base à quantificação parcial dos montantes potencialmente envolvidos em actos ilícitos.

Referências Bibliográficas

AFROBARÔMETRO/AFROSONDAGEM (2002). *Atitudes em Relação à Democracia e Mercados em Cabo Verde*. Praia.

_____ (2005). *A Qualidade da Democracia em Cabo Verde*. Praia.

_____ (2008). *A Qualidade da Democracia e da Governação em Cabo Verde*. Praia.

COOLIDGE, J., ROSE-ACKERMAN, S. "High-level rent seeking and corruption in African regimes: theory and cases". *Visiting Research Fellow, World Bank*, 1995–96.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO ADUANEIRA (2003). *Declaração de Arusha, sobre a Boa Administração e a Ética em Matéria Aduaneira*.

DAHL, R. (1997). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp.

HORS, I. "Fighting Corruption in Customs Administration: What Can We Learn From Recent Experiences?". *OECD Development Centre, Working Paper, 175*, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. (1975). *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense/Edusp.

HUTHER, J. SHAH, A. "Anti-Corruption Policies and Programs, A Framework for Evaluation". *Policy Research Working Paper, 2501*, 2000.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (IBRD) (2007). *Research on Corruption and its Control, The State of the Art*.

KAUFMANN, D. "The World Economic Forum". *Global Competitiveness Report 2005-2006*, Chapter 2.1, 2006.

KLITGAARD, R. (1988). *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press.

MEIRELES, H. L. (2000). *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiro Editores.

MORGADO, M. J. (2003). *Corrupção: Estrutura e Significado*. Congresso da Justiça.

MSI/USAID (2005). *Avaliação da Corrupção. Moçambique. Management Systems International Corporate Offices. Washington DC.*

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS. *The Revised Arusha Declaration: Declaration Of The Customs Co-Operation Council Concerning Good Governance And Integrity In Customs*, Done at Arusha, Tanzania, on the 7th day of July 1993 (81st/82nd Council Sessions) and revised in June 2003 (101st/102nd Council Sessions).

_____. *The Almaty Integrity Resolution*, done at Almaty, Kazakhstan, in January 2007a.

_____. *The Nairobi Resolution On Integrity*, done at Nairobi, Kenya, in February 2007b.

ROSE-ACKERMAN, S. (2002) “A Economia Política da Corrupção”. In ELLIOT, K. A. (org.). *A Corrupção e a Economia Global*. Brasília: UnB, 2002, pp. 59-102.

RUDZITIS, N. (2002). *Corruption and Customs System in The Republic of Latvia*.

SCHILLING, F. “O Estado do Mal-Estar: Corrupção e Violência”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 13(3), Jul/Set, 1999, pp. 47-55.

UNDP OSLO GOVERNANCE CENTER e GLOBAL INTEGRITY (2008). *A User's Guide to Measuring Corruption*.

UNITED NATIONS OFFICE FOR CRIME AND DRUGS (UNODC) /AFROSONDAGEM. *Inquérito ao Crime e à Corrupção em Cabo Verde*, 2006.

_____. *Inquérito ao Crime e à Corrupção em Cabo Verde*, 2008.

UNODC (2003). *A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*.

USLANER, E. M. “Corruption and the Inequality Trap in Africa”. *Afrobarometer Working Paper*, 69, 2007.

WEBER, M. (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos*

da Sociologia Compreensiva. São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial.

Periódicos

ARAÚJO, M., SANCHEZ, O. A. “A Corrupção e os Controles Internos do Estado”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Nº 65, Mai/Ago, 2005, pp. 137- 173.

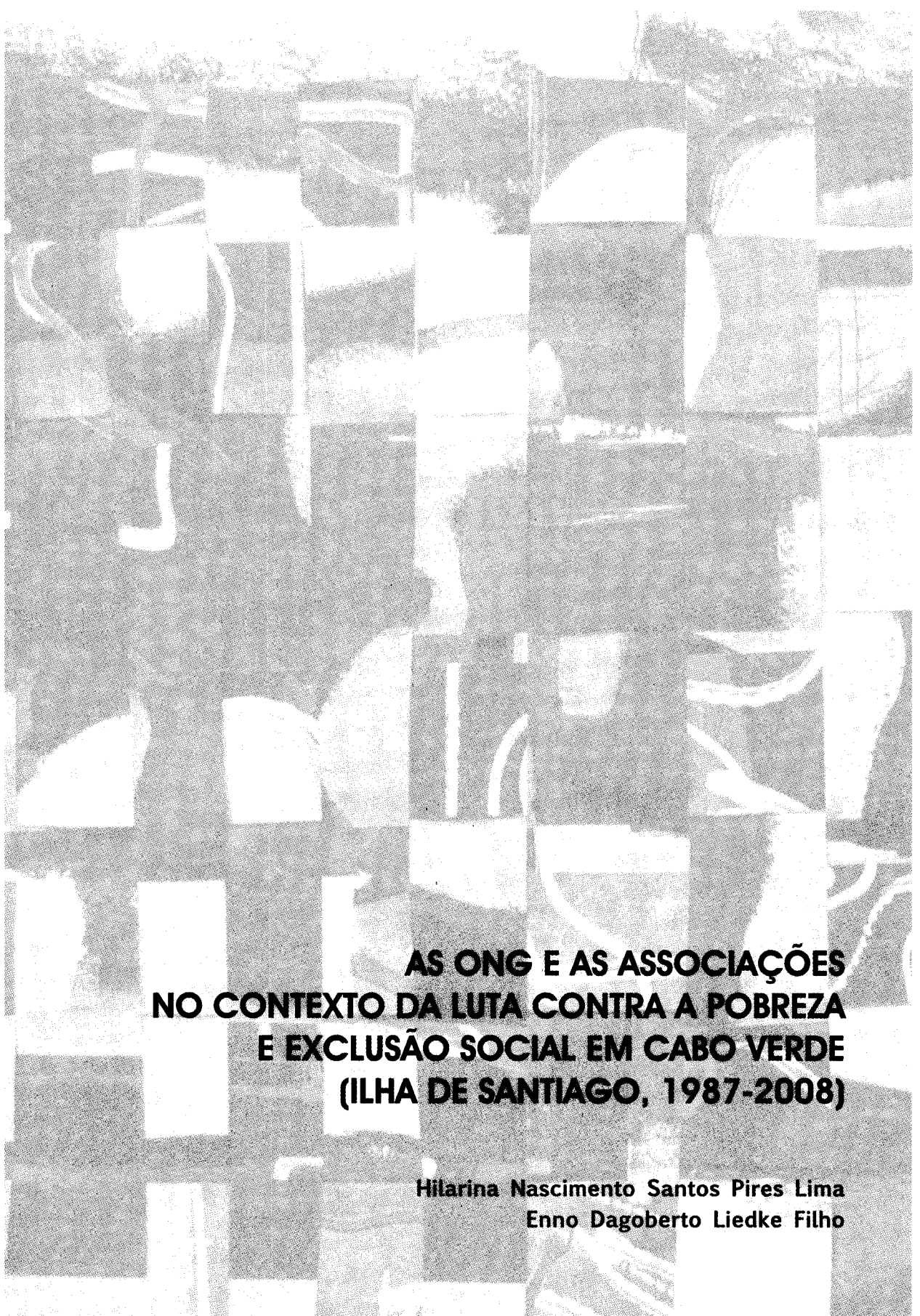
BEZES P., LASCOUMES P. “Percevoir et juger la ‘corruption politique’. Enjeux et usages des enquêtes sur les représentations des atteintes à la probité publique”, *Revue française de science politique*, 55, 5-6, 2005, pp. 757-786.

FILGUEIRAS, F. B. “Notas Críticas sobre o Conceito de Corrupção: Um Debate com Juristas, Sociólogos e Economistas”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília: 164, Out/Dez, 2004, pp. 125-148.

PRZEWORSKI, A. A reforma do Estado. Responsabilidade política e intervenção econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32, Ano II, São Paulo: ANPOCS, Out, 1996, pp.18-40.

Web

MACIEL, F. (2005). *O Controle da Corrupção no Brasil*. CGU. www.cgu.gov.br/Concursos/Arquivos/1_ConcursoMonografias/3_Felipe_Guatimosim_Maciel.pdf. Consultado em 28.09.2010.

A black and white photograph of a group of people, possibly in a community setting, with a grid overlay. The image is grainy and has a high-contrast, almost abstract quality due to the grid pattern. The people are mostly in the lower half of the frame, with some faces visible. The grid consists of dark squares and lines that create a sense of structure and order over the scene.

**AS ONG E AS ASSOCIAÇÕES
NO CONTEXTO DA LUTA CONTRA A POBREZA
E EXCLUSÃO SOCIAL EM CABO VERDE
(ILHA DE SANTIAGO, 1987-2008)**

Hilarina Nascimento Santos Pires Lima
Enno Dagoberto Liedke Filho

Introdução

A vertente Organizações Não Governamentais (ONG)/ associações – as quais podem ser classificadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações do Terceiro Sector (OTS) – é hoje uma importante experiência social de participação no desenvolvimento da sociedade civil cabo-verdiana. Ela veio sendo desenvolvida no país ao longo dos anos 70 e 80 do século passado, tendo ganho novo vigor nos anos 90, quando o país registou um crescimento exponencial do número de associações de base comunitária, tanto nas zonas rurais como nos centros urbanos. A sua evolução se deu também a nível organizacional, tendo essas entidades criado estruturas de coordenação e de integração, nomeadamente a Plataforma das Organizações Não Governamentais (Plataforma das ONG's), as uniões, as federações e as confederações de associações comunitárias de base. As suas intervenções e resultados, os quais vêm mudando as condições de vida das populações locais nos domínios da agricultura, pecuária, equipamentos sociais, saúde, educação, infra-estruturas de rega, formação profissional, crédito, habitação, protecção social e luta contra a pobreza apontam para o facto de que essas instituições são, hoje, organizações orgânicas do processo de desenvolvimento local, regional e nacional.

As ONG e as associações são, hoje, cada vez mais profissionais no exercício da sua missão e participam do processo de uma nova estruturação da sociedade civil em Cabo Verde, enquanto espaço de poder e esfera pública diferente do Estado ou da sociedade política. As funções de promoção, formação e apoio técnico e financeiro são, hoje, maioritariamente assumidas pelas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, nomeadamente as ONG/associações. Os domínios de intervenção alargaram-se substancialmente. Dessa nova vaga de associativismo, surgiu uma

nova geração de líderes locais e de dirigentes associativos, fazendo com que a liderança do processo de desenvolvimento local deixasse de ser um “privilégio” dos técnicos e quadros exteriores às comunidades.

As questões que orientaram a pesquisa que fundamentou a dissertação, cujos principais resultados são aqui apresentados, podem ser explicitadas em linhas gerais nos termos que se seguem: Qual o significado social da presença e das actividades das ONG e das associações, sediadas na ilha de Santiago, no contexto da luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde? E quais os principais impactos da nova classificação do país, que passou para o grupo de rendimento médio, obteve parceria especial com a União Europeia (UE) e aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre o futuro próximo dessas organizações, uma vez que esses processos vêm acentuar a tendência de afastamento de certos actores de cooperação, que passam a privilegiar outros países, tendencialmente ainda incluídos na categoria de Países Menos Avançados (PMA)?

A análise desenvolvida na dissertação buscou apreender os objectivos que se colocaram a estas organizações, bem como os tipos de actividades a que se dedicam, os recursos organizacionais e humanos que dispõem, as formas típicas de alocação e de distribuição dos seus recursos, as formas de equacionar e contornar as possíveis dificuldades que se lhes apresentam no desenvolver dessas actividades. Para a pesquisa¹ foi elaborado um questionário entregue a diversas ONG/associações, realizado um conjunto de seis entrevistas a personalidades ligadas às mesmas e entabuladas conversas informais com trabalhadores que labutam nessas instituições. A análise da situação actual e das perspectivas que se colocam hoje às ONG e às associações

¹ A pesquisa que embasa a análise foi desenvolvida através da colecta de documentos e dados secundários, bem como através de trabalho de terreno realizado no período de Agosto a Novembro de 2008. Esse trabalho incluiu a realização de um inquérito junto a um conjunto de ONG/associações, bem como de uma série de entrevistas com representantes de organizações significativas e conversas informais com trabalhadores.

no contexto da luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde, tomando o caso da ilha de Santiago como exemplar, foi desenvolvida através do emprego da técnica denominada *SWOT*², a qual consiste na identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos, assim como das ameaças e das oportunidades a serem aproveitadas.

A primeira parte do presente artigo apresenta os conceitos de ONG e de associações, enquanto formas contemporâneas de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Destaca-se a forma como estes conceitos evoluíram no contexto do crescente processo de globalização, colocando essas organizações no centro dos grandes debates contemporâneos. Nesse contexto, essas organizações têm sido caracterizadas ora como formas contemporâneas de OSC, ora como organizações do chamado Terceiro Sector. Na segunda parte, enfoca-se as acepções principais, na perspectiva de autores seleccionados, dos conceitos de pobreza, de exclusão social e de *empowerment* (empoderamento) de sectores populares. Na terceira parte do artigo, reconstrói-se em grandes linhas, a evolução histórica do surgimento e actuação das ONG e das associações no contexto da sociedade civil cabo-verdiana. A quarta parte apresenta um estudo de caso sobre a situação actual e as perspectivas de um conjunto de ONG e de associações sediadas na ilha de Santiago envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde.

1 - ONG e associações no contexto da nova sociedade civil

Ao longo da fundamentação teórica que norteou a disser-

² A análise *SWOT*, enquanto abreviação em inglês, refere-se à análise de uma instituição ou movimento social em dada situação, quanto aos seguintes elementos: *strengths* (pontos fortes); *weaknesses* (pontos fracos); *opportunities* (oportunidades); e *threats* (ameaças). Na elaboração da dissertação, cujos resultados são aqui apresentados, tomou-se como referência a obra de Adriano Freire (1998) *Estratégia-Sucesso em Portugal*.

tação são apresentados e discutidos os conceitos de ONG e de associações, enquanto formas contemporâneas de organizações da sociedade civil. Complementarmente, são também introduzidos os conceitos de pobreza, de exclusão social e de *empowerment* (empoderamento) que, em conjunto com aqueles, formaram o quadro de referência da dissertação.

Os domínios sociológicos e económicos das relações sociais que estão presentes no enquadramento teórico ampliaram o debate acerca do que vêm a ser organizações e associações não governamentais, demandando um tratamento científico transversal capaz de dar conta da sua heterogeneidade no âmbito empírico. Essa transversalidade é que permitiu simultaneamente tratar esses tipos de organizações como expressões de movimentos sociais, como agentes de desenvolvimento e como actores transnacionais, abrindo assim novos campos de indagação fundamentais para a compreensão do papel das ONG/associações no *puzzle* da sociedade actual e nos diversos cenários da luta contra a pobreza e a exclusão social.

O conceito de ONG, no mundo ocidental, está muito associado ao movimento de solidariedade com os países em vias de desenvolvimento, tendo funcionado, de um ponto de vista histórico, como instrumento complementar de mobilização de recursos do Estado junto à sociedade civil e à opinião pública para as grandes causas, como sejam as lutas de libertação nacional, promoção e defesa dos direitos humanos, doenças, catástrofes naturais, solidariedade com as vítimas de guerra, discriminação racial e sexual, entre outras. Nesse sentido, enquanto novidade histórica, o surgimento das ONG e de uma série de outras formas de organizações da sociedade civil, como as chamadas Organizações Comunitárias de Base (OCB), implicou a necessidade de repensar o conceito de sociedade civil.

Desde o momento histórico em que surgiu o Estado moderno, o problema da relação entre o Estado e a sociedade

civil tornou-se central para a Sociologia e para a Ciência Política. Os estudiosos dessas áreas científicas apontaram que, enquanto predominavam formas pré-capitalistas de produção, nas quais o mercado não era ainda o mecanismo institucional básico de coordenação económica e de apropriação do excedente, a esfera pública não se distinguia formalmente da esfera privada, e o problema da afirmação do Estado perante a sociedade civil, ou, inversamente, desta sobre o Estado, não se colocava.

O termo sociedade civil teria surgido originalmente como a tradução para o latim do conceito aristotélico de *Komonia Politike*, segundo o qual a sociedade civil corresponderia a uma “comunidade pública ético-política” de iguais (COSTA, 2002, apud EVANGELISTA, 2006). Este conceito veio a adquirir, ao longo da história, diferentes conotações em trabalhos de autores como Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci (EVANGELISTA, 2006) e, posteriormente, nas décadas de 1970 e mais ainda de 1980, teria ressurgido no cenário teórico e político graças sobretudo à influência de autores como Keane (1988), Wolfe (1992) e Cohen e Arato (1992 apud EVANGELISTA, 2006).

Pinheiro (2008) sugere que inicialmente o conceito de sociedade civil era visto como sinónimo de Estado, como uma comunidade política enraizada nos princípios da cidadania, sendo que provavelmente Hobbes teria sido o primeiro dentre os filósofos modernos a colocar a questão das origens da sociedade civil de uma forma sistemática. Para este autor, assim como para os demais filósofos contratualistas, o Estado é entendido como “sociedade política”, em contraposição ao “estado de natureza”. Ou seja, enquanto na filosofia grega a sociedade política se contrapunha à sociedade doméstica, no contratualismo iluminista a sociedade civil se opõe ao estado de natureza (PEREIRA, 2008, p. 30). Esta posição de Hobbes teria, outrossim, influenciado teóricos posteriores, como Locke e Rousseau.

As ideias liberais consideravam os homens e as mulheres, por natureza, iguais política e juridicamente e que liberdade e justiça constituem direitos inalienáveis de todo o cidadão. Contrapondo-se a essa posição, Marx proclamou a inexistência dessa igualdade natural e apontou que o liberalismo vê os homens como átomos, como se estivessem livres das desigualdades estabelecidas pela sociedade. Segundo (MARX, Tomo 2, pp. 201-202), as desigualdades sociais observadas terão sido provocadas pelas relações de produção do sistema capitalista, que divide os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção. Segundo Bobbio, ainda dentro da tradição marxista, deve-se salientar a importante contribuição que Gramsci deu à conceituação da dicotomia sociedade civil/Estado. Gramsci, apesar de manter a dicotomia sociedade civil/Estado, distancia-se de Marx ao deslocar a primeira da esfera exclusiva da estrutura para a da superestrutura, criando a dicotomia poder ideológico/poder político, representados respectivamente pela sociedade civil e pelo Estado (BOBBIO, 2002 p.43).

Gramsci baseou-se no facto de não serem necessariamente as relações materiais e económicas, mas sim a interpretação que se tem delas, que determina a conduta política (BOBBIO, 2002). Segundo Bobbio (2002), Gramsci entendeu a sociedade civil como sendo apenas um momento da superestrutura, particularmente o momento da hegemonia. Para Bobbio (2002, pp.44-45), a sociedade civil poderá ser conceituada negativamente como “a esfera de relações sociais não reguladas pelo Estado”. Sociedade civil, no entendimento de Gramsci, é pois o lugar onde surgiram e se desenvolveram os conflitos económicos, sociais, ideológicos, religiosos, perante os quais as instituições estatais terão a tarefa de buscar soluções através de negociações, em condições democráticas. Na ausência dessas condições, a opção estatal seria a de repressão ou sua neutralização através de políticas de cunho paternalista (BOBBIO, 2002).

Ressalte-se aqui também a ideia de Sousa Santos (1994, p.106) de que a separação entre o económico e o político baseada na distinção dicotómica Estado/sociedade civil e expressa no princípio do *laissez-faire* parece estar imbuída de duas contradições. Uma primeira dá um carácter particular aos interesses da sociedade civil – o princípio do *laissez-faire* – não podendo ser igualmente válido para todos os interesses. A segunda contradição refere-se aos mecanismos que activam socialmente o princípio do *laissez-faire*, por concederem às sociedades comerciais privilégios negados aos empresários individuais, ou seja, o Estado teve de intervir para não intervir.

É em contextos como esses que emerge a questão do significado histórico do chamado Terceiro Sector, das OSC e especialmente das ONG, enquanto actores sociais envolvidos na questão da pobreza e da exclusão social. O conceito Terceiro Sector, tomado como o ambiente das OSC, tem sido utilizado para fazer a distinção entre um conjunto de novos actores sociais *versus* o chamado Primeiro Sector, o Estado, caracterizado por uma lógica proteccionista e providencial e simultaneamente pela capacidade de coerção; e o Segundo Sector, o mercado, o qual opera segundo a lógica da oferta e da procura. O Terceiro Sector, não tendo como objectivo o lucro, baseia a sua actuação na busca da satisfação de necessidades de bens e serviços da população pouco ou nada aquinhoadas através da auto-organização dos próprios interessados ou da mobilização dos cidadãos numa perspectiva associativa e solidária. Estas organizações – as chamadas Organizações da Sociedade Civil –, destacam-se pelo facto de prestarem serviços com o objectivo de prover as demandas de sobrevivência dos contingentes populacionais que o Estado e o mercado não contemplam.

A composição do Terceiro Sector é complexa e poderá ser analisada sob diversos ângulos, tais como: as áreas

de actuação das organizações que o compõem; as formas legais que essas organizações assumem; o motivo que está na sua origem e as várias funções que desempenham. No plano do desenvolvimento local, as entidades do Terceiro Sector desempenham um importante papel, centrando a sua actuação nas pessoas, de modo que assumam um papel activo e participante nos processos de decisão locais, regionais e globais.

Será interessante deixar registrado aqui que Ferreira (2004, pp. 2-3) defende que as “famílias teóricas” do Terceiro Sector e dos movimentos sociais têm estado apartadas teórica e politicamente, existindo algumas razões que contribuem para explicar este facto. Segundo Ferreira (2004), em primeiro lugar, as Organizações do Terceiro Sector (OTS) possuem preocupações predominantemente materialistas, relativas à redistribuição material, e não aos estilos de vida, pelo que apontam para valores próprios dos “velhos” movimentos sociais. Em segundo lugar, a teorização sobre o contributo dos movimentos sociais para a formação das políticas sociais também tem sido escassa, apesar do reconhecimento de que os movimentos sociais têm sido importantes na formação destas políticas. Em terceiro lugar, existe uma enorme heterogeneidade no Terceiro Sector, a ponto de existirem dúvidas acerca da pertinência de se usar o termo “sector”, como acontece em toda a tradição teórica da economia social. Finalmente, em quarto lugar, o papel socioeconómico das OTS tem sido privilegiado pelo modo como o sector tem sido abordado em termos da teorização na área das políticas dirigidas a esse âmbito e das suas próprias estratégias de afirmação.

Entre as OTS, também denomináveis Organizações da Sociedade Civil (OSC), as ONG têm desempenhado um importante papel na sociedade contemporânea, actuando no espaço público, embora não sendo Estado, ou actuando no sector privado, mesmo não sendo entidades lucrati-

vas. Com origem ou sustentação neste entorno, vieram a constituir-se, inicialmente, referências institucionais específicas de cada uma. No conjunto, essas referências as diferenciavam do Primeiro Sector, o Estado, e do Segundo Sector, o Mercado, expressando um modo pouco funcional de ser e de agir, baseado na concepção de gestão social. A partir das mudanças ocorridas no macrocontexto mundial, as ONG também passaram a experimentar profundos ajustes organizacionais, baseados na concepção de gestão estratégica, que tem provocado alterações conceituais e práticas no seu carácter institucional original.

Se, por um lado, as ONG têm se fortalecido no cenário mundial como novos actores no controle e execução de políticas públicas, por outro lado as transformações ocorridas no mundo provocaram profundos ajustes nas estratégias e na configuração organizacional das ONG, baseados nas modernas práticas administrativas. Sendo essas próprias do sector privado, poderão provocar mudanças significativas na sua missão institucional.

Cabe lembrar aqui, entre os seus antecedentes históricos, o facto de que desde meados do século XIX, na Europa, se desenvolveu um vasto movimento associativo de carácter liberal e pluralista, predominantemente reivindicativo, em decorrência da falta de condições económicas e sociais em que vivia a classe operária de alguns países ocidentais em rápida industrialização. Essas associações, que já então procuravam assegurar-se uma certa independência face ao Estado e às suas instituições, tinham o objectivo de lutar contra a pobreza, a desigualdade social, pelo respeito pelos direitos fundamentais do cidadão, além de uma finalidade assistencial imediata. Desempenhavam assim um papel de grande valor para os seus associados que integravam a população mais carente, até mesmo em situações de calamidade pública, como epidemias, guerras e outras catástrofes.

O conceito de ONG tem sofrido mudanças, tanto ao nível da jurisprudência como no que respeita às relações internacionais, particularmente no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, tanto bilateral como multilateral. Uma alteração é precisamente a que se refere à diferenciação entre associações que se dedicam ao desenvolvimento, à cooperação para o desenvolvimento e as que perseguem fins específicos e localizados. As que se dedicam ao desenvolvimento vêm sendo objecto de tratamento particular no plano jurídico ou no plano relacional. No plano jurídico, alguns países adoptaram legislação específica. No plano relacional são reconhecidas como parceiras dos poderes públicos e, por essa razão são chamadas a compartilhar, com os estados, as tarefas de desenvolvimento.

A evolução recente, no contexto da globalização, tem colocado as ONG e o movimento internacional das ONG no centro dos debates, apresentando políticas alternativas e interpelando, de certa forma, a democracia representativa face aos desafios mundiais da cidadania e do estabelecimento de uma ordem política internacional em que o peso das instituições possa ser contrabalançado com uma participação activa dos cidadãos e da opinião pública. A redução da máquina estatal, ocorrida em âmbito mundial de forma acelerada, na última década e a consequente transferência de serviços para a esfera privada encontrou muitas ONG dispostas a assumirem uma nova postura perante o novo cenário. O discurso das ONG, antes de denúncia e provocativo, dá lugar a uma postura mais negociadora e favorável a uma cooperação mais próxima com o Estado e com o sector privado.

Em síntese, pode-se afirmar que as ONG, como forma de garantir a sobrevivência institucional, em que pese a sua filosofia, têm sido capazes de contornar algumas nuances de um processo de profundos ajustes organizacionais, baseados na lógica de mercado, o que exerce reflexos

nas estruturas e práticas administrativas. Esses ajustes, de uma certa forma, podem levar a uma transição ideológica das ONG. Ao passarem do conceito de gestão social para o conceito de gestão estratégica é possível que venham a se tornar mais funcionais, dentro de uma lógica imposta principalmente pelas regras actuais do mercado. Enquanto nas décadas anteriores o enfoque recaía sobre os valores e compromissos com a transformação social, no contexto actual caracterizam-se pela ênfase no desempenho e nos resultados dos projectos desenvolvidos, sem que tais projectos garantam necessariamente a observância da missão institucional (de solidariedade, cooperação) originalmente proposta pelas ONG.

2 - Os conceitos de pobreza, exclusão social e *empowerment*

A pobreza é normalmente caracterizada por rendimentos e recursos produtivos insuficientes para assegurar condições de vida sustentáveis, pela fome e má nutrição, pelo acesso reduzido ou mesmo nulo à educação e a outros serviços básicos, pela mortalidade crescente resultante de doenças controláveis, pela ausência de habitação adequada, por ambientes inseguros, assim como pela discriminação e exclusão sociais.

O termo pobreza teria derivado da palavra pobre que, como nas demais línguas latinas, encontra a sua origem no adjectivo *pauper*. A interpretação do pauperismo é resultante do contexto histórico, social e cultural em que se criam modos de sobrevivência (ESTIVILL, 2003, p. 9). De acordo com esse autor faz-se necessário, por um lado, verificar quais são os valores mínimos alimentícios, expressos em termos biológicos e fisiológicos em uma determinada época, e, por outro lado, destacar o carácter desigual da propriedade dos meios de produção e distribuição

das riquezas produzidas nessa mesma época (ESTIVILL, 2003 p. 10). Essas duas dimensões são entendidas como pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta está baseada na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos, bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho), enquanto a pobreza relativa remete para a análise da pobreza face aos padrões sociais de vida das camadas sociais privilegiadas.

Samagaio *et al.* (2004, p. 67) aponta que no debate acerca do conceito de pobreza surgiram várias dicotomias, a destacar: pobreza absoluta/relativa, pobreza objectiva/subjectiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura. Enquanto o conceito de pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidade básica, a ideia de pobreza relativa remete para os padrões sociais; a noção de pobreza objectiva remete para um padrão de referência corporizado na construção do limiar de pobreza; o conceito de pobreza subjectiva refere-se às representações da pobreza construídas pelos actores e grupos sociais, introduzindo as dimensões de percepção e de perspectivas subjectivas da pobreza; a ideia de pobreza tradicional está associada a uma situação crónica, geralmente localizada no mundo rural e a de nova pobreza está directamente relacionada com as reestruturações económicas e tecnológicas, bem como seus efeitos no sistema produtivo; a noção de pobreza rural traduz-se numa visão de escassez básica de recursos decorrentes da baixa produtividade agrícola, enquanto a de pobreza urbana afecta diversos grupos sociais, reflectindo problemas associados a baixos rendimentos; o conceito de pobreza temporária está relacionado com fluxos de saída e de entrada na pobreza, de carácter temporário e o de pobreza duradoura remete para o processo cíclico de reprodução da pobreza (SAMAGAIIO *et al.*, 2004, p. 67).

Já o conceito de exclusão social teria sido proposto inicialmente e se difundido a partir do livro de 1974, *Les exclus*, de René Lenoir (PROENÇA, 2005, p. 15). Outrossim, diz também que o termo começou a ter maior expressão na União Europeia, nos contextos de implementação do Primeiro Programa de Acção Social, no mesmo ano de 1974, e do Primeiro Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, no ano seguinte, em 1975 (COSTA, 1999, apud PROENÇA, 2005). Por esse motivo pode-se inferir que a noção de exclusão social não é somente um fenómeno do passado, mas sim também do presente e que se for mantida a situação actual, pertencerá ao futuro, agravando-se.

Retomando a já citada linha argumentativa de Samagaio *et al.* (2004, p. 70), pode-se afirmar que a análise das categorias sociais desfavorecidas está relacionada com os conceitos de pobreza e de exclusão social³. A vivência da exclusão social está associada a situações diferenciadas, pelo que é possível falar de tipos de exclusão social. O conceito de exclusão social enquadra algumas das dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Os autores defendem que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos económicos. A exclusão social engloba a ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos. Deve, pois, ser salientado que sob esse aspecto os dois termos – pobreza e exclusão social – se distanciam, tendo em conta que é relativamente fácil identificar uma situação de pobreza, tendo por referência os *standards* sociais míni-

3 Cabe deixar indicado aqui que em Ciências Sociais dá-se também o emprego teórico do conceito de exclusão enquanto oposto ao de inclusão, no sentido de tipo de relação entre actores e instituições sociais. Para Estivill, (2003, p. 43) a ambivalência dos mecanismos inclusão/exclusão também é partilhada pelo papel dos actores e das instituições na produção das manifestações da exclusão e inclusão. As instituições eclesásticas, as entidades financeiras, as empresas, o exército, o mundo associativo modelam a vida social de acordo com os seus interesses e valores, e essas instituições podem ser a expressão da inclusão/exclusão ou os seus causadores directos e indirectos. É próprio das instituições definir regras internas que podem ser implícitas ou explícitas na escolha dos seus membros. O estudo dessas regras de entrada, de saída e de permanência representa o caminho para compreender as manifestações da exclusão e para avaliar o grau de exclusão de uma determinada sociedade (ESTIVILL, 2003, p. 43).

mos em termos de rendimentos e nível de vida. Já a exclusão social é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo redutível a situações de carência/escassez em termos de recursos patrimoniais individuais, colectivos ou globais.

O conceito de *empowerment* (empoderamento), surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 70, através da bandeira do poder negro, como uma forma de autovalorização da raça e de luta pela conquista de uma cidadania plena. Posteriormente, esse conceito passou a ser usado pelo movimento feminista, significando, enquanto bandeira de luta, que as mulheres podem conquistar posições sociais de igualdade de direitos perante os homens não só do ponto de vista formal, legal, mas também no dia-a-dia. Outros movimentos sociais que vieram a se somar ao movimento feminista na luta contra a discriminação por questões de sexo e género foram também adoptando essa mesma noção.

Furtado (2005, p. 99) sugere que o conceito de *empowerment* teria emergido na linguagem dos movimentos sociais e sido progressivamente transformado numa abordagem associada aos programas de desenvolvimento, particularmente os que se dedicavam à luta contra a pobreza, a partir da década de 70. O autor aponta que o conceito de *empowerment* está presente nas estratégias e práticas de ONG, que buscam promover um desenvolvimento alternativo, visando à superação da pobreza. No entanto, a generalização da sua utilização foi acompanhada de uma polissemia, tornado assim problemática a sua utilização e mesmo a compreensão dos conteúdos a ele associados. O conceito sofreu uma despolitização, ao serem enfatizadas as suas dimensões instrumental e metodológica. Já para Pereira (2008) o conceito *empowerment* significa a acção colectiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social

dos direitos sociais. Essa consciência, segundo o autor, ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular em que o indivíduo se encontra, atingindo a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos económicos e políticos mais abrangentes.

Outrossim, o termo *empowerment* tem sido amplamente discutido e utilizado para explicitar diversas formas de intervenção e/ou organização de grupos da sociedade civil (SEN et al., 1997; apud AMÂNCIO et al., 2004, p. 5). No entanto, a utilização desse termo tem sido muitas vezes banalizada e utilizada de forma distorcida do seu propósito original. Às vezes, tem sido até mesmo restringido ou confundido, por exemplo, com o conceito de participação social ou simplesmente com uma técnica a ser utilizada, numa visão instrumental. Para os autores em questão, não existe consenso acerca do conceito e sim, premissas básicas a serem consideradas. Defendem que o conceito de *empowerment* tem condições de criar e de ganhar poder de e para os sectores marginalizados, gerando capacidades através de novas formas de percepção e acção na vida social. Afirmam que, dessa maneira, os sujeitos obtêm maior acesso e controle sobre si mesmos e sobre os meios necessários para subsistirem, assim como condições de ampliar suas capacidades, assumindo maior controle sobre suas necessidades, enfim, produzir, criar, discernir e arcar com suas escolhas.

Empowerment é, pois, um processo tanto interno, tendo em conta que o poder não é dado e sim, trabalhado desde dentro de cada sujeito, como externo, pois exige capacidade de controle e de influência sobre as relações sociais que se dão no meio em que está inserido. Em suma, considerada como um processo, essa noção envolve aspectos pessoais e organizacionais (SEN et al. 1997; apud AMÂNCIO, 2004). Defendem esses autores que as acções de *em-*

powerment requerem uma atenção peculiar em relação a quem são os agentes interventores e quais os propósitos dessa intervenção. A eficácia dessas acções depende directamente da apreensão da realidade e da capacidade de problematizá-la de forma ampla, tanto individual quanto colectiva, por parte dos actores sociais envolvidos.

Ressalte-se complementarmente que para Durston (2001), uma das premissas fundamentais do conceito de *empowerment* é a igualdade de oportunidades para todos os sectores da população. No seu entender, tal, no entanto, não é o caso de sociedades desiguais, onde as opções de escolha dos segmentos sociais mais pobres são extremamente limitadas, tanto pela falta de activos (bens materiais, físicos, financeiros e culturais), como pela sua sensação de incapacidade para negociar melhores condições de vida, tanto com instituições formais como informais.

Durston (2001) argumenta que uma tentativa de avançar qualitativamente no conceito de *empowerment* encontra-se em Paulo Freire (1979) apud Durston (2001), cujo pensamento traz a noção de conscientização enquanto processo de conhecimento que se dá na relação dialéctica homem-mundo, num acto de acção-reflexão. Nesse processo, os grupos e comunidades que têm considerável reserva de capital social em suas variadas manifestações, podem cumprir melhor e mais rapidamente as condições de *empowerment* (DURSTON, 2001). O acesso a redes que transcendem os círculos fechados da comunidade pobre e o capital social comunitário manifestado em diferentes formas de associativismo são elementos importantes para o *empowerment* das pessoas e das comunidades. Destaque-se que para Durston (2001), não se pode negar que o conceito de *empowerment* institucional faz parte de um processo mais amplo de construir melhores condições de vida das pessoas. Ressalta que, que no entanto, as tentativas de impor mecanismos institucionais para “dar voz” e poder

aos excluídos podem se mostrar contraproducentes se esses esforços não forem acompanhados por dispositivos de *empowerment* de natureza emancipadora. Essa crítica de Durston (2001) dirige-se particularmente ao institucionalismo, que no seu entender predomina na definição de *empowerment*, proposta pelo Banco Mundial: “é a expansão dos activos e as capacidades dos pobres para participar em, negociar com, influir sobre, controlar e ter instituições responsáveis que influam na sua vida”. Ou seja, segundo esse autor, torna-se necessário que os cidadãos desejem por vontade própria se engajar em actividades formais ou informais para transmitir demandas por políticas públicas mais abrangentes e de carácter social.

A visualização da riqueza de dimensões passíveis de serem englobadas no conceito de *empowerment*, emerge da contribuição de Costa (1986, p. 5), que sugere que nos estudos sobre relações de género, a definição de *empowerment* deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e económicos:

- **O componente cognitivo** refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação, assim como, com as causas dessa subordinação em níveis micro e macro da sociedade, envolvendo a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas, mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais; este componente cognitivo do conceito de *empowerment* também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de género, sobre a sexualidade, os direitos legais e dinâmicas conjugais;

- **O componente psicológico** inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem pôr em prática ao nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais;

- **O componente político** supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, significando assim a capacidade para organizar e promover mudanças sociais;

- **O componente económico** supõe a independência económica das mulheres, como componente fundamental de apoio ao componente psicológico.

Aceitando-se essa explicitação dos diversos componentes do processo de *empowerment*, pode-se afirmar que, em um nível mais geral, *empowerment* é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir os elementos de sua vida cotidiana.

3 - O associativismo cabo-verdiano – breve panorama histórico

O associativismo cabo-verdiano encontra as suas raízes em múltiplas formas tradicionais de solidariedade social, variando desde formas de quotizações solidárias ocasionais conhecidas como *boto* (quotizações ocasionais, principalmente em produtos, em diferentes ocasiões, como casamentos, baptizados, mortes ou festas tradicionais) até associações funerárias denominadas *miting*. Ou desde formas de cooperação simples denominadas *djunta mon* (forma de ajuda mútua durante a época dos trabalhos agrícolas) até formas de poupança solidária conhecidas como *totocaixa* (quotizações regulares no seio de grupos cujos integrantes estão ligados por uma base social homogénea de rendimentos e por laços de ordem profissional, social, cultural e ou de vizinhança). Todas essas formas vieram a ganhar maior expressão na vida quotidiana após a independência nacional.

Embora não se possa falar de uma sociedade civil amplamente dinâmica no período anterior à independência, o certo é que existem referências que atestam um certo dinamismo para o contexto histórico da época. É verdade que a sociedade civil cabo-verdiana da época colonial não se compara com a realidade actual nem em termos de organização, nem em termos de intervenção, contudo, ela existiu e agiu mesmo num contexto político que lhe era totalmente desfavorável.

Para melhor ilustração, citam-se como exemplos o poema *Capitão Ambrósio* (RAMOS, 2003), que ilustra, de forma clara, a solidariedade na luta contra a fome; a revolta dos engenhos de Ribeirão Manuel contra a injustiça social reinante na época; bem como a revolta dos escravos em Monte Agarro de Achada de São Filipe, em 1835. Esses, entre vários outros, são relatos que indicam a ocorrência de lutas, à época, a favor da solidariedade e contra a injustiça social prevalecente. Não foi só a necessidade de sobrevivência que determinou o espírito associativo e de solidariedade na sociedade cabo-verdiana dessa época. Exemplos vários se encontram, nomeadamente em organizações sociais como a tabanca (SEMEDO & TURANO, 1995, p. 77), organizações funerárias, grupos religiosos, grupos recreativos e desportivos, etc.

Após a independência nacional em 1975, o modelo de desenvolvimento que o regime de partido único adoptou (1975-1990) concebia a participação como uma das vertentes a priorizar e desenvolver. Daí a mobilização e organização da sociedade rumo a participar no processo de desenvolvimento nas suas várias vertentes. É assim que surgiram organizações de massas como a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Juventude Africana Amílcar Cabral-Cabo Verde (JAAC-CV), a Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV) e os sindicatos, intervindo, respectivamente, nas áreas da promoção e participação da mulher, da juventude, da criança e dos trabalhadores.

Também foram criados outros instrumentos de participação, nomeadamente nas áreas da justiça, segurança e a administração local. Está-se a referir concretamente os tribunais populares, as milícias populares e as comissões de moradores. A promoção cooperativa, através da criação do Instituto Nacional das Cooperativas, foi também uma outra forma de dinamizar a sociedade civil rumo à participação, engajando as populações locais na resolução dos seus próprios problemas.

A partir de 1991, altura da instauração do regime pluralista e multipartidário, o movimento associativo recebe novos impulsos. Verifica-se uma expansão e diversificação da sua actuação. Implementam-se actividades em áreas tais como desenvolvimento comunitário, poupança e crédito, actividades geradoras de rendimento, com incidência positiva na luta contra a pobreza, pela promoção da mulher, na área do planeamento familiar, no apoio aos deficientes, na defesa do meio-ambiente, bem como em outras áreas como informação, educação e defesa dos direitos humanos. É também de assinalar o aparecimento de várias organizações de classes profissionais (juristas, engenheiros, médicos, entre outras).

O associativismo no contexto da sociedade civil tem desempenhado, pois, um papel determinante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, antes e depois da independência. Entre os exemplos mais significativos desse associativismo, tem-se:

- **As cooperativas.** Na opinião de Bastos e Moniz (2008), durante a época colonial teriam existido cinco cooperativas agrícolas e de consumo oficialmente reconhecidas, criadas com o incentivo das autoridades da administração colonial, que visavam de certa forma enquadrar, servir e controlar a elite administrativa e económica do país, composta por funcionários públicos e proprietários fundiários. Com a independência, o movimento cooperativo teria sofrido um grande impulso e na sequência foram criadas mais de uma centena de coo-

perativas de consumo e de produção em quase todas as ilhas, as quais foram apoiadas pelo Instituto Nacional das Cooperativas (INC), organismo público responsável pela realização da política do governo em matéria de cooperativismo, e pelo Fundo de Apoio às Cooperativas (FAC), organismo oficialmente responsável pela coordenação das ajudas nacionais e internacionais ao sector cooperativo, sendo de referir que estas duas instituições foram extintas em 1998.

• **As Organizações Comunitárias de Base (OCB)**, associações que promovem o desenvolvimento de uma localidade específica. No meio rural têm vindo a conhecer grande dinamismo, organizando as populações para a participação na procura de soluções para a saída da pobreza. São parceiros fundamentais para o trabalho das ONG, municípios e governo na luta contra a pobreza. Deve ser referido que a sobrevivência dessas associações, está ligada à realização dos trabalhos antes realizados pelas Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO), através dos contratos-programa cujo objectivo principal é a participação e co-responsabilização dos beneficiários directos desses trabalhos. Toda essa mudança metodológica se inscreve num conjunto de esforços para a reconversão das frentes tradicionais. Embora a actividade principal seja a execução dos trabalhos acordados no âmbito dos contratos-programa, muitas associações começaram já a realizar acções que contribuem para a melhoria das condições de vida na comunidade, tais como o microcrédito, as actividades geradoras de rendimento, a construção de infra-estruturas sociais, entre outras. Os principais parceiros dessas associações têm sido a União Europeia, a Cooperação Austríaca, a Cooperação Francesa, o Fundo da Embaixada dos Estados Unidos, as câmaras municipais, a Direcção da Agricultura, Silvicultura e Pecuária e a Cooperativa Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (ACDI). Esta última ocupa o lugar de

destaque pela abrangência das suas acções e pelo valor global de financiamentos concedidos anualmente, bem como pela assistência técnica e jurídica fornecida.

• **Associações de poupança e crédito e grupos de interesses** – cujo grande objectivo é a promoção do bem-estar social das populações, principalmente no meio rural – desenvolvem actividades muitas vezes relacionadas com o micro-crédito ou fundos rotativos, promovendo o auto-emprego.

• **ONG e a Plataforma das ONG de Cabo Verde**, que surgiram na sequência da publicação da Lei sobre as Associações (Lei n.º 28/III/87) e têm desempenhado um importante papel no desenvolvimento comunitário ao nível nacional.

Contemporaneamente, cabe destaque especial a Plataforma das ONG's de Cabo Verde, fundada a 16 de Junho de 1996⁴, a qual possui, hoje, 206 membros e 16 dirigentes. O seu domínio específico de intervenção é a de representação, promoção de parcerias, informação e comunicação, formação/capacitação e reforço institucional das ONG e OCB. Ao ser questionado sobre a conjuntura actual e as oportunidades que se abrem à Plataforma das ONG's de Cabo Verde, tendo em conta os seus 12 anos de existência, o representante da mesma, respondeu que, embora a Plataforma tenha sido também um agente mobilizador e distribuidor de recursos financeiros para as ONG e para as OCB, esta não é a sua principal missão, a qual é a de capacitação dos recursos humanos dessas organizações. Nesse sentido, em sua avaliação, infelizmente, a fragilidade de muitas OSC obrigou a Plataforma a ter também essa função, da qual vai-se retirando paulatinamente, à medida que se for elevando o nível de capacitação das OSC (Entrevistado A). A Plataforma terá que se reencontrar, de certo modo, em termos de público-alvo (voltar-se ao seu objectivo inicial e estatutário

4 A normatização Plataforma das Organizações não Governamentais de Cabo Verde foi publicada no *Boletim Oficial* de 03 de Março de 1998.

– Plataforma das ONG) ou então assumir-se, em definitivo, como entidade aglutinadora das OSC. “Este é, efectivamente, um desafio que ela tem que enfrentar e se posicionar. Entretanto, quanto à sua missão, acho que está tudo claro – capacitar”. (Entrevistado A).

Perguntado sobre quais são as novas exigências em relação às organizações do tipo da Plataforma, tendo em conta as mudanças de paradigma no que tange à cooperação internacional e à ajuda pública ao desenvolvimento, respondeu que as organizações do tipo Plataforma enfrentam graves dificuldades de funcionamento, um pouco por todo o lado, com problemas de representatividade, de assunção efectiva da sua missão e, sobretudo, com dificuldades financeiras. Mas que, apesar das dificuldades, pode-se considerar que a Plataforma de Cabo Verde integra, presentemente, um grupo de excepções (Entrevistado A). Em suas palavras,

Apesar de as dificuldades, podemos considerar que a Plataforma de Cabo Verde integra, presentemente, um grupo de excepções. Não obstante, temos plena consciência de que não podemos dormir à sombra da bananeira. Já estamos a prepararmo-nos para enfrentar situações eventualmente ainda menos favoráveis. (Entrevistado A).

Nesse quadro de preparação é que foi realizada, em Setembro de 2008, a Mesa Redonda que está tomando um conjunto de iniciativas com vistas a diversificar as parcerias e a encontrar fontes internacionais alternativas de financiamento, “tanto da Plataforma como das OSC filiadas, [como] também internamente, tanto através de recursos públicos, como do sector privado e dos cidadãos-solidários, individualmente”. (Entrevistado A). No entender do entrevistado,

ainda é cedo para avaliar as consequências e os resultados da Mesa Redonda, mas o certo é que ela foi palco para muitas associações apresentarem os seus projectos para possíveis financiamentos. Foram convidadas e participaram nesta actividade pessoas de várias nacionalidades, numa perspectiva de diversificação internacional das fontes de financiamento.

Perguntado sobre que desafios se colocam à Plataforma das ONG depois da Mesa Redonda com parceiros e potenciais parceiros, respondeu que cabe dar seguimento às decisões e recomendações saídas da Mesa Redonda⁵, vendo com preocupação a diminuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento⁶ e o provável défice social que poderá advir do crescimento dos investimentos directos externos. Trata-se de assegurar o nível de credibilidade que hoje granjeiam dentro e fora do país e prosseguir com a mobilização de recursos através de diferentes parceiros, procurando assegurar uma ampla diversificação de parcerias, para si e para os seus membros (Entrevistado A).

Quanto à questão sobre em que medida as intervenções dessas organizações têm contribuído para a melhoria das condições de vida das populações, tendo em conta que a luta contra a pobreza e a exclusão social tem sido a bandeira das ONG e das associações em todos os cantos do país, o entrevistado respondeu que embora não se tem elementos que lhe permita fazer uma avaliação quantitativa da contribuição das OSC. Nesse sentido, considera que a actuação das OSC tem sido muito positiva e actuante, merecendo um lugar de destaque pelas inúmeras actividades realizadas que podem ser constatadas através de visitas de terreno:

Sabemos que as OSC executam projectos em centenas de milhares de contos anuais, ajudam milhares de pessoas em todos os domínios, desde a educação, a saúde, a formação, o microcrédito e Actividades Geradoras de Rendimento (AGR), habitação, água, energia, saneamento, etc. e apoia a inserção social, igualmente de milhares de pessoas, ajudando-as a recuperar a sua autoestima e a passar a ter uma atitude mais positiva perante a sua vida, as suas dificuldades e contribuir para o bem comum. (Entrevistado A).

5 Sobre as Resoluções da Mesa Redonda, bem como os objectivos que nortearam a realização da referida actividade, ver o Capítulo 2 da dissertação que deu origem ao presente artigo.

6 Ajuda Pública ao Desenvolvimento é uma modalidade saída dos VIII e IX programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que financia projectos do governo.

4 – Caracterização das ONG e associações envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde

Aborda-se aqui a situação actual e as perspectivas de um conjunto de ONG e de associações, sediadas na ilha de Santiago, envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. Enquanto formas de OSC, essas ONG e associações têm se dedicado, conforme será detalhado a seguir, a uma ampla gama de actividades, tendo que enfrentar uma série de desafios internos e externos para garantir não só a sua continuidade mas também a sua expansão. Cabe recordar que o estudo se concentrou em ONG e associações sediadas na ilha de Santiago, dado que 70% dessas entidades têm as suas sedes localizadas nesta ilha, sendo que uma boa parte das mesmas possuem também representações em quase todas as ilhas de Cabo Verde (PLATAFORMA DAS ONG's, 2007, p. 199).

Para o conhecimento das ONG e das associações voltadas ao trabalho contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde, foram distribuídos 30 inquéritos, sendo que somente houve o retorno de 18 desses. As ONG e associações inicialmente seleccionadas foram escolhidas de acordo com a importância que têm no contexto da sociedade civil cabo-verdiana tomando como referência a sua performance, as actividades por elas desenvolvidas, a sua actuação junto ao público-alvo, bem como as estratégias por elas utilizadas na angariação e na repartição dos recursos. O inquérito objectivou conhecer as entidades quanto às seguintes características:

1. Tipo de organização;
2. Áreas de intervenção da entidade;
3. Número de trabalhadores por organização;
4. Escolarização e qualificação (habilitações literárias) dos trabalhadores;
5. Tipos de vínculos laborais;
6. Faixas de ordenados dos trabalhadores;

7. Principais parceiros e fontes de financiamento; e
8. Tipos de recursos obtidos dos parceiros.

Constatou-se através do inquérito que quase todas as entidades inquiridas não possuíam uma especialização de área de actuação, trabalhando em múltiplas áreas de intervenção simultaneamente, tais como: educação, saúde, ambiente, informação, comunicação, microcrédito, infância, promoção feminina, juventude, desportos, HIV/SIDA, droga/alcoolismo (Quadro 1).

Por não terem recursos próprios ou mesmo fontes permanentes de sustentação de suas actividades, quando surgem oportunidades de encaminhar projectos ou quando aparece um financiamento possível, seja em que área for, as ONG tendem sempre a concorrer por esses recursos, mesmo que isso signifique passar a actuar em nova área. Dá-se, pois, em muitos casos, o facto de uma ONG concorrer por fundos menos pelos objectivos de intervenção e mais como uma estratégia de sobrevivência. Adoptando essa estratégia, nem sempre os resultados obtidos pelas actividades desenvolvidas simultaneamente, em muitas frentes de intervenção, se coadunam com os objectivos almejados.

No conjunto das 18 entidades que responderam o questionário, laboram 363 trabalhadores, sendo que 336 deses trabalham em ONG (93%) e 27 (7%) nas associações abrangidas na pesquisa. Pode-se pois salientar aqui a importância das ONG em gerar postos de trabalho. Considerando a escolarização e a qualificação (habilitações literárias) dos trabalhadores, os dados revelaram a baixa qualificação da maioria dos trabalhadores. No conjunto de 363 indivíduos, somente 49 tinham formação superior, enquanto 37 formação média e 25 tinham algum tipo de formação profissional. Em contraste, 252 indivíduos (69%) não possuíam qualquer desses tipos de formação.

QUADRO 1 - Resultados Principais do Inquérito às ONG e Associações envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde

1 - Tipo de Organização	Num total de 30 inquéritos distribuídos, somente 18 tiveram retorno Dos 18 inquéritos respondidos, 13 o foram por ONG e 5 por associações
2 - Áreas de Intervenção	De uma lista de 12 áreas de intervenção apresentadas no inquérito, as 18 ONG/associações responderam que suas áreas de actuação se distribuem conforme segue: 12 - Saúde 12 - Informação, Educação e Comunicação 12 - Promoção Feminina 11 - VIH/SIDA 9 - Educação 9 - Droga/Alcoismo 8 - Ambiente 8 - Microcrédito /AGR 8 - Infância 8 - Juventude 7 - Desporto 10 - Outras áreas
3 - Número de trabalhadores por Tipo de Organização	No conjunto das 18 entidades que responderam os questionários, laboram 363 trabalhadores, sendo que desses 336 trabalham em ONG e 27 trabalham em associações. Deve ser salientada, pois, a importância das ONG na geração de postos de trabalhos
4 - Habilitações Literárias	Do total de 363 trabalhadores que laboram nas 18 ONG e associações inquiridas, foi constatado que: 49 (14%) têm Curso Superior 37 (10%) têm Curso Médio 25 (7%) têm Formação Profissional 252 (69%) não têm qualquer formação especializada
5 - Tipo de Vínculo Laboral	Do total de 363 trabalhadores localizados nas entidades que responderam o inquérito, 212 têm contrato a termo, correspondente, a 58%, e 151 têm contrato por tempo indeterminado, correspondente a 42%
6 - N° de Empregados por Intervalos de Ordenado	Considerando os ganhos mensais dos trabalhadores das entidades que responderam o inquérito, por 5 intervalos de salários, constatou-se que: De 10.000\$00 a 30.000\$00 tem-se 83 trabalhadores, correspondendo a 23% De 31.000\$00 a 50.000\$00 tem-se 209 trabalhadores correspondendo a 58% De 51.000\$00 a 80.000\$00 tem-se 45 trabalhadores, correspondendo a 12% De 81.000\$00 a 100.000\$00 tem-se 10 trabalhadores, correspondendo a 3% Superior a 101.000\$00 tem-se 16 trabalhadores, correspondendo a 4%
7 - Principais Parceiros /Fontes de Financiamentos	As 18 ONG/associações indicaram como os principais parceiros e fontes de financiamentos, as seguintes entidades: 14 - Plataforma das ONGs de Cabo Verde 11 - ONG do Norte (europeias) 10 - Câmara Municipal 10 - Governo 6 - União Europeia 14 - Outros tipos de parceiros/fontes de financiamento
8 - Tipos de Recursos Obtidos dos Parceiros	No conjunto de seis opções apresentadas, as 18 ONG/associações responderam o seguinte, quanto aos tipos de recursos obtidos dos parceiros: 16 - Financiamento 13 - Equipamentos 7 - Assistência técnica 15 - Formação/capacitação 11 - Participaram de intercâmbio com os seus parceiros 9 - Outros apoios

Fonte: *Elaboração da autora a partir dos inquéritos às associações.*

Os dados relativos ao tipo de vínculo laboral dos trabalhadores das ONG e das associações que responderam o inquérito indicaram que, do total de 363 trabalhadores, 212 possuíam contrato a termo (58%) e 151, por tempo indeterminado (42%). Esses dados apontaram para a fragilidade dos postos de trabalho de grande parte dos empregados das associações/ONG, uma vez que mais da metade desses podem ter emprego hoje e amanhã podem estar desempregados. Um outro factor explicativo está ligado ao modo como as entidades operam: por projectos, cujos recursos têm prazos bem delimitados.

São baixos os salários da maioria dos trabalhadores das entidades participantes da pesquisa, 81% deles recebiam um salário mensal inferior a 50.000\$00. Essa situação poderá estar associada a ausência de qualificação da maioria dos trabalhadores, uma vez que quase 70% deles não possuíam qualquer formação especializada. Já 15% dos trabalhadores recebiam de 51.000\$00 a 100.000\$00, e apenas 4% deles tinham um salário de mais de 100.000\$00 mensais. Através de conversa informal com trabalhadores de diversas ONG/associações, foi possível constatar que alguns deles mostravam um certo descontentamento, motivado pelos baixos salários e pelo tipo de vínculo laboral, de cunho temporário, que possuíam com as entidades onde laboram.

Nas entrevistas realizadas com líderes de entidades, esses, questionados acerca do porque do tipo de contrato e do baixo salário predominantes, responderam que isso ocorre por não terem qualquer ajuda do Estado, ficando quase impossível manter o pessoal a trabalhar como efectivos. Ao mesmo tempo, os financiadores não são muito sensíveis ao pagamento de salários. A filosofia predominante é de que se a entidade (ONG ou Associação) conseguir pagar o trabalhador, com outros recursos que não os dos projectos, torna-se mais fácil conseguir financiamento para as actividades sociais, isto é, para as actividades-fins.

Quando perguntadas sobre quais são os seus principais parceiros e/ou fontes de financiamento, 78% das

entidades inquiridas responderam que tinham na Plataforma das ONG's de Cabo Verde sua principal parceira. Outrossim, 61% dessas entidades indicaram ter nas ONG do Norte (europeias) seu principal apoio; 56% indicaram as câmaras municipais; 56%, o governo; e 33% das entidades referiram-se à União Europeia como sua principal parceira e/ou financiadora. Já 78% das entidades afirmaram ter outras fontes de financiamento, além das elencadas no questionário.

Finalmente, quanto ao tipo de recurso recebido dos parceiros, 94% das entidades da pesquisa responderam ter recebido financiamentos, 83% foram contempladas com formação/capacitação de seus quadros, 72% receberam equipamentos, 61% desfrutaram de possibilidades de intercâmbio e 39% obtiveram assistência técnica. Destaque-se que 50% das entidades receberam outros tipos de recursos não enumerados no questionário, facto esse que merece atenção futura.

5 - ONG e associações em Cabo Verde hoje: situação e perspectivas

Como uma das técnicas para a apreensão da situação actual e das perspectivas que se abrem para as ONG e associações envolvidas em actividades visando combater a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde, foi desenvolvida uma análise *SWOT* (Quadro 2), contemplando os dados colhidos no decorrer da pesquisa. Os resultados são apresentados sinteticamente no Quadro 2, sendo que, para enriquecer a análise, trechos das entrevistas realizadas estão incorporados no texto.

A análise *SWOT* é um instrumento que permite determinar a performance de qualquer entidade, tendo sempre em linha de conta o melhoramento do seu desempenho. Uma vez alinhados os factores críticos de sucesso com as competências centrais da entidade, torna-se necessário ex-

pandir o conceito de adequação estratégica à totalidade do enquadramento interno e externo. Nesse sentido, é usual relacionar os pontos fortes (*strenghts*) e fracos (*weaknesses*) com as principais tendências do seu meio envolvente, com o objectivo de gerar medidas alternativas para lidar com as oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) identificadas. Nesta ordem de ideias, as ameaças constituem sempre oportunidades latentes. A evolução do meio envolvente reflecte-se continuamente em novas tendências que, por definição, representam oportunidades para as entidades que as souberem aproveitar. A chave da questão não é, pois, identificar a natureza do impacto das novas tendências, mas sim, perceber como as tendências podem ser exploradas em benefício da entidade (FREIRE, 1998).

A análise *SWOT* foi realizada no sentido de mostrar que existem potencialidades que devem ser aproveitadas face ao horizonte temporal. Também o foi no sentido de indicar que, embora exista uma franja considerável de ONG/associações que conseguiram singrar na dinâmica da sociedade civil, existem importantes fragilidades: a dependência de recursos, a inexistência de qualificação de uma boa parte dos trabalhadores que laborem nessas entidades, a de alguma desmotivação dos trabalhadores (que pode estar em parte ligada aos baixos salários de mais de metade deles), a permanência de muitos presidentes de ONG/associações por mais de dez anos à frente da instituição e, por último, que o número de ONG/associações criadas após a publicação da Lei das Associações não tem traduzido o dinamismo que se esperava em termos qualitativos.

Entre os pontos fortes das ONG e associações em Cabo Verde, cabe inicialmente destacar a própria existência de um grande número de ONG e OCB que trabalham no sentido de minimizar o sofrimento das pessoas. Além dos dados secundários e dos materiais e dados colhidos pelo inquérito e pelas entrevistas, as observações feitas duran-

Quadro 2 - Análise SWOT (strengths, weaknesses, opportunities, threats) das ONG e associações na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar fortalecer as relações entre as múltiplas actividades desenvolvidas por cada entidade, bem como entre as actividades similares de distintas organizações, visando multiplicar seus efeitos • Buscar maior estabilidade laboral de seus quadros de trabalhadores, visando potencializar os conhecimentos acumulados • Evitar o protagonismo de alguns líderes associativos e realizar eleições periódicas • Aproveitar a classificação de Cabo Verde como PRM; a parceria especial com a UE; e a entrada do país na OMC para estabelecer parcerias bilaterais e angariar conhecimentos <p>Auxiliar a dinamização da sociedade civil cabo-verdiana e incentivar e apoiar a população na luta contra a pobreza e a exclusão social</p>	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classificação de Cabo Verde como PRM – não prioritário para ajuda internacional • Fraca capacidade institucional das ONG/associações e associações em geral • Fraca capacidade de gestão e necessidade de práticas administrativas mais consistentes e eficientes, de maior transparência no funcionamento das entidades • Excesso de protagonismo <p>Politização de determinadas ONG/associações</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um grande número de ONG/associações e OCB que trabalham no sentido de minimizar o sofrimento das pessoas • Criação da Plataforma das ONG's e OCB • Credibilidade já angariada no sentido de executar alguns programas de políticas públicas através de contratos-programa 	<ul style="list-style-type: none"> • Limites quanto a recursos financeiros, humanos e materiais • Dispersão geográfica e localismo – necessidade de uma visão mais global de forma a saber onde agir, pois nem sempre os problemas têm a sua solução ao nível micro • Fraca capacidade de mobilização de recursos alternativos aos apoios do governo e demais parceiros • Elevada presença de quadros temporários • Dependência excessiva de trabalho voluntário • Existência de ONG/associações com objectivos e fins múltiplos atuando em quase todos os ramos de actividade • Falta de coordenação entre as múltiplas actividades de uma organização e entre as ONG/associações e os governos (locais e central) <p>Défice de comunicação interna (entre as ONG/associações) e com o exterior (entre as ONG/associações e os seus parceiros) – limites em termos de diálogo e concertação no seio dos actores não governamentais</p>

Fonte: Elaboração da autora, a partir de Freire, 1998.

te as visitas exploratórias efectuadas a diferentes ONG e associações, que actuam espalhadas por toda a ilha de Santiago, corroboram os resultados desta análise.

Nesse sentido, um dos entrevistados, solicitado a avaliar a dinâmica da sociedade civil cabo-verdiana hoje, respondeu que a mesma tem um dinamismo muito significativo, ocorrendo intervenções de múltiplas organizações em diversas áreas, no sentido de minimizar o sofrimento dos pobres e dos excluídos.

A sociedade civil cabo-verdiana é hoje muito dinâmica e interventiva. Existe um número expressivo de associações que se enquadram nas diferentes categorias de OCS (ONG, OCB, fundações, cooperativas, associações sócio-profissionais...) em todas as ilhas e concelhos. Nem todas funcionam de forma permanente e nem todas reúnem as condições mínimas desejáveis para desempenhar o seu papel, mas já temos um número bastante representativo que podemos considerar muito capacitadas. (Entrevistado A).

Conforme já visto, com a criação da Plataforma das ONG's em 1996, as associações ganharam um espaço de concertação e também um importante angariador de fundos para a dinamização das actividades de intervenção junto às comunidades, tendo em conta que esse é um dos objectivos preconizados para a própria criação da Plataforma. As associações têm vindo, cada vez mais, a ganhar credibilidade com o excelente trabalho apresentado, na tentativa de reconversão da alta intensidade de mão-de-obra através de contratos-programa entre o governo e as entidades. Os contratos-programa constituem uma política do governo de forma a descentralizar as actividades no âmbito da sua política pública.

Considerando os pontos fracos das organizações em estudo, tem-se o facto de que, como foi anteriormente referido, a limitação dos recursos financeiros, humanos e materiais se constitui em um entrave ao desenvolvimento

das actividades das associações. A escassa disponibilidade financeira torna quase impossível contratar o pessoal necessário para o desenvolvimento das actividades a que as organizações se propõem.

A esse ponto soma-se a dispersão geográfica e o localismo das actividades desenvolvidas, os quais se constituem também como entraves aos trabalhos desenvolvidos pelas ONG e pelas associações. Essas questões têm como agravante o facto de que nem sempre os problemas identificados podem encontrar a sua possível solução tão somente no nível microssocial, sendo quase sempre necessária uma visão mais global de forma a saber onde e como agir.

Durante a pesquisa, pôde ser constatada a existência de um défice de comunicação tanto interna à rede das ONG em Cabo Verde como entre essas ONG e os seus parceiros, especialmente os localizados no exterior. Essa limitação se traduz em termos de persistentes dificuldades de diálogo e concertação entre esses actores não governamentais, visando equacionar acções conjuntas contra a pobreza e a exclusão.

A elevada diversificação de objectivos de intervenção constatada durante a fase de inquérito é notória, associando-se à falta de coordenação das múltiplas actividades de cada organização e mesmo entre essas. Para que houvesse mais coordenação, quando uma associação se apresenta para concorrer ao financiamento para uma determinada actividade, outras deveriam apresentar propostas de actividades diferentes. Na prática, tem-se constatado que, quando existe financiamento disponível para uma determinada actividade, como, por exemplo, o combate ao HIV/SIDA, quase todas as entidades apresentam propostas para essa actividade, o que pode constituir um *handicap* entre os recursos disponibilizados e os resultados obtidos.

Existem ONG que possuem fraca capacidade de mobilização de recursos alternativos aos apoios do governo e de

outros parceiros, por esse motivo ficam dependentes de sua aprovação e do seu apoio para manter de forma contínua as suas actividades. Se tivessem fontes regulares de recursos, poderiam também recrutar um quadro de pessoal permanente para a realização de suas actividades.

Quanto às ameaças enfrentadas pelas organizações estudadas, cabe destaque ao facto de que a dependência de subsídios é uma realidade incontornável. A sobrevivência das associações, salvo algumas excepções, é totalmente dependente de financiamento dos seus projectos. Outrossim, tem-se também como uma ameaça às organizações em causa a questão da politização de algumas delas. Parte das associações comunitárias foram criadas por iniciativas governamentais para executar as políticas do governo nas comunidades. No caso dessas associações, a politização de suas actividades é notória, o que, muitas vezes, se constitui em um forte entrave para o desenvolvimento das mesmas.

Pelo facto de as ONG/associações possuírem poucos recursos ou nenhum recurso para o pagamento de pessoal, uma boa parte das pessoas que ali trabalham o fazem em regime de voluntariado ou semi-voluntariado. Isso também pode vir a se constituir em uma ameaça a essas organizações, pois a pessoa presta o seu apoio consoante a sua disponibilidade, tornando intermitente e descontínua a presença de pessoal envolvido em suas actividades.

Outrossim, como se pode constatar através do *Guia das ONG's*, existem entre as organizações listadas muitos casos de presidentes que estão à frente de suas entidades por longos períodos, por vezes dez anos ou mais, sendo que em alguns casos nem sequer ocorrem eleições sistemáticas para os cargos de direcção. Hoje os financiadores externos estão colocando como um dos requisitos para a alocação de financiamento de organizações desse tipo a exigência da realização de eleições periódicas. Essa questão é relevante, pois se considera que, quando um presidente fica à

frente de uma entidade por um período prolongado, pode começar a aparecer o problema do excesso de protagonismo e mesmo o risco do culto de personalidade.

A recente passagem de Cabo Verde à categoria de PRM pode vir a se constituir em uma forte ameaça a ser enfrentada em período próximo, se as ONG/associações não tiverem capacidade de acesso aos fundos e não mudarem a filosofia de receber recursos a fundo perdido. Também a entrada de Cabo Verde na OMC pode se constituir em uma ameaça, tendo em conta que a partir desse patamar as ajudas na forma como vinham sendo concedidas podem diminuir. A parceria especial com a União Europeia possivelmente venha a se constituir em uma ameaça, se as ONG/associações não tiverem adquirido um *know-how* que lhes permita se candidatar, em pé de igualdade, com as ONG do Norte, aos fundos europeus de combate à pobreza e à exclusão social.

Por exemplo, para o representante da Plataforma das ONG's entrevistado, os desafios são cada vez maiores e as OSC terão que se superar constantemente para poder estar à altura dos seus objectivos e missões, correspondendo às expectativas do seu público-alvo. No seu entender, a nova graduação do país – que passou para o grupo de rendimento médio, obteve parceria especial com a União Europeia e aderiu à OMC – vem acentuar a tendência de afastamento de certos actores de cooperação. Nesse contexto, as OSC têm consciência de que, caso essa tendência venha a se manter, o país pode recuar em certos ganhos conseguidos, tanto económicos como sociais. No seu entender,

as OSC têm que trabalhar muito para convencer esses parceiros de que Cabo Verde ainda não atingiu o nível de não retorno e que por isso deverão continuar a ajudar, por um lado, mas também mostrar que os cabo-verdianos devem assumir, paulatinamente, a dianteira do seu próprio desenvolvimento, incluindo o sector social. (Entrevistado A).

Um dos representantes de entidades entrevistado, indagado se, com a saída de Cabo Verde dos Países Menos Avançados (PMA), com a nova parceria especial com a União Europeia e com a entrada na Organização Mundial do Comércio, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) mudaria a sua filosofia de ajuda em relação ao país, respondeu que

houve uma mudança em relação à ajuda que passou de ajuda a projecto para ajuda a projecto e ajuda orçamental. A própria estrutura da ajuda ficou alterada. No quadro do X FED que cobre o período de 2008-2013, a contribuição da UE a Cabo Verde é de 51 milhões de euros, sem contar com outros eventuais fundos de outras iniciativas comunitárias. Desse montante, 32,6 milhões de euros, o que corresponde a 64% dos recursos, são destinados ao primeiro sector de concentração que é a redução da pobreza e boa governação. Essa ajuda se fará através da ajuda orçamental. Por outro lado, 11,5 milhões de euros, equivalentes a 22,5% do total do envelope, serão utilizados para a parceria especial com a UE, considerado o segundo domínio de concentração da ajuda comunitária a Cabo Verde. Esta ajuda se fará através da ajuda orçamental e da ajuda a projecto. Os restantes fundos serão para os actores não estatais, cooperação com PALOP, facilidades de cooperação técnica e reservas. (Entrevistado D).

Entre as principais oportunidades que se colocam às organizações em foco, tem-se – considerando a capacidade das ONG e das associações de fazer das fraquezas força e de transformar as ameaças em oportunidades – as seguintes perspectivas: buscar fortalecer as relações entre as múltiplas actividades desenvolvidas em cada entidade, bem como entre as actividades similares de distintas organizações, visando multiplicar seus efeitos; buscar uma maior estabilidade laboral de seus quadros de trabalhadores, visando potencializar os conhecimentos acumulados; sempre que possível, evitar o protagonismo de líderes associativos, realizando eleições periodicamente; aproveitar a classificação de Cabo Verde como PRM, a entrada na OMC

e a parceria especial do país com a UE para estabelecer parcerias bilaterais e angariar conhecimentos; auxiliar a dinamização da sociedade civil cabo-verdiana, suas organizações e movimentos, no sentido de uma união em prol do objectivo comum – a minimização do sofrimento hoje de grande parte da população do país, através da ampliação da luta contra a pobreza e a exclusão social.

Cabe indicar aqui que, considerando as questões relativas à organização e ao funcionamento das OSC em Cabo Verde hoje e ao que deveria mudar internamente para poderem estar à altura dos tempos novos, um dos entrevistados respondeu que deverá ser elevado o nível da organização institucional, passando pela melhoria da planificação, da qualificação técnica dos recursos humanos, aumentando assim o profissionalismo, de modo a rentabilizar as capacidades humanas existentes e, por último, torna-se necessário “acreditar e explorar mais as tecnologias de informação e comunicação” (Entrevistado A). Já, quanto ao que deveria ser feito, em termos de mobilização de recursos humanos capacitados, competentes e motivados para as actividades da Plataforma e quais condições deveriam ser criadas para tanto, respondeu que

cabe apostar, sobretudo, na competência, profissionalismo, dinamismo e autonomia de trabalho, mas evitar alargar o quadro de pessoal; cabe indexar as regalias ao desempenho e eficácia profissionais; e cabe, sobretudo, apostar nos quadros que vestem a camisola da instituição. (Entrevistado A).

Nessa direcção, inquirida sobre o significado, para as acções das OSC, do facto de Cabo Verde ter passado a fazer parte da lista dos PRM e especialmente de como enfrentar, nesse novo contexto, o desafio para os programas, actividades e os esforços das ONG e das OCB visando ao *empowerment*⁷ das famílias pobres em Cabo Verde, uma

7 Segundo Furtado (Actas do Congresso Economia Solidária, 2005) o conceito de *empowerment*

das entrevistadas respondeu que esses factos “implicam que a ajuda externa passa a ter moldes diferentes dos praticados até então, deixando de haver o investimento a fundo perdido e tudo começar a ter um custo de reembolso”. (Entrevistada B).

Segundo a entrevistada,

o empowerment das famílias pobres cabo-verdianas é muito importante para contrariar o ciclo vicioso de pobreza em que se encontra e que o seu desenvolvimento passa por elas mesmas na luta pelas condições de vida mais dignas sem estar à espera da ajuda externa ou das remessas, que são cada vez mais escassas. A educação e a formação em áreas de cidadania e auto-emprego podem contribuir para a eliminação de uma das formas mais graves de pobreza, a pobreza de espírito, e deverá ser incutido um espírito mais empreendedor e de luta. (Entrevistada B).

Indagada sobre se tem valido a pena todo o reforço que as ONG e as OCB têm recebido de seus parceiros, a entrevistada ponderou que esse reforço tem sido positivo, mas que os resultados alcançados até o presente estão aquém do que poderiam ser. Em suas palavras,

o reforço das ONG e OCB tem sido positivo, sendo que pensamos que os resultados deveriam ter um maior impacto. Se analisarmos o investimento que tem sido feito, em Cabo Verde, em projectos de reforço institucional e luta contra a pobreza e os resultados atingidos a médio longo prazo, o impacto é muito fraco. Deveria haver um maior esforço por parte não só dos dirigentes associativos mas da própria comunidade para se apropriarem dos projectos e não ficarem à espera de que tudo seja feito de fora. (Entrevistado B).

Segundo ela, em vez de as associações ficarem à espera de que as ONG estrangeiras negociem um projecto

emergiu a partir da década de 1970 na linguagem dos movimentos sociais e progressivamente se transformou numa abordagem associada aos programas de desenvolvimento, particularmente os relacionados com a luta contra a pobreza.

do qual depois viriam a se beneficiar, “elas deveriam ir à luta e tentar negociar os seus próprios projectos” (Entrevistada B).

Outra entrevistada, questionada, enquanto representante de uma das instituições que mais têm cooperado com as ONG cabo-verdianas, sobre como classifica as actividades, a prestação de serviços e o dinamismo das ONG, a entrevistada respondeu que essas têm tido um grande dinamismo, tendo em conta que estão estreitamente ligadas às populações, dando respostas as suas necessidades com mobilização de recursos para resolver os seus problemas. Indicou também que cabe entender que muitas vezes existe um grande isolamento, devido à condição de ilhas, nem sempre podendo o Estado chegar a todo o lado. Nesses casos são as ONG e OCB que muitas vezes representam uma expressão dinâmica de resolução autónoma de problemas locais que podem ser tanto de abastecimento e de água, como de saneamento, ou melhoria das condições de habitabilidade e até mesmo de formação/informação (Entrevistada C).

Em relação a reclassificação de Cabo Verde e se a parceria especial com a União Europeia irá favorecer a cooperação com as ONG do Norte, assim como sobre quais seriam os desafios dessa grande oportunidade, a entrevistada se manifestou nos seguintes termos:

Creio que a parceria especial pode ser uma oportunidade se houver capacidade das ONG cabo-verdianas negociarem também um estatuto especial de acesso aos fundos europeus. Caso contrário, os fundos para as ONG cabo-verdianas vão diminuir e no caso de acesso directo a fundos europeus em concorrência com as ONG do Norte, estas vão ter mais facilidade, pois que conhecem melhor as exigências europeias. (Entrevistada C).

Considerações finais

O objectivo deste artigo foi de tratar questões relacionadas com a presença e o papel de ONG e de associações no contexto presente da luta contra a pobreza e a exclusão social na República de Cabo Verde, tomando como exemplar o caso da ilha de Santiago, na qual se situam as sedes da maior parte dessas entidades.

Como observado anteriormente, a questão do empoderamento dos sectores sociais desfavorecidos ressurgiu no século XX, impulsionada pelos “novos movimentos sociais” e pela constituição de múltiplas OSC, distinguindo-se entre essas as ONG, possuindo como objectivos principais a luta contra a pobreza e a exclusão social, contra as múltiplas formas de preconceito e opressão e por uma cidadania plena em contextos socio-políticos democráticos. Ao longo do artigo, objectivou-se apreender as principais características dessas organizações e de suas actividades, assim como os desafios e as perspectivas que caracterizam a situação actual das mesmas no contexto da sociedade civil em Cabo Verde. Para tanto, enfocou-se os recursos organizacionais e humanos, a forma de alocação e distribuição dos recursos, os tipos de actividades desenvolvidas, as formas de contornar as possíveis dificuldades que se lhes apresentam no desenvolver dessas actividades e a avaliação que actores sociais significativos fazem dos efeitos da actuação dessas entidades no quotidiano do público-alvo.

Pôde-se constatar que, para além de as ONG/associações serem entidades que procuram alternativas para minorar o sofrimento de segmentos desfavorecidos da população, geram postos de trabalho. Todavia, considerando as principais características dos recursos humanos que essas organizações mobilizam, deve ser relembrado aqui que o inquérito revelou que esses apresentaram em boa parte baixo nível de formação e qualificação. A ausência de

recursos em uma base regular pode explicar a dificuldade de remunerar e manter quadros mais qualificados o que de uma certa forma poderia ser uma comparativa na disputa por recursos, principalmente nesta fase de parceria especial com a União Europeia.

Nessa direcção, constatou-se que, para além do *know-how* angariado, as ONG/associações cabo-verdianas precisarão investir muito na qualificação dos seus quadros, de forma a poderem competir em pé de igualdade com as ONG do Norte. Ficou claro, pois, que existe um certo temor quanto à passagem de Cabo Verde da categoria de País Menos Avançado (PMA) para a de País de Rendimento Médio (PRM). Verificou-se, também a existência de um certo optimismo referente à capacidade das organizações cabo-verdianas de se reposicionarem na nova situação. Em suma, em que pese os problemas enfrentados, o modo como as ONG/associações vêm fazendo o seu trabalho de terreno junto às populações vem sendo em geral avaliado positivamente.

Observou-se também que a realização dos objectivos das ONG/associações tornaram-se de certa forma mitigadas devido à escassez e à descontinuidade de recursos, pela própria modalidade de desenvolvimento de suas actividades, baseada na dependência de financiamentos de projectos. Ademais, a ampliação do leque de actividades das ONG/associações se prende a estratégias de sobrevivência, ou seja, estar em diversas frentes aumenta a probabilidade de ter acesso a recursos para dar continuidade a suas propostas de trabalho ou até mesmo realizar avanços. As ONG e as associações em Cabo Verde raramente são especializadas numa ou noutra actividade concreta, mas têm feito um esforço para poderem dar resposta ao que a sociedade espera delas, procurando intervir com relativa eficiência e eficácia em vários domínios ao mesmo tempo. Todavia, consideramos que a existência de múltiplos

tiplas ONG com objectivos e fins múltiplos, que actuam em quase todos os ramos de actividade pode-se constituir também em uma ameaça, mas também pode ser um ponto forte. Uma ameaça porque a ampliação do leque de áreas de actuação pode significar uma possível dispersão dos esforços e pôr em causa a qualidade dos serviços prestados. Uma oportunidade porque, ao disputar e conseguir financiamento de actividades em várias áreas de atuação, vão assegurando a sua sobrevivência.

Quanto às principais fontes de recursos com as quais essas organizações têm contado para o desenvolvimento de suas actividades, verificou-se no inquérito a relevância da Plataforma das ONG's de Cabo Verde como uma importante fonte de acesso a financiamento. Outras fontes significativas de recursos para as actividades dessas organizações são ministérios, o Serviço de Cooperação, ONG do Norte e embaixadas.

Cabe indicar também que, como visto nas últimas duas décadas, houve uma grande proliferação de organizações comunitárias de base graças a uma política implementada pelo governo de Cabo Verde a partir de 1992, com a reconversão das FAIMO. Essa reconversão consistiu um esforço de maior envolvimento das comunidades locais na identificação e planificação das actividades, assim como na realização das mesmas. Essa nova forma de gestão das FAIMO, na perspectiva da sua reconversão, impulsionou o surgimento de organizações comunitárias que, mediante contrato de prestação de serviço, executam diferentes trabalhos na própria comunidade e a favor da mesma.

Os contratos-programa permitiram às diferentes organizações comunitárias acumular alguma poupança que sirva de apoio a sua organização interna e participação no processo de desenvolvimento local. A promoção de actividades geradoras de rendimento através do microfinanciamento constituiu uma prioridade para muitas dessas

organizações que procuraram implementar um programa local nesse âmbito. Todo esse esforço objetiva fundamentalmente o *empowerment das* famílias de forma que essas possam fazer face às suas necessidades de sobrevivência.

No que respeita ao significado social da presença e das actividades das ONG e das associações sediadas na ilha de Santiago, no contexto da luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde, pode-se afirmar que esse tem sido positivo, expressando-se nas diversas acções elencadas ao longo deste artigo. Esse significado pode ser aferido pelas acções de formação de quadros realizadas, pelos esforços na alocação de recursos e pelas actividades no âmbito da economia solidária.

Desde uma perspectiva geral, as ONG e outras associações envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde enfrentam algumas dificuldades, nomeadamente as de ordem material e financeira, com repercussões na sua organização e funcionamento. Mas a verdade é que também tem-se uma percentagem razoável de organizações que vêm conseguindo ultrapassar as dificuldades, afirmando-se como parceiros credíveis.

Existe também hoje um melhor relacionamento entre o governo central, os governos locais e as associações da sociedade civil, bem como maior clareza quanto à necessidade de trabalhar em parceria, o que ficou claro na proposta dos chamados contratos-programa dentro do processo de reconversão das FAIMO. Há, no entanto, ainda um longo caminho a percorrer, no sentido de maximizar todas as potencialidades inerentes à participação da sociedade civil no desenvolvimento local e, conseqüentemente, nacional.

Não obstante os problemas, que são evidentes, existem potencialidades que apontam para a existência em Cabo Verde de uma família de ONG/associações forte, dinâmica e com grande capacidade de intervenção. Essas potencialidades se evidenciam na nova dinâmica da sociedade civil

que se traduz no número de ONG e associações (*Guia das ONG's de Cabo Verde 2007*) existentes e nas suas contribuições valiosas no processo de luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento. Mesmo que ainda se tenha muitas ONG e associações que precisam reforçar a sua capacidade institucional e, conseqüentemente, melhorar o seu nível de intervenção, não é de menosprezar a acção dessas entidades na sociedade civil. Elas estão presentes em todas as ilhas, em diversos domínios de actividade: saúde, educação, agricultura, pecuária, pesca, artesanato e actividades geradoras de rendimento associadas ao microcrédito.

Um importante trunfo é a metodologia de intervenção junto às comunidades locais e a sua disposição quanto à necessidade de unir esforços e de cultivar a prática de reflexão e de acção conjunta, na perspectiva de que a união faz a força. A Plataforma das ONG's de Cabo Verde, a Organização Não Governamental de Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da Ilha de Santiago (OASIS), que congrega as associações comunitárias de base no interior de Santiago, a Organização das Associações de Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santo Antão (OADISA) são exemplos dessa visão.

A participação dos cidadãos na vida associativa, assumindo a quota-parte de responsabilidade na resolução dos problemas sociais das pessoas e das comunidades constitui hoje um elemento estruturante da sociedade cabo-verdiana e expressão da afirmação de uma cidadania que vem contribuindo para o aprofundamento da democracia, ampliando espaços e domínios de intervenção dos cidadãos. Ao mesmo tempo, dado o novo patamar de inserção do país no contexto global, as ONG/associações cabo-verdianas têm pela frente o desafio de mostrar capacidade de aproveitar as oportunidades que se lhes apresentam de apoio financeiro e técnico, para não só dar continuidade como também ampliar o seu trabalho pelo empoderamento associativo e comunitário na luta contra a pobreza e a exclusão social no país.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Hermínia & MONIZ, Mário. *Paper* apresentado na Mesa Redonda dos Parceiros e Potenciais Parceiros das Organizações Não Governamentais, Cidade da Praia, Setembro 2008.
- BOBBIO, Norberto (2002). *Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil*. S. Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª edição.
- COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew (1992). *Civil Society and Political Theory*. Apud EVANGELISTA, Ana Carolina Pires.
- COSTA, A. A. (1986). *Género Poder e empoderamento das mulheres*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSTA, C.B. (1999), *Exclusões sociais*. Apud PROENÇA, Carlos Sangreman (2005).
- COSTA, Sérgio (2002). *O conceito de sociedade civil*. Apud EVANGELISTA, Ana Carolina Pires.
- DUSRTON, J. *Que es el capital comunitario?*(2001) Santiago de Chile: Naciones Unidas/Comisión Económica para la America Latina e el Caribe. Division de Desarrollo Social. Serie Politicas Sociales.
- ESTIVILL, Jordi (2003). *Panorama da Luta contra a exclusão social conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa estratégias e técnicas contra a Exclusão Social e a pobreza.
- EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Dissertação de Mestrado, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Silvia (2004). *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*, Lisboa: Editora Afrontamento.
- FREIRE, Adriano (1998). *Estratégia-Sucesso em Portugal*. Braga: Editora Verbo.
- FREIRE, Paulo (1979). *Conscientização*. Apud DUSRTON, J. *Que es el capital comunitario?* Santiago de Chile: Naciones Unidas/Comisión Económica para la America Latina

e el Caribe. Division de Desarrollo Social. Serie Politicas Sociais, 2001.

FURTADO, Cláudio (2005). "Luta Contra a Pobreza e Empowerment". In *Actas do Congresso Internacional de Economia Solidária*. Ed. CEESA (Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico), Ponta Delgada, Açores.

KEANE, John. *Despotism and Democracy. Civil Society and the State*. Verso. Londres, 1988. Apud EVANGELISTA, Ana Carolina Pires.

MARX, Karl (1996). *Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda.

PLATAFORMA DAS ONG'S DE CABO VERDE (2007). *Guia das ONG's de Cabo Verde*.

PLATAFORMA DAS ONG'S DE CABO VERDE. *Revista Caminhar*, 22/Novembro/2008.

RAMOS, Manuel Nascimento (2003). *Mindelo d'Outrora*. Mindelo, ed. autor.

SAMAGAIIO, Florbela; RODRIGUES, Eduardo Victor; FERREIRA, Hélder; et al. (2004). *Políticas Sociais e Exclusão em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE/CELTA.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). *Pela Mão de Alice*. Porto: Edições Afrontamento.

SEMEDO, J.M. & TURANO, M. R. (1997). *Cabo Verde. O ciclo ritual das festividades da tabanca*. Praia: Spleen Edições.

SEN, G. (1997) *Empowerment as an approach to poverty*. In *Informe de Desenvolvimento Humano*. PNUD.

WOLFE Alan (1992). *Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil*. Apud EVANGELISTA, Ana Carolina Pires.

Documentos

PROENÇA, Carlos Sangreman (2005). *A Exclusão Social em Cabo Verde. Relatório de estudo realizado no âmbito*

de Projecto apoiado pela União Europeia, Cooperação Portuguesa e com a participação de IMVF (Portugal) e IEPALA (Espanha). Lisboa, Praia e Mindelo: ACEP (Associação para a Cooperação Entre os Povos, Portugal)/Plataforma das ONG's de Cabo Verde.

Legislação

Lei nº28/III/87 de 31/12/1987 in *Boletim Oficial* nº 52, 4º Suplemento.

Web

AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça; ROMANO, Jorge Oswaldo & AMÂNCIO Robson (2004). *Capital Social e Empoderamento: Contribuições metodológicas da abordagem Reflect-Action para o desenvolvimento uma comunidade rural da Zona da Mata Norte Pernambucana*. www.espacoacademico.com.br. Retirado da Internet a 25.06.2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Sociedade Civil: Agente da Reforma e Objecto de Auto-Democratização". *Revista de Sociologia*, 203-230 Abr/Jun, 2006, [www.sociedade.civil/blogspot.br](http://www.sociedade.civil.blogspot.br) retirado 23.09.2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Conceito de Sociedade Civil", In *Sociologia*, PUC-Rio N° 03103115/CA. 2005 www.cplp.org/acções_de_sociedade_civil retirado a 26.08.08.



**MIGRAÇÃO INTERINSULAR, INTERACÇÃO
E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:
RELAÇÕES ENTRE MORADORES DA ILHA DA BOA VISTA
E MIGRANTES DA ILHA DE SANTIAGO**

Celsa do Céu Lima Neves
Elida Rubini Liedke

O presente estudo¹ partiu de dois objectivos principais: a análise das relações sociais da população nativa da ilha da Boavista (aqueles que nasceram e que têm ascendência na Boavista) com a população migrante de Santiago naquela ilha e a análise da atitude dos migrantes em relação à sociedade local. No que reporta aos boavistenses, o estudo consistiu em caracterizar, compreender e explicar as suas representações e atitudes face aos migrantes santiaguenses, relativamente a sua presença na ilha, a sua inserção social e as suas interacções sociais. No que diz respeito aos migrantes santiaguenses pretendeu-se detectar, compreender e explicar as suas atitudes relativamente à sociedade para onde se dirigiram, nomeadamente no que concerne às suas percepções quanto aos nativos, à discriminação que sofrem e às dificuldades de inclusão social.

Com o intuito de atingir os objectivos estabelecidos, utilizou-se uma abordagem qualitativa, recorrendo às seguintes técnicas de recolha de dados: entrevista semi-estruturada, observação participante nos espaços onde os dois grupos em análise interagem, conversas informais e pesquisa bibliográfica e documental. Foram realizadas 26 entrevistas. Parte delas ocorreu no início de Julho de 2008 e as demais em finais de Agosto do mesmo ano.

Dos 26 interlocutores, 12 são nativos da Boavista e 14 são migrantes santiaguenses. Dentre os 12 boavistenses entrevistados, metade foi do sexo feminino e metade do sexo masculino. Relativamente aos migrantes santiaguenses, foram inquiridos seis homens e oito mulheres. A idade dos interlocutores variou entre 24 e 54 anos. Eles possuem diferentes níveis de escolaridade (desde a 4ª classe até o curso superior) e ocupam diversas categorias profissionais (economista, consultor, condutor, doméstica, empregada

¹ Pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) em convénio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação do Prof. Dr. Enno Dagoberto Liedke Filho, da UFRGS, Brasil. A realização desta pesquisa contou com o financiamento do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), através do Programa *Petites Subventions pour La Rédaction des Mémoires et Thèses*. Editoração: Elida Rubini Liedke.

de limpeza, vendedeira ambulante, comerciante, funcionário, professoras do ensino básico e do pré-primário, marceneiro, empregado de escritório, empregada comercial, polícia, peixeira, pedreiro, empregada de bar, vendedor e pescador). Foram utilizados nomes fictícios para referir os interlocutores, de modo a proteger a sua identidade.

Para a análise do objecto empírico recorreu-se principalmente ao interaccionismo simbólico. A observação participante constitui o método por excelência dos estudos interaccionistas, propiciando ao pesquisador “assumir o papel do outro e ver o mundo através do mundo dos pesquisados” (HAGUETE, 2007, p. 59). Procedeu-se também à observação directa da população-alvo em diferentes espaços públicos onde os dois grupos em análise se encontravam, nomeadamente, nas praias, no mercado de peixe, nas praças e parque infantil, nas discotecas, entre outros. Tal como as entrevistas, a observação foi realizada em duas etapas, sendo que a primeira decorreu no princípio de Julho de 2008 e a segunda no início de Agosto e finais de Setembro do mesmo ano. Observou-se o dia-a-dia dos moradores nos locais supracitados.

A abordagem teórica baseou-se, principalmente, nas obras de Erving Goffman, dentre as quais destacam-se *A Representação do Eu na Vida Quotidiana* (1983) e *Estigma* (1988), assim como no estudo de Norbert Elias, *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000), ressaltando-se os conceitos de configurações e o par conceitual *estabelecidos/outsiders*. O conceito de representações sociais contou também com as contribuições de Moscovici (2003) e de Jodelet (1990). O conceito de identidade de Manuel Castells (2008), assim como o de identidade negativa, proposto por Robert Castel (2008), foram adoptados em momentos de síntese do debate desenvolvido ao longo deste artigo.

O interaccionismo simbólico, como se depreende da própria expressão utilizada para referir essa abordagem

teórica, privilegia a interacção entre os indivíduos, a intersubjectividade, os significados das relações sociais entre *ego* e *alter* em detrimento da objectividade da estrutura social (HAGUETE, 2007). Situa-se em uma perspectiva fenomenológica e concebe a ordem social como efeito provisório das interacções individuais ou grupais com seus diversos códigos de significados, constantemente em processo de construção, fornecendo normas e regras para as acções dos indivíduos, para a negociação de significados, hierarquias e sanções.

O estudo das representações sociais propicia uma análise aprofundada do que se considera o senso comum e, por conseguinte, a diversidade de percepções, de suas lógicas e incoerências. A sociologia pode utilizar essa expressão conceitual como um importante instrumento de análise da realidade social, uma vez que busca apreender as concepções que os grupos constroem a respeito do mundo. O pensamento sobre o mundo social é fortemente tributário das trocas na interacção, dinamizando permanentemente a construção da realidade social. As visões e avaliações das “coisas do mundo”, as formas a que recorremos para interpretar as mais diversas situações surgem e estruturam-se como resultado das trocas, no confronto que os indivíduos realizam entre as suas crenças e opiniões, isto é, em um processo marcadamente relacional. Na era de incertezas em que vivemos, a expressão representações sociais pode actuar de forma importante na compreensão de questões contemporâneas.

Relativamente ao conceito de estigma, de acordo com Goffman (1988, p. 11), significa marca ou impressão e emprega-se como um indicativo de uma degenerescência: os estigmas do mal, da loucura, da doença. Segundo o autor, na Antiguidade Clássica, através do estigma procurava-se tornar visível qualquer coisa de extraordinário ou algo mau sobre o *status* de quem o apresentasse. O estigma

“avisava” a existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa cujo contacto deveria ser evitado.

O estigma não somente apresenta um aspecto objectivo, como as características de uma raça ou de um determinado sexo ou ainda de actos e comportamentos religiosos ou de visível pobreza, como também consiste em desvalorização do outro; por exemplo, se a pessoa é pobre, se é deficiente física, não pode trabalhar tão bem quanto uma pessoa dita normal e assim por diante. O estigma gera descrédito, desvantagem, e a ideia de que o estigmatizado não é completamente humano.

O estigma é um factor presente na vida da população migrante sobretudo dos que habitam em bairros degradados. Na ilha da Boavista os migrantes interinsulares e os da costa ocidental africana sofrem a estigmatização por habitarem em espaços degradados, além de outras marcas de desvalorização social de que são portadores, segundo a visão corrente na sociedade local.

Quanto ao conceito de configuração e ao par conceptual estabelecidos/ *outsiders*, proposto por Norbert Elias (2000), esses têm por base um estudo realizado pelo autor numa pequena comunidade que mantinha no seu interior uma evidente divisão, embora apresentasse uma relativa homogeneidade segundo indicadores sociológicos correntes (renda, educação, ocupação, religião). Havia dois grupos: os estabelecidos, moradores do local desde longa data, e os *outsiders*, um grupo novo de residentes. Sendo assim, nessa comunidade, Elias observou a polarização que ocorria entre estabelecidos e *outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a si próprio características humanas superiores, excluindo todos os membros do outro grupo do contacto social não-profissional. O controle social era mantido por meio de uma série de comentários do tipo elogioso e também depreciativo. A peça central dessa configuração era um equilíbrio instável de poder. Esse diferencial de poder

se expressava através do tempo de residência dos moradores da comunidade.

Já Manuel Castells (2008) considera a identidade como um processo de construção de significado baseado em um atributo ou conjunto de atributos culturais interrelacionados. O autor defende que para um determinado indivíduo, ou ainda um actor colectivo, pode haver identidades múltiplas geradoras de contradições e tensões, tanto na auto-representação como na acção social. Castells define três formas e origens de construção de identidades: a primeira é a identidade legitimadora, a segunda é a identidade de projecto e a terceira, utilizada na análise, corresponde à identidade de resistência. À medida que avança, a análise incorpora o conceito de discriminação negativa, conforme utilizado por Robert Castel (2008). Seu significado é expresso ao longo do presente artigo.

As ilhas da Boavista e de Santiago: diversidades societárias no período colonial

Nas ilhas da Boavista e de Santiago produziram-se relações sociais e variantes culturais diversas, por razões relacionadas com os modos distintos de exploração económica nelas impostos durante o período colonial (LIMA, 1997, p. 209). As ilhas de Santiago e da Boavista tiveram formas de povoamento e de exploração diversas, originando modos de vida social diferenciados.

Lima (1997, p. 209) apontou uma série de factores que determinam a diferenciação entre as duas ilhas. O autor menciona a configuração do relevo, radicalmente diverso: Santiago, predominantemente montanhosa e com vales profundos; Boavista, extremamente plana, com campos que se perdem no horizonte. As condições geográfico-natu-

rais e o tipo próprio de recursos naturais da ilha das dunas, com grandes campos de pastagens, separados das hortas (terras agrícolas), além das salinas naturais, da urzela, da pesca abundante, entre outros, aliados ao excelente porto de Sal-Rei contribuíram, no seu conjunto, para a constituição de formas de organização da produção distintas das que tiveram lugar em Santiago: enquanto nesta predominaram os regimes de morgadio e de latifúndio, na ilha da Boavista as relações de produção assentaram-se, basicamente, na criação de gado, na apanha do algodão e da urzela, na exploração do sal e no comércio desses produtos.

Há que ter em conta, também, que a geomorfologia da ilha de Santiago e os sistemas de morgadio e de latifúndio nela implantados viriam a estabelecer relações entre colonos e escravos mais rígidas. Em contraste, na Boavista, as relações entre os dois grupos ocorreram de modo menos demarcante, no que se refere ao rigor das regras e castigos escravistas. Devido, em parte, à geomorfologia desta última, que dificultava a fuga, uma vida menos cativa aos escravos era permitida; por isso, os colonos deixavam-nos viver de um modo mais livre. No entanto, essa é uma ideia que vem sendo muito questionada no Brasil: se é possível dizer que os escravos eram menos maltratados em alguns lugares em relação a outros. A historiografia vem revendo o lugar de enunciação que reclama essa constatação: trata-se de uma vontade apressada de esconder as contradições que rasgam e expõem fissuras raciais actuais.

Um outro aspecto de distinção poderá ser identificado no retrato da pastorícia e das moradas constituídas em cada uma das duas ilhas. Na Boavista o gado foi lançado ao acaso e pastoreado livremente pelos escravos, enquanto em Santiago foi criado nas fazendas. Por seu turno, em Santiago instituiu-se a casa-grande, ou o pequeno mundo do morgado, e a casa-de-morada, contrariamente à Boavista, onde das casotas, currais e herdades do gado saltou-se

para os aglomerados com casas, sobrados, moradias e armazéns comerciais. Cada uma dessas formas de moradia propiciou um tipo específico de relações entre os colonos e os seus escravos, quer ainda entre os próprios escravos.

Factor relevante é o da organização económica do escravo face ao colono. Na ilha de Santiago a vida económica e social do escravo se realizava no interior da fazenda do morgado, enquanto na Boavista, o escravo podia se organizar económica e socialmente de forma mais livre, pelos campos, quintas, salinas, entre outros sítios. Esses espaços económicos propiciaram o surgimento, entre os escravos da Boavista, das profissões de pastores, colectores de algodão, caçadores de gado, domésticos, salineiros, urzeleiros e outras, cuja incidência nos espaços de Santiago nem sempre ocorreu. Deste modo, das formas de apropriação da terra pelo colonizador, o escravo boavistense pôde se beneficiar até certo ponto, o que lhes proporcionou, paulatinamente, algumas facilidades, dadas as condições geomorfológicas, melhores possibilidades de uma vida económica mais independente, solidária e folgazã (LIMA, 1997, p. 213).

Um quinto factor diz respeito à chegada de estrangeiros (ingleses) que, com a exploração do sal, estabeleceram com os escravos da Boavista um vínculo menos rígido e mais aberto do que o vínculo entre o colono e o escravo dos morgadios de Santiago. Por conseguinte, na ilha da Boavista, as relações entre os nativos, constituídos maioritariamente por negros, e os estrangeiros eram consideradas boas. A esse respeito, relacionando a ilha da Boavista com as outras ilhas de Barlavento, Carreira (1983, p. 44) cita de um anónimo o seguinte: “Nesta ilha há gente mais civilizada do que nas outras de Barlavento, pela comunicação que tem com as gentes que a ela vão em navios comprar cabras e bestas”.

Importa considerar também as características de um povo agricultor (a agricultura era predominante em San-

tiago), o qual desenvolve ritmos de estações do ano e de trabalho diferentes daqueles próprios de povos vinculados a diversas actividades, como a pastorícia, o apanho do sal e da urzela, actividades essas predominantes na ilha da Boavista. Esses ritmos e tempos diferentes propiciam relações sociais diversificadas, distintas formas de sociabilidade: um pescador terá, certamente, uma visão de tempo no mundo diferente daquela de um agricultor (LIMA, 1997, p. 214).

A emigração², que iniciou por volta do século XVIII e teve um grande crescimento a partir da segunda metade do século XX, pode ser tomada como um sétimo factor a contribuir para a diferenciação entre os habitantes das duas ilhas. Na ilha de Santiago, os emigrantes que retornavam adquiriam bens duráveis (propriedades, meios de transporte terrestre) e, em período mais recente, passaram a investir em restaurantes e em outros sectores económicos. Na ilha da Boavista, para além da ajuda aos familiares e amigos, os emigrantes também compravam bens duráveis, dentre os quais a moradia própria, meios de transporte pessoal como, por exemplo, cavalos de luxo e, no período contemporâneo, motos, portanto, em recursos de pouco interesse económico. Por conseguinte, com a emigração foi emergindo e se consolidando em Santiago uma nova classe média, acentuando mais ainda a estratificação social. Contrariamente, na Boavista, tal não aconteceu; houve um nivelamento na estratificação social, devido à ajuda que os emigrantes propiciavam aos familiares e amigos, denotando um maior grau de solidariedade entre os grupos primários naquela ilha (LIMA, 1997, p. 14), em contraste com o crescente individualismo em Santiago.

2 Devido à escassez de recursos naturais e à pobreza económica do arquipélago cabo-verdiano (solos pobres, seca, etc.) desde cedo a emigração se converteu na única saída para o povo destas ilhas. O fenómeno migratório cabo-verdiano envolve um número significativo de núcleos espalhados por três continentes: África, Europa e América.

Ainda no período colonial, os aparelhos ideológicos e repressivos fizeram-se sentir em níveis diferentes nas duas ilhas. Na óptica de Lima (1997, p. 215), os motivos de resistência por parte dos escravos da Boavista eram menos fortes do que os dos escravos da ilha de Santiago. Os aparelhos repressivos, como o próprio governo, através da sua máquina administrativa, o exército, a polícia, a milícia, os tribunais e as prisões, por suas acções de repressão, teriam deixado marcas mais profundas entre os santiaguenses do que entre os boavistenses.

Uma explicação, segundo o autor anteriormente referido, diz respeito ao facto de os boavistenses viverem distantes do poder central o que, à época, adquiria um sentido a mais do que o geográfico, um sentido de distanciamento político. As frequentes revoltas de escravos em Santiago, em contraste com um grau menor de mobilizações de resistência na ilha da Boavista podem ser tomadas como indicadores dessas importantes diferenças. Desse modo, Lima (1997) conclui que a diversidade dos sistemas político-administrativos implantados na Boavista e em Santiago terá contribuído para a produção de relações sociais diversificadas entre elas.

Importa ter em conta a ordem do povoamento das duas ilhas, factor esse que de certo modo se alia aos princípios que serviram de base à política administrativa colonial. A ilha da Boavista foi povoada mais de 150 anos após o povoamento de Santiago, que se iniciou em 1462. Nesta, o povoamento já se encontrava numa fase avançada de estruturação social. As ilhas receberam levadas de escravos em épocas diferentes, portanto, já com níveis de aculturação também diferentes, o que condicionaria comportamentos económicos, culturais e sociais diversificados, de ilha para ilha.

Ademais, à diferenciação social em apreço estão ligadas as crises e fomes que marcaram de formas diversas

as duas ilhas, tendo atingido mais indelével e profundamente a de Santiago, em boa parte por sua constituição em morgadios. É sabido que uma economia de base essencialmente agrícola não resiste quando ocorre escassez de chuvas. Na sequência, a fome se generaliza. Por seu lado, na Boavista, as fomes e as crises não deixaram marcas muito profundas, devido sobretudo à exploração do sal pelos ingleses, ao conseqüente contacto com os marinheiros e comerciantes estrangeiros e ainda graças à *potona*³ e ao *péxe q'lete*⁴.

Migrantes boavistenses *versus* santiaguenses

Com respeito aos objectivos apresentados no início deste artigo, salienta-se que a interacção social da população nativa da ilha da Boavista com os migrantes da ilha de Santiago tende a ser positiva ou negativa, conforme o espaço de convivência, o tipo de situação e o tempo de residência dos migrantes na ilha das dunas. O modo como os autóctones desta encaram a presença dos migrantes de Santiago é de forte ambigüidade. Alguns boavistenses entrevistados consideram que os santiaguenses estão a contribuir e muito para o desenvolvimento da ilha, com o seu trabalho. Admitem que os santiaguenses ensinaram aos boavistenses algumas qualidades que estes não possuíam anteriormente à chegada dos primeiros migrantes de Santiago como, por exemplo, o espírito de sacrifício, de sobrevivência, de luta e de iniciativa. Encaram esse processo de forma positiva.

No entanto, outros interlocutores alegam que os autóctones de Santiago trouxeram consigo muitos problemas sociais,

3 Raiz de uma erva que predominava na ilha, principalmente após as chuvas.

4 Peixe com leite.

dentre os quais a criminalidade, a insegurança, a violência, os assaltos. Desde essa visão, a presença dos migrantes provenientes dessa ilha é encarada de forma negativa.

É de referir que, nesses aspectos, existem também divergências no que diz respeito ao ponto de vista dos migrantes santiaguenses. Há indivíduos que admitem a existência de discriminação e preconceito, mas ao mesmo tempo afirmam que nunca passaram por tais situações.

... não tenho mal a dizer, mas há pessoas que dizem que há discriminação, mas eu nunca passei por essa situação, porque eu sempre cultivo a minha boa educação caseira. (Sabino, 38 anos, polícia, migrante).

... dizem que as pessoas de cá são racistas, mas eu me relaciono bem com as pessoas de cá, dou-me bem com os sampadjudos de cá. (João, 27 anos, comerciante, migrante).

... muita gente queixa-se que as pessoas da Boavista tratam mal as pessoas da Praia, que desprezam-nas, mas eu não tenho mal a dizer, neste aspecto não tenho nada a dizer, porque desde que estou cá, vai fazer cinco anos, todas as pessoas da Boavista são minhas amigas. (Simão, 41 anos, marceneiro, migrante).

Não sei se é racismo ou porque é a ilha deles. Não sei explicar. Mas acho que eles já mudaram muito, antigamente nem sequer nos davam um bom dia, eu observava isto. Costumava cumprimentar muita gente e eles não respondiam, chateava-me muito. Depois deixei de os cumprimentar. (Francisco, 32 anos, pescador, migrante).

Outros consideram que os autóctones da Boavista são boas pessoas, são simpáticas, acolhedoras, educadas e que os seus patrícios são os que se comportam mal, por isso é que acham que são discriminados.

... as pessoas daqui não são racistas. Depende da maneira como te comportares, eles [os badius] arranjam brigas, portam-se mal e depois dizem que as pessoas são racistas. Eu não tenho mal a dizer de ninguém da Boavista. (Cesaltina, 36 anos, comerciante, migrante).

... vivo cá há doze anos e não posso falar mal das pessoas da Boavista, porque a todos a quem eu chamei me socorreram. (Filó, 39 anos, comerciante, migrante).

Essa entrevistada diz ainda:

... dou-me bem com as pessoas daqui tranquilamente, com amor e carinho, todas as pessoas quando me vêem chamam, todas as pessoas já sabem o meu nome. (Filó, 39 anos, comerciante, migrante).

Com sentido similar são apresentados a seguir diversos depoimentos de migrantes santiaguenses.

Gosto muito de viver cá na Boavista, aqui é um lugar calmo, tranquilo, são boas pessoas, tratam-me com amizade, aonde for sou bem tratado. (Simão, 41 anos, marceneiro, migrante).

Dou-me bem com as pessoas da Boavista direitinho, muito bem, em Setembro vai fazer onze anos que estou cá, mas a gente se dá muito bem. (Maria Clara, 31 anos, doméstica, migrante).

Não tenho mal a dizer de ninguém da Boavista. Vivo cá há cerca de três anos, mas até hoje não tenho mal a dizer de ninguém de cá. (João, 27 anos, vendedor, migrante).

Eu tenho boas relações com as pessoas de cá, portanto, nunca disseram mal de mim e nem eu deles, sempre tenho bons relacionamentos. (Simão, 38 anos, polícia, migrante).

Alguns, porém, consideram que os nativos da Boavista são racistas e que eles, os santiaguenses, enfrentam várias dificuldades de inclusão social, sobretudo ao nível habitacional. Os migrantes que consideram que os boavistenses são muito racistas alegam que por esse motivo enfrentam enormes dificuldades na ilha, principalmente quanto às suas condições de habitação. Dizem que permanecem na Boavista por questões laborais, em

que pese o relativo isolamento que a discriminação social lhes impinge.

Gosto de cá só por causa do trabalho, mas por causa de outras coisas não, porque as pessoas daqui são todas racistas. (Nila, 24 anos, empregada de bar, migrante).

... há muito racismo, porque se notam diferenças claras, mas eu não ligo. Vivo a minha vida, não me interessa se as pessoas não gostam de mim, da maneira como vivo na Praia, vivo na Boavista. (Rosa, 50 anos, comerciante, migrante).

A interlocutora acrescenta:

... eles desprezam, sim. Costuma-se dizer que as pessoas da Boavista são amigas dos badius, mas realmente não são. (Rosa, 50 anos, comerciante, migrante).

Não gosto de viver cá, estou aqui só por causa do trabalho que há cá na Boavista. As pessoas daqui não nos tratam bem, elas não nos ligam, não gostam de nós. (António, 41 anos, pedreiro, migrante).

Cá há muitos sampadjudos que são racistas, que não gostam dos mandjacos e que não gostam dos badius também. (João, 24 anos, vendedor, migrante).

A partir da pesquisa realizada, se pode concluir que o desenvolvimento da ilha da Boavista (considerado a partir da década de 90) ocorreu devido principalmente ao investimento turístico, o qual acarretou a emergência de perturbações e mesmo atritos entre a população nativa da ilha e os “externos”, seja individual ou colectivamente. Os nativos que viviam segundo os seus hábitos, os seus costumes, as suas crenças, as suas tradições de uma forma um tanto isolada, viram-se ameaçados em relação ao que tinham como valores básicos de sua auto-identidade, perante a chegada de uma grande quantidade de pessoas que até certo ponto

expressavam ideias, maneiras e crenças diferentes das que eram costumeiras e valorizadas em seu círculo.

Dentre os ditos “externos”, os migrantes em busca de novas oportunidades de vida e trabalho, são majoritários os advindos da ilha de Santiago. No que concerne à origem social desses últimos, a maior parcela é originária das camadas sociais mais baixas da sociedade cabo-verdiana, possuindo baixos níveis de escolaridade, baixa qualificação para o trabalho e vivendo, tanto na ilha de origem como na Boavista, em precárias condições habitacionais. Os migrantes santiaguenses, principalmente os que habitam a zona das barracas, muitas vezes são associados pelos boavistenses à violência, à insegurança, ao furto, aos assaltos às moradias e a outros crimes, como assaltos à mão armada. Em suma, esse fluxo de recém-chegados, denominados pelos boavistenses de *badius*, é percebido como uma ameaça aos estilos de vida dos boavistenses e até mesmo como uma ameaça à ordem estabelecida. Sendo assim, algumas pessoas da Boavista afirmam ter “má impressão” dos *badius*, dizem que “antes a ilha era diferente (...) era uma ilha calma, segura (...) agora já não se pode andar tranquilo na rua”. Essa maneira de ver as coisas por parte de alguns autóctones dificulta a sua interacção com os migrantes.

Alguns nativos nem sequer admitem uma certa flexibilização das barreiras que constroem contra os santiaguenses, impedindo que se desenvolvam relações sociais duradouras entre indivíduos vinculados a cada uma das categorias socialmente classificadas e opostas, a dos *sampadjudos* e a dos *badius*. Por isso, pode-se afirmar que boa parte dos nativos da ilha da Boavista tendem a estigmatizar e, no limite, excluir socialmente os migrantes santiaguenses residentes naquela ilha.

Assim mesmo, os migrantes santiaguenses e os nativos da Boavista estabelecem relações no seu dia-a-dia. Mas

essas relações são, por vezes, baseadas em disputas, tensões e conflitos. Os indivíduos que fazem parte de cada um dos grupos estão ao mesmo tempo separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Devido à desigualdade, a interacção entre os indivíduos destes grupos se baseia muito raramente em relações positivas: são apenas algumas as excepções. Entre essas excepções destaca-se o facto de que há casos de relações amorosas entre os elementos pertencentes aos dois grupos que muitas vezes dá lugar à constituição de famílias. Outra excepção prende-se ao facto de existirem alguns santiaguenses que vivem na Boavista há muitos anos (entre 10 a 15 anos, mais ou menos), recebendo um tratamento dos nativos diferente do tratamento que os outros *badius*, que residem mais recentemente na ilha, recebem.

A migração dos santiaguenses à vista dos boavistenses: diferenças comportamentais

Alguns interlocutores boavistenses consideram que embora sejam todos cabo-verdianos, existem diferenças enormes quanto a atitudes, comportamentos e hábitos. Admitem que em determinadas situações os *badius* agem de forma que muitas vezes não converge com a sua maneira de agir.

... acho que, de facto eles têm uma tradição diferente da nossa, embora sejamos todos cabo-verdianos, mas cada ilha tem a sua especificidade no domínio da cultura, no domínio da tradição e no domínio comportamental. (Ruben, 50 anos, consultor, nativo).

... não, nós e eles não somos iguais não, temos muitas diferenças, somos todos cabo-verdianos, mas nós somos diferentes, há diferenças profundas. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

... a diferença é ao nível da cultura, tem alguns hábitos, tem algumas situações tradicionais mesmo do pessoal de Santiago que muitas vezes não convergem com a nossa. (Ruben, 50 anos, consultor, nativo).

Ao contrário, no depoimento a seguir é detectada uma visão mais flexível, de aceitação dos migrantes.

Eu considero que são pessoas humanas como nós. Badius, sampadjudos, nós somos todos filhos de Cabo Verde, nós somos todos cabo-verdianos, não há diferenças, só que cada um tem a sua maneira de ser. (Joana, 54 anos, professora do pré-primário, nativa)

A título de exemplo, os boavistenses advogam que em casos de tensões e conflitos, para eles é impensável fazer o uso de armas. As brigas se resolvem com as próprias mãos. Segundo dizem os nativos, resolvem as desavenças de forma diferente dos santiaguenses.

... as pessoas da Boavista brigam é com socos, eles [badius] não são como o pessoal de Barlavento, que briga com as mãos, um dá um soco, o outro dá outro soco e pronto, tudo fica resolvido. Imagina, a faca pode ser mortal para uma pessoa e isso tem vindo a acontecer. Nós estamos acostumados a discutir, a bater com as mãos, a dizer palavrões e pronto, fica tudo normal. Nós não estamos habituados a utilizar facas. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurant, nativa).

Prosseguindo, Lina afirma:

... por exemplo, posso dizer palavrões a um sampadjudo, mas se for a um badiu ele apontará logo uma arma para mim. Eles limpam a honra é com sangue, mas nós, não. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurant, nativa).

... usam a faca por qualquer coisa. É o que se ouve que acontece lá para a Barraca, é água quente, é azeite quente, nós não estamos habituados com essas coisas. Antigamente, quando havia desentendimentos, as pessoas brigavam com as mãos e não com armas. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

Com o intuito de reforçar as divergências comportamentais, os nativos afirmam que os santiaguenses deitam o lixo em qualquer lugar e que urinam em qualquer lado.

... aqui o problema que se coloca é a integração deles, é claro que trouxeram costumes que nós não estávamos habituados e costumes que talvez choquem com os nossos, que briguem mesmo, porque há coisas que, sinceramente, tenho 53 anos e não estava habituado a ver. Nomeadamente o lixo, há pessoas que urinam na rua e há alguns dias, na rua do Rego, houve uma confusão porque um indivíduo de Santiago urinou à frente de muita gente idosa, que lhe chamou atenção e esse não ficou contente e até ameaçou o Ti Jon (morador daquela rua) de morte. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

... sem dúvida muita coisa mudou para pior, em termos de higiene, saúde pública (...) trouxeram muita coisa má. (Lucas, 47 anos, funcionário público, nativo).

Importante diferença comportamental prende-se ao facto de os nativos considerarem que os santiaguenses são pessoas mais reactivas, dizem até que esses têm o “sangue mais quente” do que eles. É o que se percebe nas afirmações a seguir:

Acho que são pessoas que estão prontas para arranjar chatices, claro que tem um ou outro que é diferente, por exemplo, esses meus vizinhos são pessoas pacatas, mas normalmente são pessoas fervidas, estão prontas para arranjar chatices a qualquer momento, por qualquer coisinha chateiam-se, dizem palavrões, nós não estamos habituados, nós estamos a sofrer um choque muito grande. (Eliseu, 43 anos, empregado de escritório, nativo).

... até hoje não tive problemas com nenhum deles, porque sei como é a maneira deles, portanto, tento evitar. Tento me comportar bem com eles, falar bem com eles, porque sei que normalmente os badius e os sampadjudos não têm a mesma mentalidade. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurant, nativa).

... eu não tenho problemas com badius, mas já vi pessoas a terem problemas com eles, não sei qual é o motivo, se é falta de entendimento às vezes, porque realmente o badiu tem sangue quente, compreendes? O badiu reflecte menos e isso é verdade. Eu já falei com eles e a maioria reconhece isso. (Benamin, 43 anos, funcionário público, nativo).

Essa diferença de atitudes é observada mesmo entre as crianças, pois, de acordo com relatos de algumas pessoas, nas escolas as crianças nativas não se misturam com as crianças santiaguenses, visto que as primeiras admitem que essas são brutas e que estão sempre a lhes provocar.

Eles são brutos. Realmente, os meninos de cá tentam aproximar-se deles, mas depois acabam por se afastar. Não é nada impossível uma criança nativa pisar uma criança santiaguense e esta agredir com uma bofetada antes que a outra lhe peça desculpas, por isso é que se afastam, porque elas são muito agressivas. (Raquel, 48 anos, professora do ensino primário, nativa)

A entrevistada prossegue:

... no início do ano eles se misturam, mas depois acabam por se separar, porque são muito agressivos devido à educação que recebem em casa, os conflitos que presenciam em casa, porque os badius se exaltam por pequenas coisas. Às vezes assistem às guerras entre o pai e a mãe, às vezes entre os vizinhos, por isso associam-se no início, mas depois afastam-se, porque por qualquer coisinha partem logo para a agressão. (Raquel, 48 anos, professora do ensino primário, nativa)

De acordo com esse depoimento, chega-se à conclusão de que na escola, um dos principais agentes de socialização da criança, pouco se tem realizado no sentido de contribuir para a minimização ou quem sabe para a eliminação das barreiras que separam os dois grupos em análise. De modo a enfrentar essa questão, considera-se que urge desenvolver políticas públicas esclarecedoras, particularmente no âmbito escolar, de modo a aproximar

essas crianças e mostrar a elas que são todas iguais, que por serem provenientes de distintas ilhas não é admissível que se considerem superiores umas às outras, as quais terminam, por sua imaturidade, por aceitar que são mesmo inferiores ou, já na adolescência, a adotar atitudes de revide. Importa alterar, pelo menos em parte, os conteúdos programáticos das escolas, incluindo práticas de ensino-aprendizagem que envolvam o respeito mútuo, componente essencial para a formação de adultos cidadãos.

É ilustrativo o exemplo dessa professora do pré-primário, que relata o seguinte:

... não, eu no meu jardim não admito essa separação entre as crianças. Todas as crianças para mim são iguais e faço-lhes entender que elas são todas iguais, relacionam-se normal. Só que de vez em quando aparece um que diz que aquele badiu aí, mas logo o corrijo. Digo aquele badiu não, ele é igual a nós, igual a ti. (Joana, 54 anos, professora do pré-primário, nativa).

Os nativos da ilha das dunas são da opinião de que com a entrada de estranhos à ilha, sobretudo dos migrantes provenientes da ilha de Santiago, ocorreram muitas alterações no seu modo de vida. Alegam que os migrantes santiaguenses têm contribuído e muito para o desenvolvimento da Boavista, mas por outro lado eles trouxeram consigo muitos males sociais, entre os quais, a insegurança, a criminalidade e os roubos.

... aumentou, sem dúvida, houve um aumento de 200%. (Lucas, 47 anos, funcionário público, nativo).

... ocorreram mudanças drásticas, uma alteração de 180° graus, aquelas características que tínhamos já não temos mais, sossego, paz, tranquilidade, segurança, já não temos mais, por quê? Pessoas que vieram de fora, não só badius, mas o pessoal de África, senegaleses, guineenses, etc. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

Isto é evidente, é claramente uma situação inequívoca, nós temos tido agora problemas com a sociedade, problemas de brigas, de mudanças de comportamento, problemas de crimes. Crimes nos seus diferentes domínios, mas também problemas outros da sociedade, que foram trazidos para cá precisamente pela estadia ou pela vinda, pela chegada dessas pessoas. É verdade que quase não tinha criminalidade aqui na Boavista, há uns 10 anos atrás. Mas de 10 anos para frente nós temos assistido amiúde a esses acontecimentos, infelizmente para a nossa sociedade, infelizmente aqui para a ilha, infelizmente para Cabo Verde. Mas é uma situação que enfim a priori teremos dificuldade em aceitá-las, porque nós não estávamos habituados a isso, mas agora temos que ver é a forma de colmatá-las mediante um bom relacionamento e a compreensão dessas pessoas e fazer acabar com esses actos e essas formas de estarem na sociedade. (Ruben, 50 anos, consultor, nativo).

No início, quando vieram para a Boavista, tudo estava a correr bem, mas agora, de há uns tempos para cá, veio muito mais gente e agora as coisas têm mudado. (Joana, 54 anos, professora do pré-primário, nativa)

... a criminalidade e a insegurança aumentaram consideravelmente, esqueci-me de te dizer que uma vez um badiu assaltou o meu estabelecimento. Veio cá, abriu a porta, forçou as grades, partiu os vidros, fez mais ou menos um prejuízo de 400 e tal contos. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurante, nativa).

De acordo com o ponto de vista dos nativos, muitos dos seus hábitos foram alterados, como por exemplo, o facto de saírem de casa e deixarem as portas todas trancadas, acto que antes era impensável. Caso contrário, correm o risco de, quando regressarem à casa, encontrá-la assaltada. Outra mudança relaciona-se com o facto de as pessoas, principalmente as mulheres, terem medo de sair à rua sozinhas.

... as pessoas agora têm medo de deixar as suas casas. Se saíres tens que voltar de vez em quando para dar uma olhadela, porque se passares mui-

to tempo fora de casa, corres o risco de ter a tua casa assaltada. (Raquel, 48 anos, professora do ensino primário, nativa).

... houve, sim, alterações, a primeira coisa é que hoje em dia não podemos andar sozinhos na rua, segundo, agora tens que fechar a porta a cadeado, coisa que eu não podia sequer imaginar e até quando dormes ficas desconfiada. (Soraya, 26 anos, empregada comercial, nativa).

... aqui na vila agora há essa questão, as pessoas quando saem já não deixam a porta aberta. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

... sou do tempo em que as pessoas deixavam as chaves na porta ou mesmo a porta traseira atada com uma linha apenas para os animais não entrassem ou comessem os restos de comida. Mas o que é certo é que de uns anos para cá já não se deixam as chaves na porta e as linhas do portão foram substituídas por fechaduras. Aumentou consideravelmente a insegurança, o roubo e a criminalidade em geral, por coincidência ou não, desde que os badius e os africanos do continente começaram a chegar à ilha. (Antónia, nativa)⁵.

Antes andávamos à vontade. Desde que os badius chegaram à Boavista, uma pessoa não fica à vontade, uma pessoa sai de casa, mas sempre com medo, medo de andar sozinha. (Ruth, 30 anos, empregada de limpeza, nativa).

Há, porém, nativos que advogam que não é por causa dos vindouros que há insegurança, roubo e criminalidade na ilha, referem que muita gente da Boavista também contribui para esse quadro negativo e que isso tudo é consequência do desenvolvimento.

... por exemplo, na Boavista, se reparares bem naquela desculpa de que tudo de mal que acontece na ilha, quem faz são as pessoas de fora. Isto é tudo mentira, existe muita gente daqui da Boavista que é pior do que as pessoas que vêm de fora, para mim é assim. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

⁵ Trecho extraído de uma discussão intitulada "Revolta na Boavista" que surgiu no blog: <http://kufrontalidadi.blogspot.com> (25/02/2009).

O mesmo entrevistado afirma:

... o problema não é com a entrada dos badius ou mandjacos, é o desenvolvimento, não é só porque eles vieram e trouxeram essas coisas. Mas por que vieram? Porque nós criamos condições, demos trabalho a eles. Vieram e depois todas essas coisas vieram a acontecer, isso tudo por causa do desenvolvimento. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

Nessa linha de argumentação, outros moradores declararam que

... por causa deles não, mesmo as pessoas de cá fazem coisas erradas. (Sara, 41 anos, varredeira de rua, nativa).

... não digo que seja por causa deles, mas a pacatez já não existe, não quer dizer que sejam apenas eles, mas como são a maioria (Eliseu, 53 anos, funcionário da Função Pública, nativo).

Consequência relevante desse fenómeno migratório, segundo a visão dos nativos, diz respeito ao facto de somente serem vistas, actualmente, pessoas estranhas pelas ruas da Boavista e, para eles, isso implica viver de maneira completamente diferente, isto é, os nativos foram obrigados a alterar o seu modo de vida.

Antes Boavista era uma ilha com pouca gente, onde todo mundo conhecia todo mundo, todos eram amigos de todos, a população vivia estável, não havia necessidade de trancar as portas e as janelas, não havia perigos na rua, nem sequer barracas, etc. (Antónia, nativa)⁶.

Hoje em dia podes dizer que o pessoal de fora é mais do que o pessoal daqui (em número, quantidade). Agora andas pelas ruas e não conheces ninguém, é algo estranho, principalmente para quem nasceu cá. Boavista é uma ilha grande em Cabo Verde, é a terceira ilha em tamanho, mas as pessoas se conheciam umas as outras. Agora conheces muito pouca gente na Boavista, pois grande parte vem de fora. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

⁶ Trecho extraído de: <http://cabrers.blogspot.com/2008-07-01archive.html> (03/03/2009).

Por esse motivo, de acordo com depoimentos de alguns nativos, eles criam sempre uma barreira face à interação com os estranhos, porque desde crianças foram acostumados a se relacionarem apenas com conhecidos e de repente se encontram perante pessoas com hábitos e costumes tão diversos.

... nota-se que há badius que têm vontade de se relacionar com as pessoas da Boavista, mas as pessoas da Boavista criam sempre uma barreira, com razão num certo ponto e sem razão noutra ponto. Quando era criança só me relacionava com pessoas conhecidas, de repente vê uma pessoa que não conheces, que tem outra cultura, outra maneira de encarar a vida. Há certas coisas que para ti é inadmissível, para ele é normal, são coisas que toda gente sente por aqui. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

Há quem defenda que os nativos se viram obrigados a mudarem a eleição dos espaços de lazer. Segundo a opinião de um informante, que tinha o hábito de fazer piqueniques com os amigos em determinadas praias da ilha, já não o fazem, alegando que os *badius* agora estão em todo lado e que os boavistenses se sentem incomodados perante a presença de estranhos.

Alguns interlocutores são da opinião de que o comportamento dos migrantes santiaguenses influencia o comportamento de muita gente da Boavista, que apresenta alterações comportamentais por eles avaliada negativamente.

Eu acho que o comportamento da malta de Santiago também tem interferência no comportamento de muita gente daqui da ilha, que tem tido alguma alteração comportamental, cultural e tradicional, influenciada pelo pessoal de Santiago. (Ruben, 50 anos, consultor, nativo).

... desde que os badius vieram para cá, as pessoas começaram a utilizar armas, isso porque os badius andam todos armados, por isso os nativos começaram a utilizar armas. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurante, nativa).

... depois da entrada dos badius na terra, começaram a acontecer muitas coisas, as pessoas começaram a conviver com eles, algumas começaram a ter relações com eles, as badias também connosco. Eu acho que muita coisa mudou, os nossos hábitos e costumes estão alterados. (Jader, 30 anos, economista, nativo).

No entanto, admitem que os migrantes santiaguenses trouxeram alguma coisa de bom para aquela ilha, nomeadamente, a sua mão-de-obra, que tem sido de extrema importância para o desenvolvimento da ilha.

... mas também aumentou a mão-de-obra, porque muitos deles são trabalhadores, isso tudo é desenvolvimento. (Benamin, 43 anos, funcionário público, nativo).

Não, de bom eles trouxeram alguma coisa, trouxeram a sua mão-de-obra, eles trouxeram alguma coisa, mas também trouxeram coisas negativas. Em termos de trabalho, eles trabalham bem, a nível da pesca, ou seja, trouxeram alguma coisa de bom. (Lina, 43 anos, proprietária de bar-restaurant, nativa).

... pouca coisa, mas pelo menos trouxeram parte da mão-de-obra. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

... os badius te dão uma série de serviços que os nativos não dão, de madrugada quando regressas da paródia, se quiseres comer esparguete, vais é para a Barraca ou Farinação, lá encontras sempre. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

Alguns nativos são da opinião de que os migrantes santiaguenses ensinaram algo de bom e útil aos nativos, que é o espírito de sacrifício, de sobrevivência, de luta e de iniciativa, qualidades que raramente se encontravam entre os nativos.

... é o espírito de iniciativa, o espírito de sacrifício, coisa que não existia nesta terra, eu acho que é um dos aspectos positivos que trouxeram. (Mateus, 31 anos, condutor, nativo).

... os badius e os africanos, a única coisa que têm de mal é a questão dos furtos, de resto são pessoas trabalhadoras. Se hoje estamos a comer peixe é graças aos badius, porque as pessoas daqui já não querem pescar. Depois são eles que trabalham na construção civil, eles trabalham muito, só param porque têm de dormir à noite, caso contrário, trabalhariam 24 sobre 24 horas, neste aspecto não tenho mal a dizer. (Joana, 54 anos, professora do pré-primário, nativa).

Em suma, grande parte dos nativos entrevistados alega que existem vários problemas sociais na ilha da Boavista e que se devem à presença dos migrantes internos (principalmente os *badius*) e dos imigrantes da costa ocidental africana.

Hoje em dia na Boavista há uma grande mistura, existem pessoas de praticamente todas as ilhas de Cabo Verde, temos pessoas da Praia, do Fogo, Sal, Santo Antão, São Nicolau, portanto, há uma mistura. Só que as pessoas da zona do Barlavento, o pouco que eu tenho convivido não tenho mal a dizer deles. Eu também não tenho mal a dizer dos badius, só que eu vejo as coisas de mal que têm acontecido, sempre há badius no meio, sempre é o badiu, as pessoas da zona de Barlavento quase que não se metem nessas coisas. No que diz respeito às pessoas da costa de África, elas também têm os seus defeitos, há muitos que não têm bom comportamento. No caso da criação de gado, hoje quase que não existe, por causa dos badius e dos africanos. É chegar e apanhar. Uma vez estávamos num passeio e encontramos um grupo de africanos que vinham com sacos cheios de animais que tinham roubado. Eles apanham, matam, embarcam para a Praia. Portanto, nós temos é que estar preparados para enfrentar essa nova era na Boavista. (Joana, 54 anos, professora do pré-primário, nativa).

Não sou contra os externos na Boavista, mas é preciso um controle, é necessário seguir os seus comportamentos, porque alteraram a ordem pública. Contribuem para alguma instabilidade do ponto de vista social, por exemplo na altura do festival, assaltam casas, roubam. (Eliseu, 53 anos, empregado de escritório, nativo).

... o pessoal da costa de África também comporta-se de modo incorrecto mas, sempre se diz, badiu é badiu. Os badius são os que

se comportam pior hoje em dia aqui na Boavista. (Jader, 30 anos, economista, nativo).

Na secção que segue, dá-se enfoque aos problemas de moradia enfrentados por grande parcela dos migrantes da ilha de Santiago residentes na ilha da Boavista.

Condições habitacionais dos migrantes santiaguenses

A discriminação constitui uma negação dos direitos inscritos na Constituição da República e em princípios substantiais ao exercício da cidadania. A questão da discriminação se impõe a partir do momento em que se passa a admitir que as diferenças são fundadas num estatuto hereditário (CASTEL, 2008, p. 12).

Uma larga maioria dos migrantes santiaguenses é da opinião de que existe discriminação e preconceito por parte dos nativos da Boavista em relação a eles. Neste caso, usando as palavras de Castel (2008, p. 13), trata-se de discriminação negativa. Para o autor, os traços específicos de pertença étnica são vistos como suporte para um tratamento diferencial e desigual, e não para um tratamento igualitário dos indivíduos. A diferença aqui é sublinhada e funciona como um estigma: por exemplo, a cor da pele deflagra a suspeição e a rejeição. É nesse sentido que se pode falar em discriminação negativa. Não se trata de um pleonismo. Existem formas de discriminação positivas que consistem em fazer mais por aqueles que têm menos.

A discriminação negativa não consiste em dar mais àquelles que têm menos; ela, ao contrário, marca seu portador com um defeito indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado em uma característica que não se escolhe, mas que os outros no-la

devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em factor de exclusão. A discriminação coloca a concepção de cidadania democrática em risco, mediante ausência de reconhecimento da alteridade.

Grande parte dos santiaguenses admite que se sente discriminada e desprezada por parte dos boavistenses; que esses são racistas e que não gostam que santiaguenses vivam na terra deles. Para eles a maior prova de discriminação acontece ao nível habitacional. De fato, uma grande parcela dessa camada social enfrenta enormes dificuldades no que se refere à questão habitacional. Os santiaguenses vivem na Boavista, em parcela considerável, em condições habitacionais muito precárias, sobretudo aqueles que habitam na zona das barracas. Esse lugar se constitui de um aglomerado populacional que apareceu de modo espontâneo e clandestino, por volta dos anos 90, por causa do défice populacional que existe na ilha das dunas. Esse bairro é habitado principalmente por pessoas das outras ilhas, que foram para a Boavista à procura de uma vida melhor, e por imigrantes da costa ocidental africana. A Barraca, como é vulgarmente conhecida, constitui hoje um dos bairros mais populosos da ilha. Os seus habitantes encontram-se em situação extremamente desprotegida. Esses espaços são para eles a única possibilidade de alojamento.

Nesse local estão implantadas cerca de mil casas de blocos e 50 barracas⁷ de papelão, sem as mínimas condições de habitabilidade. Não há infra-estrutura de base nem instalações públicas de rede eléctrica de água e esgoto. O bairro é todo cercado de lixo e a situação agrava-se na época das chuvas, quando a zona fica cheia de poças de água e com um cheiro nauseante.

O bairro não tem escolas, não tem jardins infantis nem quaisquer serviços de saúde. No entanto, há uma

7 Dados extraídos do *Jornal A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

série de serviços informais, como por exemplo bares (em grande quantidade, em cada esquina encontra-se mais que um), mercearias, cabeleireiros, carpintarias, tendas de roupas, pequenas casas de cultos religiosos, pensões e restaurantes improvisados. Há o fornecimento de luz eléctrica, que funciona como “Electra privada”: alguns residentes com os seus próprios geradores fornecem luz eléctrica aos seus vizinhos. Esses pagam uma tarifa de acordo com a quantidade de lâmpadas e electrodomésticos que possuem em casa.

Não por acaso os migrantes santiaguenses apontam como problemas primordiais que enfrentam na ilha da Boavista os de moradia.

Quando cá cheguei não enfrentei nenhuma dificuldade porque fiquei em casa da minha irmã lá no Rabil, mas depois vim morar com o instrutor Mário Jorge. Mas neste momento a Câmara nos pediu esta casa e não nos vai dar terreno, não nos vão dar nada. Não há terreno para construirmos casa e temos que sair daqui obrigatoriamente. Olha como isto está desarrumado, estamos prestes a ir embora. Não tenho onde ir, eles não nos dão terreno, não dão nada (...) o Mário Jorge está cá há anos, eu não, eu estou cá há três anos. Este lugar não tinha nada, ele colocou muita coisa cá, gastou cerca de trezentos e tal contos, investiu na casa de banho e tudo. Agora temos que sair e não temos nada, nem terreno para construir. Quem morava nestas casas eram os polícias, a Câmara construiu moradias e deu aos polícias, mas quando estiveram a repartir, deram a mais pessoas, deram aos funcionários da Câmara, professores que são todas pessoas da Boavista, da Zona Norte, elas têm lugar onde ficar. Se não fosse assim, caberia também a nós. (Nila, 24 anos, empregada de bar, migrante).

Para alguns dos migrantes entrevistados, a maior prova de discriminação ocorre ao nível habitacional. Admitem que, para além da escassez de moradias que existe na ilha, às vezes as pessoas da Boavista têm posse de casas para arrendar, mas não o fazem a eles, pelo facto de serem *badius*.

A entrevistada acima referida acrescenta, em seu depoimento:

Há pessoas que têm casas para arrendar, mas não nos arrendam, ando à procura de casa desde o dia primeiro e não consigo, eles arrendam só aos brancos, só aos italianos, aos badius nem pensar. (Níla, 24 anos, empregada de bar, migrante).

Outros entrevistados afirmam:

... nós temos sempre dificuldade para encontrar casas onde morar. (Francisco, 32 anos, pescador, migrante).

... quase não alugam casas aos badius. Tenho um colega que é guarda-fiscal, ele esteve muito tempo à procura de casa, porque não arrendam casas aos badius. (Joaquim, 26 anos, agente da Polícia Marítima, migrante).

As dificuldades nunca acabam, estamos aí a boiar dentro da água, devido às chuvas que caíram, estamos dentro da água. (António, 41 anos, pedreiro, migrante).

Em decorrência desses problemas, os migrantes santiaguenses são obrigados a construir moradias clandestinas. Em consequência, cria-se um distanciamento maior ainda entre os dois grupos em análise. Com o intuito de corroborar esse argumento, é de referir que a maioria dos autóctones nunca frequentou a zona das barracas.

Eu gostaria que deixassem de ver a Barraca como sendo um lugar do mal. Agora tudo o que acontece de mal na Boavista, culpam a Barraca. Todos os assaltos, roubos, brigas, são as pessoas da Barraca que cometem. Tudukuza é badiu. O badiu tem sangue quente, mas nem todos andam a roubar. Gostaria que nos vissem de igual para igual e sem preconceitos. (José Andrade, trabalhador de construção civil, migrante)⁸.

⁸ Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867 de 21 de Novembro de 2008.

Os habitantes do bairro das barracas, mesmo em condições de habitabilidade extremamente degradantes, têm a pretensão de lá continuar a viver. No entanto, as queixas são enormes e os anseios também. Os residentes querem ver chegar à sua comunidade a luz eléctrica, água canalizada, redes de esgoto, arruamentos e saneamento básico. Todos desejam uma vida melhor para a sua família, boas casas para morar, trabalho e salário no fim do mês. Acima de tudo, querem ver o seu bairro a desenvolver-se e a ser reconhecido. Deste modo, seguem algumas sugestões daqueles que mais do que ninguém sabem do que precisa a sua comunidade.

Eu não quero sair daqui. Já construí a minha casa, e agora quero que me dêem condições para continuar a viver aqui. Agora é só trazer luz, água e saneamento. Quanto ao resto vamos desenrascando. (Joaquina Marques, rabidante, migrante)⁹.

A Câmara e o governo precisam levar a Barraca a sério. Há pessoas a viverem aqui há mais de dez anos e que não têm uma casa, um pedaço de chão para construir. Eles devem fazer casas e dar ou alugar a preços baixos para essas pessoas. Para os que vão continuar na Barraca, deve-se colocar luz nas suas casas, na rua, pôr água e fazer a recolha do lixo todos os dias. (Laura Lopes, doméstica, migrante)¹⁰.

Vim para a Boavista por causa de um primo que vive cá. Há dois anos que trabalho como condutor de táxi e não tenciono voltar para os Picos de onde eu sou natural. Ir para Santiago só de férias. Quero fazer a minha casa e construir uma família na Boavista. (Jorge Nogueira, motorista)¹¹.

Eu gostaria que fizessem funcionar uma escola nocturna para podermos estudar. Na Praia não pude estudar porque não tinha trabalho e não podia pagar a escola. Na Boavista trabalho e não há aulas à noite. Penso que se abrissem uma escola à noite, mesmo que seja no liceu, muita gente teria oportunidade de continuar a estudar. (Ana Silva)¹².

9 Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

10 Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

11 Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

12 Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

A primeira coisa que deveriam fazer na Barraca é calçetar as ruas. Na época das chuvas, passamos muito mal com a lama e a água, que entram barracas adentro e estragam todas as nossas coisas. Com ruas calçetadas este problema ficaria resolvido. Só depois então deveriam instalar luz e água. (Carlos Dias, pedreiro)¹³.

Quando não vou à escola faço a limpeza da casa, lavo louça, estudo e brinco na casa da minha tia. Não há um lugar para brincar. Se tivéssemos uma praça que nem a vila tem ia brincar lá todos os dias. (Lidiane Nascimento, aluna da 3ª classe)¹⁴.

Constata-se, assim, que uma intervenção programada se faz necessária, seja de iniciativa do governo central, do governo local daquela ilha, de entidades privadas da sociedade civil, como a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio (SDTIBM), ou em uma coordenação bem definida entre esses agentes sociais, a começar pelo domínio da habitação social, de modo a evitar a proliferação de guetos ou o surgimento de novos, constituídos por construções clandestinas (barracas e outros tipos de edificação) sem condições mínimas de habitabilidade. A elevação das condições de habitação das pessoas que residem nesses locais consiste em uma questão crucial a ser respondida a curto prazo, se a concretização dos objectivos republicanos estiver no horizonte das acções públicas.

Considerações finais

Neste estudo, verificou-se que o desenvolvimento económico da ilha da Boavista (com início na década de 90) ocorreu devido principalmente ao investimento turístico. O crescimento da movimentação em investimentos, assim como nos mercados de produtos e de trabalho, acarretou

¹³ Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

¹⁴ Excerto retirado do Jornal *A Semana*, Edição 867, de 21 de Novembro de 2008.

a emergência de perturbações e mesmo de atritos entre a população nativa da ilha e grupos de indivíduos “externos”. Do conjunto desses ditos “externos”, os migrantes em busca de novas oportunidades de vida e trabalho, os advindos da ilha de Santiago são majoritários. É bastante comum os migrantes santiaguenses, principalmente os que habitam na zona das barracas, serem associados pelos boavistenses à violência. Esse fluxo de populações que se dirigem à ilha da Boa vista, especialmente os denominados *badius*, é sentido pelos habitantes locais como uma ameaça à ordem estabelecida.

Essa maneira de ver as coisas por parte de alguns autóctones dificulta a sua interacção com os migrantes santiaguenses. A pouca ou inexistente abertura para a construção de relações sociais duradouras, especialmente dos boavistenses em relação aos santiaguenses, permite afirmar que ocorre a estigmatização da população de migrantes santiaguenses que residem naquela ilha e até mesmo, no limite, a sua exclusão social.

Os migrantes santiaguenses e os nativos da Boavista estabelecem relações no seu dia-a-dia, mas essas relações são, frequentemente, baseadas em disputas, tensões e conflitos. Os indivíduos que fazem parte de cada um dos grupos estão ao mesmo tempo separados e unidos por laços tensos e desiguais. Muito raramente a interacção entre os indivíduos destes grupos se baseia em relações positivas: são apenas algumas excepções. Entre essas excepções destaca-se o facto de que há casos de casamentos e a constituição de famílias. Outra excepção prende-se ao facto de existirem alguns santiaguenses que vivem na Boavista há muitos anos (entre 10 a 15 anos, mais ou menos), recebendo um tratamento diferenciado dos nativos, comparativamente aos demais. O factor tempo de residência revelou-se muito importante na análise do tipo da interacção entre os boavistenses e os santiaguenses residentes na Boavista.

Na tentativa de verificar a percepção dos migrantes santiaguenses face ao preconceito e à discriminação por parte dos nativos, os primeiros foram questionados para apreender o modo como avaliam as atitudes dos boavistenses. As manifestações foram divergentes, tendo os interlocutores adoptado três posições distintas. A primeira é de que outras pessoas dizem que os boavistenses são racistas, mas que eles, os entrevistados, nunca passaram por nenhuma situação de discriminação. A segunda posição sustenta que os autóctones são muito racistas e que possuem um sentimento de hostilidade em relação a eles. Em contraste, numa terceira linha de percepção, existem aqueles que consideram que os nativos da ilha não são nada racistas, pelo contrário, são pessoas acolhedoras, simpáticas e educadas.

Durante a elaboração da presente pesquisa percebeu-se que os boavistenses se vêem como diferentes dos migrantes santiaguenses por certas características comportamentais distintivas, inculcadas desde a infância em cada um deles, de acordo com as suas tradições. Eles chegam mesmo a admitir a existência de um choque cultural entre ambos os grupos. Alegam que têm um código de conduta que exige, em determinadas situações, um grau de autocontrolo maior do que os *badius* possuem, assim como maior auto-domínio e costumes mais refinados.

Cabe recordar aqui, para o entendimento desse processo, que na óptica de Norbert Elias (2000, p. 171), num ambiente relativamente estável, o código de conduta mais sofisticado e o maior grau de autocontrolo costumam ser associados a um grau mais elevado de disciplina, prudência, previdência e coesão grupal. Isso origina recompensas sob a forma de *status* e poder, para contrabalançar a frustração das limitações impostas e da relativa perda da espontaneidade. A adesão ao código comum funciona para os membros do grupo como uma insígnia social. Reforça o sentimento de inserção grupal conjunta em rela-

ção aos “inferiores”, que tendem a exibir menor controlo nas situações em que os “superiores” o exigem. Ainda de acordo com Elias (2000, p. 171), as pessoas “inferiores” tendem a romper tabus que as “superiores” são treinadas a respeitar desde a infância. O desrespeito a esses tabus, portanto, é um sinal de inferioridade social e desperta nos grupos “superiores”, conforme as circunstâncias, raiva, hostilidade, repulsa ou desdém. Enquanto a adesão a um código comum facilita a comunicação, infringi-lo cria barreiras. Nesse sentido pode-se considerar que os nativos da Boavista, que se percebem “superiores” em determinadas circunstâncias, procuram demonstrar maior grau de autocontrolo, relativamente aos *badius*. Estes, por sua vez, nem sempre cumprem determinadas normas que os nativos foram obrigados a cumprir desde a infância, o que suscita sentimentos de raiva e hostilidade por parte dos boavistenses em relação aos *badius*.

Outrossim, essa autopercepção de diferenças ao nível comportamental que os boavistenses têm de si em relação aos santiaguenses faz-nos recordar a teoria das representações sociais de Denise Jodelet (1990), segundo a qual as representações sociais consistem em uma forma de conhecimento elaborada e compartilhada socialmente, com o intento prático que dá lugar à construção de uma realidade comum a uma totalidade social. Esse sentimento de diferença foi socialmente elaborado e é socialmente compartilhado pelos nativos boavistenses frente aos *badius*. Essa visão remete-nos também à noção de representação social de Serge Moscovici (2003), que constitui o modo como os homens pensam, agem e procuram compreender o sentido das suas acções e pensamentos. Para o autor, as representações sociais resultam do senso comum que se tem sobre um determinado tema e são constituídas por ideologias, preconceitos e características específicas das actividades quotidianas, sociais e profissionais.

Retomando, à luz das ideias de Goffman (1988), a constatação já referida, de que as relações entre os boavistenses e os migrantes santiaguenses são baseadas em processos de estigmatização desses por parte daqueles, cabem mais algumas considerações. Pode-se afirmar que os boavistenses se autopercebem como normais, na medida em que acreditam que todos os participantes compartilham de um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas (GOFFMAN, 1988, p. 138). E como os nativos defendem que alguns migrantes santiaguenses não aderiram ou não incorporaram as normas pré-estabelecidas na sociedade local boavistense, a eles é atribuído um defeito indelével, carregam consigo a marca do estigma.

Na Boavista, a superioridade de forças do grupo estabelecido se baseia no alto grau de coesão de famílias que se conhecem desde há muito tempo, em contraste com os recém-chegados, que em muitos casos são, inclusive, estranhos entre si. Essa coesão entre os nativos boavistenses não significa que não haja casos de competição ou conflito entre esses. É próprio dos grupos a competição, a imposição de poder, os conflitos, a ordem e a desordem, quando se analisam os grupos familiares, os companheiros, os vizinhos, as organizações sociais. Esses processos estão sempre presentes.

Sabendo-se que, na maior parte das vezes, as relações entre os *badius* e os *sampadjudos* da Boavista são baseadas em casos de tensões e conflitos, esses, em ocasiões, são manifestos. Muitas vezes, entretanto, são de carácter dissimulado, isto é, fica-se apenas nos estereótipos verbais degradantes, em comentários racistas e preconceituosos, expressos entre os elementos pertencentes ao mesmo grupo. Ou então, fica-se no “diz-que-diz”, em mexericos humilhantes e nas crenças estigmatizantes.

Os casos de conflitos manifestos ocorrem sobretudo em alguns espaços de convivência entre os nativos da Boavista e os migrantes de Santiago. Por exemplo, nos chafarizes as disputas e os conflitos são bem visíveis, quase sempre há confrontos entre as senhoras pertencentes a cada um dos grupos, na tentativa de conseguirem apanhar água. Outros espaços, em que se notam confrontos, principalmente entre as crianças santiaguenses e crianças nativas, são os parques infantis, as praias e as escolas.

No entanto, há espaços em que os migrantes santiaguenses e os boavistenses se relacionam bem, como por exemplo, nas igrejas e nos mercados. Sendo assim, verifica-se que as interações entre os dois grupos em análise podem ser positivas ou negativas, conforme o espaço de convivência ou os tipos de situações. Essa constatação corrobora as interpretações propostas pela teoria do interacionismo simbólico, de que as representações ou as acções são mutáveis ou inconstantes, elas vão sendo construídas pelos sujeitos, que respondem aos outros e reinterpretam os sentidos das interações sociais conforme aprendem os significados dos gestos e palavras dos outros em relação a si mesmos. Também vai ao encontro do que Goffman (1991) defende, de que, conforme for a situação definida pelas pessoas, e a partir disso, elas se orientam para agir de maneira adequada, isto é, definem as suas acções de acordo com o tipo de situação.

Importa referir ainda o conceito de identidade de resistência, proposto por Manuel Castells (2008), o qual parece ser o tipo de identidade que mais se aproxima das atitudes e comportamentos, tanto dos boavistenses como dos migrantes santiaguenses. Essa identidade é produzida por actores que se encontram em posições de menor valor e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo assim obstáculos de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que são defendidos pelas ins-

tituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos. No presente estudo, conclui-se que os migrantes santiaguenses encontram-se em “posições desvalorizadas” e que constroem resistência às identidades colectivas dos nativos da Boavista que fazem parte do grupo de dominação. A forma de agir dos boavistenses também corresponde ao conceito de identidade de resistência de Castells (2008), que defende o *status quo*, fundamentado nas normas, que de acordo com o ponto de vista dos residentes, são anteriores à chegada dos migrantes santiaguenses. Visto que os primeiros tentam preservar a sua posição social e a sua identidade, perturbações entre os boavistenses e os santiaguenses estão quase sempre prestes a eclodir sob a forma de atritos, atribuídas à presença do estranho, o *badiu*.

Ao reflectir sobre o futuro próximo do caso estudado, considera-se que esse poderá vir a se caracterizar por um agravamento das tensões entre os boavistenses e os santiaguenses. Entretanto, não é negligenciável a possibilidade de emergência de uma crescente convivência de boa qualidade, no contexto de uma sociedade democrática. Indicadores para essa segunda alternativa foram detectados, embora menos comuns, conforme declararam indivíduos entrevistados, os quais apontaram formas de interacção positiva entre ambos os grupos como, por exemplo, a convivência de mais longo prazo, baseada no tempo de conhecimento pessoal e, em menor proporção, a ocorrência de casamentos entre indivíduos de cada um desses grupos. Resta saber se entre os mais jovens essas transformações terão vez, sob as formas espontâneas de companheirismo na escola e nos locais de lazer, de amizade e de namoro.

Sobretudo, essas tensões e conflitos poderão ser atenuadas se políticas públicas, como as sugeridas no decorrer deste artigo, forem implementadas, nomeadamente, nos sectores educacional e habitacional. Refere-se aqui a acções educacionais que levem em consideração as neces-

sidades específicas da população local. Difundir informações e conhecimentos acerca das contribuições trazidas pela presença de pessoas oriundas de diversas partes do mundo e de diversos cantos do arquipélago de Cabo Verde é uma forma de tematizar a convivência na diferença.

A urgência de políticas habitacionais voltadas para a melhoria das condições de moradia da população que vive na e da precariedade foi já suficientemente enfatizada ao longo do artigo. Devido ao investimento turístico, a Boavista é uma ilha que cresce a um ritmo acelerado, enquanto as carências ao nível habitacional não vêm encontrando respostas que acompanhem o ritmo de crescimento dos demais sectores.

Interessa referir aqui o fato de que, de modo a minimizar a problemática habitacional, a *Revista Bubista*,¹⁵ n° 4, de Outubro/Dezembro de 2009 relata as acções que a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio (SDTIBM) pretende desenvolver. Segundo consta desta revista, paralelamente ao desenvolvimento turístico e à construção da respectiva infra-estrutura, há que criar condições para uma boa integração das populações residentes. É preciso apoiar as iniciativas locais geradoras de rendimento, fomentar a formação profissional, construir residências condignas para os trabalhadores, bem como infra-estruturas sociais, nomeadamente, escolas. Neste contexto, a SDTIBM apresentou o seu fundo privado, o Fundo Económico e Social da Boavista e Maio (FESBEM), que irá apoiar iniciativas facilitadoras da integração social. Este fundo será financiado pela SDTIBM e conta com doações de outras instituições, públicas ou privadas.

A SDTIBM expôs as necessidades de residências, para Boavista e Maio, ao longo dos próximos 30 a 40 anos, estimadas em mais de 340 milhões de euros, e solicitou a participação de empresas na construção de habitações a custos

15 Revista da Câmara Municipal da Boavista.

controlados, com vista a satisfazer a grande procura que, somada à já existente, será induzida pelo desenvolvimento turístico e o aumento do crescimento populacional.

A própria SDTIBM se propõe, através do FESBEM, assumir a tarefa de apoiar os residentes na aquisição de habitação própria, participando com no máximo 25% do seu custo. Por outro lado, está a articular com as autoridades competentes com vistas a iniciar, em 2010, a construção de um novo bairro residencial nas proximidades de Santa Mónica, visando acabar com as barracas. A primeira fase de construção desse bairro contará com mais de uma centena de habitações, além de espaços de lazer e de outras infra-estruturas sociais.

O sucesso dessa iniciativa, ainda em fase inicial, poderá acarretar importantes ganhos para a população de um modo geral e, mais especificamente, para as suas parcelas menos favorecidas, conforme as intenções declaradas por seus idealizadores e gestores. Já a avaliação do grau de realização dessas potencialidades é uma questão que remete a um novo projecto de pesquisa.

Referências Bibliográficas

- CARREIRA, António (1983). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 2ª ed. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- CASTEL, Robert (2008). *A discriminação negativa – cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Editora Vozes.
- CASTELLS, Manuel (2008). *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- ELIAS, Norbert (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor.
- GOFFMAN, Erving (1983). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____ (1988). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora, S.A).
- _____ (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota (2007). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- JODELET, Denise (1990). *Representações sociais: fenómeno, conceito e teoria*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LIMA, António Germano (1997). *Boa Vista: Ilha de Capitães (História e Sociedade)*. Praia: Spleen Edições.
- MOSCOVICI, Serge (2003). *Representações sociais – investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Periódicos

Revista Bubista, nº 4, Out /Dez 2009.

A Semana, ed. 867, de 21 de Novembro de 2008.

Web

LIMA, Redy Wilson. “*Revolta na Boa Vista*”, discussão no blog [http://:: kufrontalidadi.blogspot.com](http://kufrontalidadi.blogspot.com). Consultado em 25.02.2009.

ABSTRACTS

Elites, establishing shared knowledge relationships, and social commitment through educational titles: Masters in Global Management (MBA) in Cape Verde

This work intends to analyze the Masters Program in Global Management (MBA), presented at the Higher Education Institute of Economy & Managerial Sciences (IS-CEE) in Praia (2003/2004 and 2006/2007 editions), by seeking to learn the mechanisms through which the possession of a title acts upon various parties in a symbolic-commitment effect. The purpose is to look into the basic characteristics that are common to the group that took part in the aforementioned MBA program in Praia, especially exploring the issue of how the ownership and use of academic titles have interacted with social and relational capital, monetary guarantees, and symbolic gains in a potentially rewarding relationship between the title and the position in the labor market. Thus, we intend to contribute towards a more general debate about higher-level schooling as an institution that legitimizes and maintains social privileges.

Keywords: *Academic titles, social commitment, elite, trajectory, relational networks*

The perception of corruption in Cape Verdean customs protocols

This dissertation deals with the controversies in the perception of corruption in customs services in Cape Verde. Systematically placed among institutions with a higher level of perceived corruption such as firms, households, and public servants, customs suffer from an image that, according to their leaders, is unfairly allocated. Using quantitative information from previous studies and semi-structured interviews with customs operators, enterprises, employees and importers, this study attempts

to assess the determinants of the perception and occurrence of corruption that influence this perception. We reviewed the results of several surveys in the last decade and procedures, evaluated compliance with rules, and conducted qualitative interviews, all of which allowed us to understand the intricacies of corruption in customs and thus comprehend the accuracy of public perception. We used the theories of Neo-Institutionalism and Agency Theory as conceptual frameworks that oriented our analysis. These theoretical frameworks guided our research and served as references in the definition of the fieldwork.

Keywords: *Customs, perception of corruption, agency theory, new-institutionalism*

Non-governmental organizations and associations in contemporary Cape Verde: situation and perspectives

This paper aims to understand the social significance of the presence and activities of non-governmental organizations (NGOs) and associations with headquarters on Santiago Island, those currently involved in the fight against poverty and social exclusion in the Republic of Cape Verde. The analysis developed seeks also to understand the objectives of these organizations, which can be classified as civil society organizations or third sector organizations. In addition, taken into consideration are the types of activities that engage the human and organizational resources available to these organizations, the typical forms of allocation and distribution of their resources, and ways to circumvent the possible difficulties that present themselves in developing these activities. Also considered are assessments of the effects of their actions and perspectives in the context of Cape Verdean civil society. To answer these questions a survey was

conducted from July to November 2008 of a group of NGOs/associations, as well as a series of interviews with representatives of the most representative organizations and informal conversations with employees of these entities. The results of the fieldwork and data analysis show some points that should be highlighted. It was noted that NGOs/associations maintain a generalist approach on several fronts as a survival strategy and that there is a certain sense of discontent among people who work in these entities, motivated by low wages and other considerations. However, despite showing a certain cautious attitude towards Cape Verde's special partnership with the European Union, its departure from the category of Least Developed Countries, and its entry into the World Trade Organization, NGOs/associations involved in the fight against poverty and social exclusion are optimistic about the opportunities that may henceforth arise.

Keywords: *Non-Governmental Organizations, Associations, Poverty, Social Exclusion, Empowerment of Cape Verde.*

Inter-island migration, interaction and social representations: relationships between people from the Island of Boavista and migrants from the Island of Santiago

Research on this topic has been carried out and has found that the relationship between the aforementioned two groups is one based on conflicts, disputes and hostile feelings; on Boavista Island a general sense of segregation has occurred. On one hand, there are the natives, who consider themselves superior, and on the other hand the badius who are seen as troublemakers. The latter suffer many difficulties, namely concerning their local social status. The present text intends, in addition to analyzing the

social relationships between the natives of Boavista and the migrants of Santiago Island, to point out the urgent need to implement public policies in crucial sectors in order to improve life conditions and promote improvements in the relationships between the two groups.

Keywords: Social interaction, social representations, stigma, outsiders, inter-island migration.

RESUMÉS

Elites, établissement des relations de mutualisation de connaissance et d'engagement social à travers des titres scolaires: Master en Gestion Globale (MBA) au Cap Vert

Ce travail prétend analyser le programme de Master 2 en Gestion Global (MBA) présenté à l'Institut Supérieur des Sciences Économiques et de Gestion (ISCEE) à Praia (2003/2004 et 2006/2007 éditions) tout en cherchant à appréhender le mécanisme, à travers lequel la détention d'actes titulaires sur les corps comme effet d'engagement symbolique. Le but est d'observer les caractéristiques de base qui sont communes à celles des groupes qui ont fréquenté les séries MBA à Praia, en exploitant spécialement le cas à savoir comment la propriété et l'usage de titres académiques se sont croisés avec la garantie du capital monétaire sociale et relationnelle et les gains symboliques, dans une relation de récompense entre le titre et la position au niveau du marché du travail. Ainsi nous prétendons contribuer par rapport à un débat plus élargi sur l'école en tant qu'institution qui rend légitime et maintient les privilèges sociales.

Mots clés: *Titres académiques, engagement social, élite, réseaux de relations*

La perception de la corruption dans les douanes au Cap Vert

Ce travail porte sur les polémiques au Cap-Vert au sujet de la corruption dans les douanes. Classées systématiquement parmi les institutions perçues par les entreprises, les ménages et les fonctionnaires comme celles ayant le niveau de corruption le plus élevé, la douane souffre d'une image, qui selon leurs dirigeants, est injustement attribuée. En utilisant des données quantitatives provenant de précédentes études et d'enquêtes

semi-structurées auprès des opérateurs, des entreprises, des employés et des usagers, nous essaierons d'évaluer les déterminants de cette perception et la véracité de la corruption à des niveaux qui influenceraient sur cette perception. Nous analyserons les résultats de diverses enquêtes menées au cours des dix dernières années et évaluerons les procédures, le respect des règles, lesquels complétés avec les enquêtes qualitatives, nous permettra de comprendre les subtilités de la corruption au niveau des douanes et l'adéquation des perceptions du public. Notre approche de la corruption se base sur les courants théoriques du néo-institutionnalisme et sur la théorie de l'Agence comme cadres conceptuels de notre analyse. Ces cadres théoriques ont guidé notre analyse et ont servi de référence dans la définition des travaux sur le terrain.

Mots clés: *Douanes, perception de la corruption, théorie de l'agence, nouvel institutionalisme.*

Organisations Non-gouvernementales et Associations au Cap Vert de nos jours: situation et perspectives.

Ce travail vise à comprendre la signification de la présence et des activités des ONGs et des associations installés dans l'île de Santiago, qui en ce moment sont engagés dans la lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale en République du Cap Vert. L'analyse qui a été développée cherche aussi à comprendre les objectives à faire face à ces organisations, qui peuvent être classées comme Organisations de société civile ou Organisations du secteur tertiaire, aussi bien que les types d'activités qui engage l'humain et les ressources organisationnelles disponibles, les formes typiques d'allocation et de distribution de leurs ressources, et considère des formes de contourner les difficultés possibles qui émergent lors du développe-

ment de ces activités et évaluations ce qui concrétisent les effets de leurs actions et perspectives dans le contexte de la Société Civile Capverdienne. Pour répondre aux questions posées, une enquête par rapport à un groupe de ONGs/ Associations, une séquence d'entretiens avec des représentants des organisations les plus représentatives, et des conversations informelles avec des employés de ces entités, ont été menés de Juillet à Novembre 2008. Les résultats trouvés pendant le travail sur le terrain et l'analyse des données développées montrent quelques points qui doivent être rehaussés. Il a été observé que des ONGs/ Associations ont un généraliste qui opère sur plusieurs fronts, comme une stratégie de survie et qu'il existe un certain manque de confort au niveau des personnes qui travaillent dans ces entités avec de bas salaires et des types de traitement des employés par la plupart d'entre elles, Cependant, malgré la crainte démontrée par rapport au partenariat spéciale du Cap Vert avec l'Union Européenne, le résultat de la catégorie des Pays les Moins Développés et l'entrée dans l'Organisation Mondiale du Commerce, les ONGs/ Associations engagés dans la lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale sont optimistes par rapport aux opportunités qui viendront d'elles.

Mots clés: *Organisations non-gouvernementales, associations, pauvreté, exclusion sociale, empowerment capverdien.*

Migration entre les îles, interaction et représentations sociales: relations entre les habitants de l'Île de Boavista et les migrants de l'Île de Santiago

La recherche réalisée sert à vérifier que la relation entre les deux groupes en cause est basée sur des conflits, des disputes et des sentiments d'hostilité. Dans l'Île de Boavista le sentiment de distinction est un phénomène généralisé: d'un côté se trouvent les natifs qui se considèrent supé-

rieurs, et d'un autre côté, les badius, qui sont considérés comme des perturbateurs de l'ordre. Ces derniers souffrent d'innombrables difficultés, notamment par rapport à leur insertion sociale locale. Le présent texte prétend, en plus d'analyser les relations sociales entre les habitants natifs de l'Île de Boavista et les migrants de l'Île de Santiago, les gens de l'intérieur, d'indiquer le besoin urgent de réaliser des politiques publiques au niveau des secteurs cruciaux, de manière à élever les conditions de vie des parcelles de la population les moins disposés à partager et, voire même promouvoir des améliorations dans les relations entre les gens de Boavista et les migrants de l'Île de Santiago.

Mots clés: *Interaction sociale, représentations sociales, stigma, outsiders, migration entre les îles.*

ORGANIZADORES E AUTORES

Organizadores

JOSÉ CARLOS DOS ANJOS

Doutor em Antropologia. Pós-doutor pela Université de Paris 1/École Normale Supérieure. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde. Email: jc.dosanjos@docente.unicv.edu.cv.

MARCELO QUINTINO GALVÃO BAPTISTA

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará onde é docente. Actuou na referida universidade, como editor da revista Ver a Educação, membro do Conselho Editorial da revista Humanitas e como Vice-Director da Faculdade de Psicologia. Desde Janeiro de 2009 que vem prestando colaboração à Universidade de Cabo Verde, ao abrigo de um Protocolo de Cooperação com a UFPA. Email: marceloggb@gmail.com; marcelo.galvao@adm.unicv.edu.cv.

Autores

CELSA DO CÉU LIMA NEVES

Licenciada em Sociologia pela Universidade de Évora, Portugal. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde. Colaboradora do Banco Português de Negócios.

ELIDA RUBINI LIEDKE

Doutora em Sociologia pela Brown University. Docente aposentada da UFRGS. Docente convidada da UFRGS de 2004 a 2009 para actuar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Docente convidada da UFRGS para o Departamento de Socio-

logia em 2010. Docente colaboradora do Curso de Mestrado e do Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde desde 2008. Áreas de ensino, pesquisa e orientação: Teoria Sociológica, Sociologia do Trabalho e Políticas Públicas – Trabalho e Formação Profissional.

ELIZABETH ROCHETEAU GOMES COUTINHO

Mestre em Ciências Sociais, pela Universidade de Cabo Verde. Coordenadora do ISCEE-Pólo Universitário da Praia, tendo exercido anteriormente funções dirigentes no Ministério da Educação (2000-2004) e ainda no Escritório Conjunto das Nações Unidas em Cabo Verde (2005-2007). Foi docente no Instituto Superior de Educação na fase transitória à instalação da Uni-CV (2007-2008).

ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO

Doutor em Sociologia pela Brown University. Professor Titular, aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975/2009). Professor colaborador do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas desde 2006. Professor convidado dos Cursos de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde desde 2008. Linhas de pesquisa, ensino e orientação: História da Sociologia; Teoria Sociológica; Sociologia no Brasil; Metodologia de Pesquisa; Sociologia do Conhecimento; Sociologia do Desenvolvimento; Movimentos Sociais; e Sociedade e Cultura no Brasil.

FRANCISCO JOSÉ DO ROSÁRIO RODRIGUES

Economista e estatístico formado pelo ISEG e ISEGI, respectivamente, em Lisboa. Mestre em Ciências Sociais pela Uni-CV, onde cursa o doutorado em Ciências Sociais. Exerceu funções de direcção no Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo

Verde e actualmente dedica-se à concepção de projectos de desenvolvimento para associações não governamentais e à consultoria económica.

HILARINA NASCIMENTO SANTOS PIRES LIMA

Bacharelato em Gestão e Marketing pelo Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE). Licenciada em Economia e Gestão pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde – Vertente Projecto de Desenvolvimento e Cooperação. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde. Técnico superior da Plataforma das ONGs de Cabo Verde.



Patrocínio



Apoio



Neste segundo volume da série Estudos Sociais Cabo-Verdianos registam-se alguns contributos de pesquisa sobre temas e problemas de interesse para os desafios enfrentados pela sociedade cabo-verdiana na actualidade.

São ensaios que revelam o labor docente-discente no âmbito da primeira turma de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com o apoio da CAPES/Brasil no biénio 2007-2009.

ISBN 978-989-96130-5-8



ISBN 978-85-386-0105-0

